



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

RESOLUÇÕES DO 5º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

19 a 22 de maio de 1994
São Paulo (SP)
Centro Comunitário
do Pessoal da
Caixa Econômica Federal



VERSÃO PARA IMPRIMIR

- SITUAÇÃO INTERNACIONAL
- SITUAÇÃO NACIONAL
- A CUT NO PERÍODO 1983-1993
- ESTRATÉGIA
- PLATAFORMA DA CUT
- AÇÕES PARA IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA
- POLÍTICA ORGANIZATIVA DA CUT
- POLÍTICA INTERNACIONAL DA CUT
- POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT
- GESTÃO E FINANÇAS DA CUT
- MEIO AMBIENTE
- SEGURIDADE SOCIAL
- CRIANÇA E ADOLESCENTE



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**
- **POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DA CUT**
- **MULHER TRABALHADORA**
- **POLÍTICA ANTI-RACISTA**
- **ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO**
- **ANEXO: POR UMA POLÍTICA ANTI-RACISTA**
- **DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL**
- **DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS**



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



RESOLUÇÕES DO 5º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

19 a 22 de maio de 1994

São Paulo (SP) – Centro Comunitário do Pessoal da Caixa Econômica Federal

SITUAÇÃO INTERNACIONAL

O fim da guerra fria, a constituição dos blocos econômicos e a globalização dos sistemas produtivos e financeiros, tudo gerado num contexto de aprofundamento das desigualdades entre o mundo desenvolvido e o Terceiro Mundo, marcam o cenário internacional dos anos 1990. Um dos traços marcantes da situação internacional são os planos capitalistas de ajuste estrutural aplicados em todos os continentes, na maioria dos países, avançados ou não. São planos ditados pelo FMI e pelo Banco Mundial baseados no corte dos salários, no aumento do desemprego, no desmonte dos serviços públicos, na privatização de estatais, na abertura das economias e na ampliação da economia especulativa.

O pano de fundo desse cenário internacional expressa uma grave crise do sistema capitalista imperialista. Crise cujos traços principais combinam estagnação econômica (*ver tabelas*) com pobreza e miséria para a maioria da população do planeta – exclusão social em massa e desemprego estrutural crônico.



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



Crescimento médio anual do PIB *per capita*

	1965-73	1973-80	1980-89	1990
Economias de alta renda	3,7%	2,3%	2,3%	2,1%
Membros OCDE	3,8 %	2,3 %	2,4	2,1 %
Mundo	2,8%	1,5%	1,2%	1,7%

Fonte: Banco Mundial (1991).

Situação das maiores economias do mundo – Produção industrial: crescimento anual

Países	1960/1970	1970/1980	1980/1990
EUA	4,9 %	3,3 %	2,6 %
Japão	15,9 %	4,1 %	3,9 %
Alemanha	5,2 %	2,3 %	1,8 %
França	6,0 %	3,0 %	1,0 %
Itália	7,3 %	3,3 %	1,3 %
Inglaterra	2,9 %	1,1 %	1,8 %

Fonte: *New World Order*, Merlin (1992), ed. por Ralph Miliband e Leo Panitch.





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Segundo último levantamento da própria OIT, as causas do desemprego são: o declínio das taxas de crescimento econômico desde 1973; a revolução tecnológica, que intensifica a competição e elimina empregos bem remunerados; e a falência dos programas governamentais.

Em vez de significar uma nova era de paz e crescimento econômico, o fim do conflito Leste-Oeste aprofundou os riscos e as ameaças de intervenções militares no Terceiro Mundo e introduziu novos elementos geopolíticos que produziram uma verdadeira “Nova Desordem Mundial”. Os Estados Unidos tentam impor sua liderança política e militar para compensar seu declínio econômico relativo: intervieram militarmente na Somália, deram completo apoio ao bombardeio ao Parlamento russo e mantêm o criminoso bloqueio contra Cuba.

Persistem dificuldades para a coordenação de políticas macroeconômicas em nível mundial, com a ameaça de uma guerra comercial entre Japão e EUA. A transição para a economia de mercado mergulha o Leste Europeu e a ex-URSS na instabilidade, na miséria, no desemprego e em conflitos sangrentos, como a guerra na Bósnia.

Ao mesmo tempo, a globalização foi acompanhada pelo avanço do neoliberalismo, que estimulou a abertura da economia e o livre comércio, desmantelou políticas sociais e limitou a capacidade de intervenção do Estado. Os países desenvolvidos que implementaram o neoliberalismo pagam o preço dessas políticas. Perdem competitividade internacional e assistem ao aumento da concentração de renda, à estagnação econômica, ao crescimento do desemprego (verdadeira chaga do fim do século, pelas características de desemprego estrutural, com mais de 35 milhões de trabalhadores desempregados nos países desenvolvidos) e ao aumento das desigualdades sociais.

Paralelamente, as conseqüências do processo de modernização econômica para a classe trabalhadora são cada vez maiores e resultam de fatores como as transformações da estrutura produtiva, a substituição do trabalho humano por máquinas de comando numérico, a terceirização, a transferência de unidades



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

produtivas de um país para outro, a individualização das relações de trabalho, a segmentação do mercado de trabalho, a precarização dos vínculos trabalhistas, a ampliação do mercado informal e as mudanças no perfil e na composição da classe trabalhadora.

Com o avanço tecnológico, as multinacionais adquirem maior capacidade de gerenciamento e controle sobre pesquisa, produção e comercialização. Capacitam-se a explorar de modo mais objetivo as vantagens comparativas em nível mundial. Nesse sentido, procuram vantagens comparativas tais como mercados de trabalho desregulados, baixos salários, benefícios fiscais e outras mais, e tentam colocar em concorrência os Estados e os trabalhadores de diversos países.

Assim, os Estados acabam perdendo autonomia política e decisória com a globalização. E são levados a reduzir impostos e a submeter suas políticas e legislações à lógica da “Nova Ordem” – ou presenciam a fuga decapitais.

Nos países do Terceiro Mundo essa busca de maior competitividade e de inserção na economia globalizada tem resultado em fenômenos dramáticos, como concentração de renda, ampliação do desemprego e do mercado informal, supressão de direitos trabalhistas e sociais. Em países como México, Venezuela, Chile e Argentina, que seguiram políticas neoliberais de desmonte do Estado, induzidas pelas políticas do FMI e do Banco Mundial, a abertura da economia e a flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho trouxeram graves conseqüências para os trabalhadores e para o movimento sindical.

Especialmente a América Latina – que baseou em grande parte sua estratégia de desenvolvimento no protecionismo e na intervenção do Estado – é afetada pelas propostas do projeto neoliberal representadas pelo chamado consenso de Washington (FMI, Banco Mundial e Departamento de Estado), que questionam o papel do Estado Nacional e a soberania dos países da região. Torna-se mais difícil adotar, com autonomia, políticas voltadas para o crescimento econômico que não estejam condicionadas à lógica dos mercados financeiros externos, às estratégias das multinacionais, ao agravamento das desigualdades Norte/Sul e ao empobrecimento dos países do Terceiro Mundo.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



A Argentina e o México são dois exemplos flagrantes dos efeitos dessas políticas antinacionais e antipopulares. Nesses dois países, a balança comercial se tornou rapidamente deficitária, principalmente com os Estados Unidos, após a adoção de planos de estabilização aprovados pelo FMI, cujo elemento central era a sobrevalorização cambial do peso argentino e mexicano frente ao dólar. Este déficit foi compensado pela massiva entrada de recursos externos, na sua maioria especulativos e de curto prazo, decorrente do grande diferencial de taxa de juros interno e externo (EUA). Na Argentina uma das conseqüências mais imediatas dessa política foi o sucateamento de setores inteiros da indústria, incapazes de enfrentar a competição estrangeira. No México, a entrada de produtos agrícolas americanos levou à falência boa parte do setor agrícola, principalmente os médios e pequenos agricultores.

O mecanismo da dívida externa, bem como todo esse modelo neoliberal, de globalização da economia, reestruturação produtiva, novas formas de gerenciamento, flexibilização de direitos são parte essencial da política do imperialismo em nível mundial (aplicada através das suas agências como FMI, Banco Mundial, bem como através do poderio dos grandes grupos financeiros multinacionais) para enfrentar a grave crise em que se afunda a sua ordem econômica. Busca, dessa forma, compensar a crescente queda na taxa de lucro verificada nas últimas décadas com uma política radical de concentração de renda, nunca antes vista com tal intensidade.

A constituição de blocos regionais e zonas de livre comércio tem se traduzido em ameaças concretas para os trabalhadores. A criação desses espaços econômicos e comerciais desregulamentados objetiva atrair investimentos e permitir maior competitividade internacional através da redução dos custos com mão-de-obra e da supressão de conquistas sociais e dos direitos sindicais.

Nessa mesma linha coloca-se o Mercosul, em que o projeto de integração vem sendo calcado na liberalização comercial, tanto na região como em relação a terceiros mercados. Essa escolha tem acelerado o processo de desregulamentação produtiva, comercial e financeira e o desmantelamento de políticas de promoção produtiva, resultando em maior desemprego, rebaixamento das condições de vida das populações



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



e graves ameaças às conquistas sociais e trabalhistas.

Mas exemplos como a derrota do ex-presidente Bush nos Estados Unidos, a eleição de Caldera na Venezuela e de Figueres na Costa Rica, a eclosão da Guerrilha em Chiapas, no México, e, mais recentemente, o avanço da esquerda nas eleições em Buenos Aires (Argentina) mostram que o neoliberalismo vem perdendo legitimidade política e econômica. Na África do Sul, com a ampla vitória de Mandela, o CNA obteve mais de 62% dos votos, quase os votos necessários para sozinho mudar a Constituição. Na Europa, os trabalhadores vêm resistindo às políticas conservadoras de arrocho, desemprego e ataque às conquistas do Estado de Bem-estar Social, com greves gerais (Espanha, Itália e Bélgica) e mobilizações massivas de categorias (metalúrgicos da Alemanha e trabalhadores da Air France). No Brasil, a sociedade civil e em particular os trabalhadores resistem às políticas de privatização, liberalização do comércio exterior e flexibilização das relações de trabalho.

SITUAÇÃO NACIONAL

Crise brasileira

A crise econômica brasileira – historicamente vinculada ao nosso desenvolvimento capitalista dependente e à cumplicidade das elites brasileiras sócias minoritárias da espoliação do país – aprofundou-se nos anos 1980, simultaneamente ao processo de transição política conservadora. No início dos anos 1990, as ações do governo Collor, guiadas pelo receituário neoliberal recomendado pelos países centrais e pelos organismos do grande capital internacional (Banco Mundial e FMI), contribuíram para uma desorganização econômica ainda maior e para a ampliação das desigualdades sociais.

Os principais traços da crise são a grande concentração de renda, o arrocho salarial e a ampliação da fome, da miséria e do desemprego. Entre as causas principais estão a dívida externa, o instrumento de dominação dos países ricos e suas conseqüências sobre a crise do Estado, a dívida interna, a especulação



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

financeira e a recessão. Nesse quadro, a inflação expressa sobretudo a imposição de preços e juros altos pelos oligopólios industriais e financeiros vinculados ao grande capital internacional.

A tentativa de implementar o projeto neoliberal, adotada por Collor e Itamar, visa explicitamente desmontar o Estado, fazer uma modernização produtiva baseada nos setores já modernos e integrados à economia internacional, estabelecer o primado do—“livre mercado” e enfraquecer as resistências sociais e políticas organizadas. O resultado foi o agravamento geral da crise.

A inflação não foi superada. A política recessiva aumentou o desemprego, a exploração, a pobreza e a miséria. As reformas estruturais (comércio exterior, indústria, agricultura, reforma do Estado, ajuste do setor bancário-financeiro etc.) adotadas provocaram a desestruturação de alguns setores já consolidados internamente, com ganhos elevados e fáceis para o grande capital.

Reestruturação excludente

Na década de 1980, teve início um processo de reestruturação produtiva no campo e na cidade, com base em inovações tecnológicas e na reorganização da produção. Seus conteúdos são predominantemente excludentes. A política industrial de Collor, agora mantida por Itamar, continuou essa tendência. Aos problemas já clássicos do atraso e da crise brasileira, agravados no período militar, somaram-se outros, típicos de sociedades modernas: destruição de postos de trabalho, formas mais intensas de exploração, precarização do trabalho, concentração de renda e aumento do contingente de excluídos.

Essa política tem como objetivo um tipo de “modernização” baseada em maximizar os lucros a curto e médio prazos e conduz à destruição do mercado interno e à formação de ilhas de prosperidade vinculadas aos circuitos do grande capital internacional. Como consequência, a inserção industrial, financeira e comercial do Brasil seria ainda mais passiva e subordinada, sustentada por produções de baixa competitividade. O sistema produtivo nacional seria desestruturado, e o país ficaria impedido de obter soberania e desenvolvimento social, produtivo e tecnológico.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

A política industrial do governo Collor, preservada no essencial no governo Itamar, teve por base o diagnóstico de que, frente à falência do modelo anterior, protecionista, devia-se optar pela modernização através do setor privado. Na prática priorizaram-se as políticas de abertura externa e desregulamentação. Como consequência, os setores mais dinâmicos, como metal-mecânica, química e eletroeletrônica, perderam importância frente aos setores exportadores tradicionais. Segmentos sofisticados foram substituídos por importações. O setor mais penalizado foi o de bens de capital, inclusive com desinvestimentos, queda do emprego, do faturamento e das encomendas e elevação da ociosidade. Houve uma desativação generalizada dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Estado privatizado

Ao longo do período de crescimento econômico, o Estado foi o principal promotor da industrialização. Desde os anos 1940, partiu do Estado a coordenação política, fiscal e financeira que viabilizou o crescimento médio do PIB brasileiro de 7% ao ano nos últimos 50 anos.

Nos anos 1940, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, o Estado passou a desempenhar um papel determinante na promoção do crescimento econômico nacional. As forças democráticas e populares bateram-se, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, pela defesa das estatais estratégicas, como, por exemplo, na campanha “O Petróleo É Nosso”, em confronto com as forças entreguistas, associadas ao imperialismo.

No entanto, o Estado sempre foi estruturado com base nos interesses dominantes internos e externos. Através do aparato do Estado, das empresas estatais e das políticas públicas, as elites repartiram entre si os ganhos do crescimento econômico. Essas práticas chegaram ao extremo através da cortina protetora da ditadura militar.

Com a crise dos anos 1980, ainda no período militar, e o fim do crescimento econômico, o Estado foi utilizado para assegurar o aumento da acumulação de capital, interna e externamente, através de



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

mecanismos políticos, fiscais e financeiros. As dívidas interna e externa e vários mecanismos cambiais (todos eles de caráter predominantemente especulativo e cuja principal expressão é a inflação) foram usados para expropriar renda do conjunto da população e do setor público. Assim, tanto na fase de crescimento quanto na de crise, o fenômeno preponderante é o da privatização do Estado, que está na origem da corrupção generalizada que se estabeleceu e se institucionalizou nas relações entre o Estado e o capital privado.

Nos últimos anos, os sucessivos governos têm sucateado serviços públicos e cortado de forma drástica investimentos e gastos, principalmente na área social. Ao mesmo tempo, amplia os subsídios, as concessões ao grande capital privado e tenta via defasagens tarifárias segurar artificialmente as taxas de inflação, debilitando as empresas e os serviços públicos (como os correios e as telecomunicações).

O colapso do Estado intensificou a estagnação econômica e deu margem às propostas neoliberais de privatização, de reforma fiscal e de “enxugamento da máquina”. Elas visam, na verdade, permitir que setores privados se apropriem diretamente, agora com lucros ainda maiores, de atividades que o Estado exerceu tradicionalmente nas últimas décadas, quando havia alto risco para o capital privado. São propostas que visam aprofundar a concentração do poder econômico e político, atacando a possibilidade de o Estado vir a utilizar, em nova conjuntura, sob comando de um governo de caráter distinto, sua estrutura produtiva na promoção de um outro tipo de desenvolvimento.

Quanto às privatizações, os governos Collor e Itamar orientam suas ações pela transferência patrimonial em favor de grandes grupos econômicos. Interessados em se livrar a qualquer custo da dívida interna e em trocar parte dos débitos externos, proporcionam lucros fáceis e gigantescos aos compradores e aos agentes financeiros intermediadores dos leilões. Em vários casos formam-se monopólios privados. O programa de privatizações ameaça não só a capacidade econômica do Estado mas também a própria estrutura produtiva brasileira.

No campo fiscal, o conjunto de receitas e despesas públicas, incluindo os gastos com as dívidas interna



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

e externa, reforça hoje a concentração de renda, a estagnação econômica e a inflação. Primeiro, porque a estrutura fiscal está montada exatamente para atender a tais funções. Segundo, porque multiplicam-se a sonegação, as fraudes, a corrupção e a especulação financeira. Em suma, a estrutura fiscal é hoje a principal fonte de ganhos e riquezas das elites.

As propostas neoliberais, que vêm sendo encampadas pelos últimos governos, defendem cortes nas já reduzidas, porém mal alocadas, despesas públicas. Tais cortes ameaçam cada vez mais os gastos sociais e os setores produtivos mais importantes, ampliando os efeitos perversos da estrutura fiscal.

Estado desestruturado

O governo Sarney e principalmente o governo Collor pautaram suas ações nesse campo pelo diagnóstico generalizado do “inchamento” do setor público. Optaram pela dispensa ou disponibilidade dos servidores, pela contenção dos salários (que na verdade são parte pouco significativa das despesas públicas), pela extinção de órgãos e agências e pela desregulamentação de algumas áreas. Na verdade, não houve – e continua não havendo no governo Itamar – qualquer projeto de reformulação institucional nesse campo.

Os anos 1980 foram marcados por agravamento da crise econômica, colapso do setor público, crescimento das carências e demandas sociais. Apesar disso, o conteúdo, a gestão e os recursos das políticas sociais não sofreram alterações expressivas. Em conseqüência, ampliou-se o descrédito quanto à prestação de serviços e deteriorou-se a qualidade das políticas sociais.

O governo Collor não mudou a gestão das políticas. Os gastos sociais permaneceram subordinados ao ajuste das contas públicas, concepção aprofundada por Itamar e Fernando Henrique Cardoso. Além disso, ganhou força a lógica da privatização dos programas sociais e da diminuição da ação do Estado, confirmada pelo Fundo Social de Emergência e pelo Plano FHC2.

Hoje o quadro de carências sociais é extremamente grave, seja em função da crise, seja em função dos



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





efeitos da reestruturação neoliberal. As demandas existentes são de grande dimensão e têm variados níveis, desde aquelas referentes à superação do quadro de indigência, fome, analfabetismo, epidemias e outras mais, até as que estão vinculadas às exigências da reestruturação produtiva.

O impeachment de Collor

A mudança política resultante do *impeachment* de Collor reforçou a luta para ampliar e consolidar a democracia brasileira. Teve reflexos no quadro político institucional em sentido contrário ao projeto neoliberal, que busca impedir o surgimento da cidadania plena, e também no quadro econômico institucional, colocando em pauta reformas democráticas, essencialmente distintas das propostas neoliberais.

O *impeachment* de Collor e a posse de Itamar Franco não abalaram as instituições, fato inédito no Brasil e na América Latina. Ao contrário, fortaleceram a perspectiva da luta democrática. O processo em curso, de cassação dos parlamentares envolvidos com a corrupção no Orçamento da União, apesar de naturalmente difícil e complexo, certamente nem teria se iniciado sem o *impeachment*. Este ampliou as condições para o sucesso da luta pela democratização do Legislativo e do Judiciário.

O recente período é marcado pela ascensão de um amplo movimento democrático, por uma intensa atividade política e pela tomada de consciência das massas, que alcançaram novas posições e fortaleceram sua capacidade de influência e pressão. É o anúncio de que as maiorias não podem continuar sendo ignoradas ou postas à margem das decisões nacionais.

Essa luta democrática coloca claramente a execração à prática da corrupção, do clientelismo e do mau trato da coisa pública e condenou o caráter antipopular, antidemocrático e antinacional do projeto neoliberal do governo Collor.

O governo Itamar, por sua vez, também chega ao seu final inteiramente empolgado pelas teses neoliberais, implementando um plano conservador e excludente de estabilização econômica, base para a manutenção de um modelo econômico integrado de forma subalterna à economia mundial, excludente e concentrador de renda.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



O plano FHC2

O plano FHC2 está no centro da conjuntura econômica e política. No plano político, ele visa, através da redução temporária da inflação, ajudar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, que hoje enfrenta grandes dificuldades para se consolidar. Dificuldades aumentadas pelo falecimento precoce da “revisão constitucional”, que era o caminho escolhido pelas elites para impor as teses do projeto neoliberal no Brasil. A revelação da rede de corrupção, primeiro no Poder Executivo com a CPI do PC, depois no Congresso com a CPI do Orçamento, também fragilizou muito a política das elites. Alguns dos seus principais quadros não têm alternativa a não ser o ostracismo, mesmo os que foram salvos da cassação pelos seus pares, como o “tubarão branco” do PFL, Ricardo Fiúza. Mesmo em nível regional, a luta pela ética na política tem furado o cerco e desvendado esquemas de corrupção regionais, como o do jogo do bicho.

Os principais impactos negativos do plano, similar aos planos adotados na Argentina e no México segundo o modelo do FMI, são as perdas salariais decorrentes da conversão pela média, do expurgo de parte da inflação que ocorrerá quando da implantação do real e da ausência de política salarial na vigência da nova moeda. Além disso, o plano impõe um corte drástico de verbas para os gastos sociais (saúde e educação, principalmente) e para os investimentos produtivos. No geral, o plano se baseia no receituário neoliberal e aponta a redução ainda maior do papel do Estado, incluindo entre suas prioridades o aprofundamento das privatizações, a liberalização da economia e a redução dos custos do trabalho.

A adoção do real corresponde na verdade à dolarização da economia brasileira. Para que isto resulte na redução da inflação, o governo manterá o câmbio artificialmente fixo durante alguns meses, o que trará conseqüências muito negativas para as exportações, para a própria política cambial, para as reservas brasileiras e para os salários, que, na ocorrência de inflação em real, terão seu valor em dólar ainda mais corroído. Além do mais, a dolarização implica perda de autonomia na gestão da política econômica, deixando o país à mercê das oscilações da economia norte-americana.



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Outra consequência do plano será a manutenção, ou mesmo o agravamento, do quadro de recessão econômica, porque o governo elevará ainda mais os juros reais para conter o consumo e tentar evitar inflação em real. Isso ampliará o desemprego e pressionará para baixo os salários.

A CUT rejeita mais essa tentativa de contornar as verdadeiras causas da crise jogando os ônus do combate à inflação nas costas dos trabalhadores e reafirma a necessidade de que se mantenham e intensifiquem as mobilizações contra o arrocho dos salários, contra os cortes de investimentos produtivos e sociais, contra as privatizações, contra a recessão e o desemprego e contra a dolarização da economia. Repudiamos também todo ataque ao legítimo direito de greve, tanto através da repressão, como na greve da Polícia Federal, em que o governo colocou o Exército na rua para reprimir uma greve legítima, como quando se procura descaracterizar um movimento social, no melhor estilo dos tempos da ditadura, acusando greves contra o arrocho salarial de serem greves eleitoreiras.

Plano de ação

Plano de Luta imediato

É vigorosa a luta dos trabalhadores do campo e da cidade frente ao plano neoliberal de FHC, que impõe novamente à população o arrocho salarial, o desemprego, a inexistência de políticas públicas e sociais e a falta de verbas para saúde, educação, moradia e reforma agrária, além do ataque às empresas públicas, aos direitos sociais e aos direitos dos funcionários públicos.

As mobilizações e greves ocorridas nos últimos meses após o dia 11 de maio na cidade e no campo colocam como importante a continuação dessas mobilizações unificadas e o esclarecimento junto à opinião pública dos efeitos danosos da implantação do Real, rumo à Greve Geral.

Além disso, está colocada para nós a disputa eleitoral entre os projetos das elites e o projeto democrático e popular, e este último, sem dúvida, reforçará nossas reivindicações e a organização da classe trabalhadora.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Por isso nós, trabalhadores do campo e da cidade, presentes no 5º Concut, colocamos como fundamental neste período, para combater a fome e a miséria, concentrarmos nossa luta no eixo da questão emprego/salário/cidadania.

São nossas principais bandeiras:

- Recuperação dos salários e do salário mínimo
- Redução da jornada de trabalho e política de geração de novos empregos
- Moradia, saúde, educação e Previdência
- Reforma agrária e política de crédito aos pequenos agricultores
- Controle de preços
- Contra o plano de privatização

A CUT se coloca contra as privatizações e a destruição dos serviços públicos. Como a CUT questionou desde o início, e foi denunciado também no Relatório Final da CPI das Privatizações, o Programa Nacional de Desestatização iniciado por Collor e em vigor até hoje foi a transferência do patrimônio público para o setor privado. O processo foi cheio de irregularidades, o que resultou em danos ao patrimônio público, formação de cartéis etc. A CUT considera fundamental a realização de uma auditoria de todo o processo. Nesse sentido, frente às irregularidades, defende a anulação dos leilões já realizados. A CUT desenvolverá um Plano de Lutas que faça o acompanhamento dos leilões das estatais, preparando ações jurídicas, discutindo com os trabalhadores das empresas a serem privatizadas as formas de luta para barrar as privatizações, e abrindo a discussão na sociedade com atos, manifestações e greves de solidariedade.

A CUT desenvolverá uma ação política e campanha imediata junto aos seus sindicatos e à sociedade civil organizada (OAB, CNBB, movimentos populares) para continuar o processo de mobilização com o eixo e as bandeiras propostos.

Para a preparação dessa campanha rumo à Greve Geral, a CUT deve organizar assembléias nas diversas categorias, além de jornadas unitárias nacionais de luta, com uma plenária nacional no momento

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



adequado, além de apoiar as greves em curso dos setores público e privado.

A CUT na campanha pelo emprego

No sentido oposto ao Plano FHC, a Campanha contra a Fome e a Miséria, à qual a CUT aderiu desde o primeiro momento, definiu como centro de sua atuação para o ano de 1994 a luta pelo aumento e pela melhoria do emprego no país.

O 5º Concut define a questão do emprego como prioridade no ano de 1994, integrando a ação dos comitês da campanha com a ação dos sindicatos.

A ação contra o desemprego deve se orientar pelas seguintes diretrizes:

- a) Redução da jornada, sem redução de salários.
- b) Combate ao abuso das horas extras pelas empresas.
- c) Fim da dispensa imotivada.
- d) Política de investimento público orientada para setores que absorvem grandes contingentes de mão-de-obra.
- e) Política de formação profissional adequada às novas exigências do mercado de trabalho e com participação da representação sindical.
- f) Reforma agrária, que deve começar pelo imediato assentamento de 100 mil famílias (proposta aprovada no Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea), acompanhada de uma política agrícola orientada a financiar os pequenos e médios produtores.
- g) Política econômica orientada para a retomada do crescimento com distribuição de renda, isto é, combate aos juros altos, à inflação e à sonegação de impostos, além da recuperação do poder de compra dos salários.
- h) Programa específico de geração de renda. Devem ser estabelecidas políticas que ajudem os pequenos produtores, artesãos, trabalhadores autônomos, entre outros, a desenvolver atividades geradoras

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





de renda sob formas associativas (cooperativas, mutirões etc.).

A CUT e as eleições de 1994

Nas eleições de 1994, mais do que uma escolha entre candidatos, acontece o embate entre diferentes projetos para o país. No campo conservador há uma disputa entre facções regionais das elites e entre alternativas conservadoras: o projeto neoliberal, que enfrenta resistência na sociedade para se afirmar, e o projeto de organização e atualização do capitalismo nacional, apoiado no modelo econômico e social vigente nas últimas décadas.

No campo progressista, tem-se afirmado o projeto democrático popular, explicitado na candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, cuja vitória abrirá amplas possibilidades de mudanças econômicas, políticas e sociais. Ressalte-se a ligação desse projeto à recente história de organização e luta dos trabalhadores, que levou à criação da CUT em 1983. Ao lado das lutas, das campanhas salariais e greves por melhores salários, condições de trabalho, mais emprego e liberdade sindical, foi surgindo um projeto de sociedade mais justa, livre e democrática, através do qual os trabalhadores buscam uma vida melhor com dignidade e cidadania plena, rumo a uma sociedade socialista.

As elites que sempre dirigiram o país foram incapazes historicamente de desenvolver um projeto nacional que incluísse os trabalhadores e a maioria da população. A insatisfação popular já aparece no quadro eleitoral, com franca desvantagem para os conservadores nas pesquisas de opinião, que tentam tudo para reverter a situação, usando e abusando dos meios de comunicação e articulando alianças, com o único objetivo de evitar a derrota e dar continuidade a um modelo econômico excludente e socialmente perverso.

Conhecemos bem os recursos de que as elites dispõem e utilizam. Por isso devemos nos preparar para uma acirrada disputa eleitoral, na qual é fundamental a presença dos trabalhadores. Devemos lutar por eleições limpas, pautadas no respeito à ética, ressaltando a necessidade de participação política dos trabalhadores, fiscalizando o processo eleitoral e debatendo idéias e programas, com prioridade para as

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003


AJUDA


SAIR

propostas mais urgentes, como criação de empregos, distribuição de riqueza e superação da miséria e da fome.

O Brasil vive a maior estagnação desde 1930. O governo central tem apresentado sucessivos planos elitistas que só têm agravado a crise atual. As bandeiras dos trabalhadores diante da crise brasileira referenciam-se na contestação das dívidas externa e interna, na defesa das empresas públicas, na reforma agrária, no assentamento dos sem-terra, na reposição das perdas salariais provocadas pelo Plano FHC, na democratização do Estado e na ampliação das liberdades políticas.

Ao contrário, as candidaturas presidenciais referenciadas no ajuste neoliberal propõem a diminuição do Estado, a privatização das empresas estatais, a revogação das conquistas sociais, o aprofundamento da dependência do país em relação ao capital estrangeiro e a restrição da democracia.

Diante da crise do país, diante do neoliberalismo, impõe-se o fortalecimento de uma frente democrática e popular que assegure a vitória popular nas eleições e também a governabilidade, o poder político e as condições para implementação do programa de transformações do país, considerando as aspirações dos trabalhadores.

O país enfrenta graves e profundos problemas que não dependem apenas da vontade do governo federal para sua solução. Mais do que isso, vão exigir esforço e disposição de luta de todos os setores representativos da sociedade organizada. A CUT e o movimento sindical devem assumir sua parcela de responsabilidade, contribuindo na promoção das reformas estruturais necessárias e na defesa de um projeto democrático e popular.

O sindicalismo que representamos, que é parte integrante desse projeto, nasceu e se consolidou adotando uma concepção de liberdade e autonomia na relação com o Estado, os governos e os partidos. Por isso, ao mesmo tempo em que, como instituição sindical pluralista, preserva sua autonomia e sua independência, a CUT conclama os trabalhadores para o apoio e a atuação em defesa de suas concepções e de sua plataforma, que querem ver incorporadas num projeto democrático e popular.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





A CUT é contrária a qualquer relação tutelar, paternalista ou de atrelamento a qualquer governo. Passadas as eleições, que não encerram as disputas entre projetos, a CUT continuará mobilizando os trabalhadores em defesa de suas reivindicações, lutando pela conquista e ampliação de direitos e pela superação da grave crise em que se encontra o país do ponto de vista da maioria da população.

A CUT NO PERÍODO 1983-1993

O surgimento do movimento sindical que deu origem à CUT está ligado à formação de uma nova base social decorrente de pelo menos três décadas de crescimento econômico acelerado, no qual se constituiu o grosso da indústria metal-mecânica, de material de transporte e de eletroeletrônica, e se desenvolveu também um amplo setor financeiro e de serviços.

A fundação da CUT coincide, no entanto, com o momento em que essa tendência começava a se inverter. No início dos anos 1980, o Brasil ingressava num longo período de estagnação, provocado pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações. O avanço da luta democrática e social e o fim da ditadura militar, que ocorreram simultaneamente à crise do modelo econômico, dificultaram para as elites brasileiras a manutenção do ataque direto aos direitos dos trabalhadores.

Mas a persistência da crise impediu que as conquistas econômicas se transformassem em ganhos permanentes para os trabalhadores. Apesar da mobilização de dezenas de milhões de assalariados no decorrer da década de 1980, a participação dos salários na renda nacional caiu de cerca de 50% no início dos anos 1970 para cerca de 30% em 1992. Através de diversos mecanismos, a crise brasileira se transformou em fonte de lucro e de aumento da já imoral concentração da renda brasileira.

A CUT cumpriu papel decisivo para que a luta econômica e a mobilização por melhores salários e condições de vida fossem um poderoso instrumento de conscientização de classe nesse período. O

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

ascenso da luta dos trabalhadores confundiu-se com a própria batalha em favor da democracia (Anistia, Diretas Já, participação popular na Constituinte e luta pelo *impeachment*) e contra os pacotes econômicos dos sucessivos governos conservadores – pacotes que visaram a manutenção da especulação e dos ganhos das elites. Tal conscientização culminou com a construção de uma alternativa democrática e popular para o país nas eleições de 1989, representada pela candidatura Lula.

O desfecho da disputa de projetos políticos em que se transformaram as eleições presidenciais de 1989 produziu resultados dramáticos para o país. Vitorioso Collor e imposta a agenda neoliberal, agravou-se a crise e introduziram-se novos problemas, ligados principalmente à reestruturação produtiva, que gerou mais exclusão, desemprego, flexibilização, desregulamentação do mercado de trabalho, supressão de conquistas sociais e uma abertura comercial irresponsável, que ameaçou sucatear parte da nossa indústria.

A vitória popular na luta pelo *impeachment*, com participação decisiva da CUT e dos sindicatos, impediu a consolidação do projeto neoliberal no Brasil, ao contrário do que ocorreu no Chile e na Argentina. No entanto, não conseguimos avançar além de um enfrentamento parcial e setorizado ao projeto neoliberal, ainda hegemônico nas elites brasileiras.

Hoje, quando a crise brasileira parece atingir seu momento mais dramático, é obrigação da Central se empenhar na busca de soluções globais para os nossos problemas econômicos, políticos e sociais. Assumir um papel de protagonista não deve ser visto apenas como um caminho para a concretização de nossos objetivos históricos, mas também como condição indispensável para a consolidação de nosso projeto sindical.

Na construção desse projeto, a liberdade e a autonomia sindical, a luta pela ampliação da democracia e pela construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores e o esforço para superar a crise construindo um modelo de desenvolvimento que atenda aos interesses dos trabalhadores e das maiorias marginalizadas são elementos centrais e estreitamente ligados.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





A CUT e seu projeto sindical são o resultado das lutas e mobilizações das principais categorias organizadas do país, nos seus centros industriais mais dinâmicos, das lutas no campo, das ocupações e greves dos assalariados e bóias-frias e da luta histórica dos trabalhadores brasileiros pela sua organização independente. No final dos anos 1970 e início dos 1980, estas campanhas foram expressas pela organização dos ENTOES e da Anamos e pela disputa da hegemonia pelos sindicalistas combativos no interior da pró-CUT, que levou à fundação da Central única dos Trabalhadores em 1983.

Nosso projeto surgiu da ruptura com o sindicalismo pelego, assistencial, corporativo e subordinado ao Estado. Participou da disputa com o sindicalismo oficial para democratizá-lo e transformá-lo. Questionou a unicidade, o imposto sindical, a interferência estatal na vida sindical (Estatuto padrão, intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos etc.) bem como a forma de contratação e o poder normativo da Justiça do Trabalho.

A democratização de boa parte dos sindicatos oficiais e a generalização de greves e mobilizações permitiram que milhões de trabalhadores se incorporassem à vida política da nação. O fenômeno estendeu-se dos setores mais dinâmicos aos mais tradicionais da indústria, como serviços, funcionalismo público e trabalhadores rurais. Segundo dados do DESEP, cerca de 5.705 greves paralisaram o trabalho entre 1936 e 1992 (ver quadro abaixo), afirmando a classe trabalhadora como sujeito político.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Evolução do número de greves e grevistas (1986/1992)

Ano	Greves	Grevistas
1986	1.278	8.254.140
1987	1.052	12.047.000
1988	849	8.213.899
1989	1.548	10.082.330
1990	2.200	12.353.183
1991	789	9.291.393
1992	568	2.923.472

Fonte: DESEP/CUT.

No entanto, a persistência do modelo sindical (unicidade, imposto, poder normativo da Justiça do Trabalho e outros mais) e de uma cultura corporativista permitiu a sobrevivência de todo um setor atrasado e pelego do movimento sindical, pois coexiste com essa liderança do sindicalismo oficial um limitado nível de consciência classista, essencialmente transformadora. Além disso, essa persistência provocou algo mais grave: uma crescente adaptação dos setores mais combativos à lógica corporativista e mesmo à incorporação de práticas fisiológicas típicas do sindicalismo-CLT por sindicatos filiados à CUT.

A fragilidade organizativa da Central tem agravado esse quadro no período mais recente. Ela decorre de uma organização horizontal sem papel definido, particularmente nos Estados e nas regiões, e de uma estrutura vertical (sindicatos por ramo de atividade) ainda incipiente, e da ausência quase generalizada de organizações nos locais de trabalho, em particular pela dificuldade de enfrentar o processo de reestruturação da economia no chão da fábrica.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



ESTRATÉGIA

Desde sua fundação de agosto de 1983, a CUT afirmou uma opção estratégica de “luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, econômica e social”.

Como afirmou em resolução específica o 2º Concut, como negação ao quadro de exploração e miséria que sofre a classe trabalhadora no Brasil, essa sociedade é socialista e democrática. O 5º Concut reafirma a posição da Central de luta pela perspectiva socialista nos marcos da superação do capitalismo.

O capitalismo atual, ao mesmo tempo em que poupa o trabalho humano (o capital torna os seres humanos supérfluos), leva a exploração do trabalho social produtivo para além da centralidade operária e da fábrica, generalizando a luta de classes, que se estende da pesquisa ao consumo e redefine o perfil do mundo do trabalho.

O capitalismo, ao exacerbar seu inerente produtivismo (a produção pela produção) criando uma riqueza artificial, supérflua (produção tendencialmente infinita de mercadorias), não considera os limites naturais da expansão, gerando uma exploração do ambiente natural sem precedentes e aprofundando a contradição entre a vida social do homem e o ambiente natural. Assim, a crise ecológica planetária deriva da acumulação de capital.

A incorporação da mulher no mercado de trabalho e o consumo de massa, e o decorrente declínio da família nuclear tradicional, redefinem as formas de exploração da mulher, que, de propriedade privada do homem, passa a força de trabalho, com o corpo e a subjetividade mercantilizadas, reproduzindo um específico feminino subalterno na esfera pública. Ou seja, a opressão da mulher ocorre no mundo da produção social, além de naquele das relações afetivas privadas.

Embora estas três formas de exploração não se coloquem no mesmo plano ou como um todo único, só podem ser equacionadas com a superação do capitalismo, o que sugere uma política que alie os interesses

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

do mundo do trabalho (em acelerada transformação) ao ambientalismo e ao específico feminino e sua sensibilidade, na busca de um novo socialismo, humanista e democrático.

Para a CUT, um dos elos de ligação entre o horizonte socialista e nossa ação imediata são as reformas estruturais (econômicas, sociais e políticas) que a Central propõe. Essas reformas buscam resgatar o direito à cidadania plena das maiorias e assentar as bases para a nova sociedade: a conquista da soberania nacional; a reforma agrária; a democratização do mundo do trabalho; a ampliação da democracia política; o controle social sobre a economia; a universalização do direito à educação, à seguridade social, à moradia, ao emprego; o fim da oligopolização dos meios de comunicação etc.

Frente aos desafios colocados para a ação sindical nos anos 1990, no 5º Concut foi definida uma nova etapa na discussão sobre estratégia na Central: “A persistência e o agravamento da crise nos últimos anos mostraram que só é possível superar a instabilidade econômica e social e alcançar novos padrões de distribuição de renda e uma nova qualidade de vida para os trabalhadores a partir de soluções globais que permitam o combate ao projeto neoliberal e a construção de um projeto alternativo do campo democrático e popular”.

O debate que foi travado no 4º Concut sobre a estratégia da Central esteve fortemente impregnado pelas dificuldades que nosso movimento tinha no enfrentamento com a recente ofensiva neoliberal. No Brasil, o projeto neoliberal encontrou mais dificuldades políticas nas elites e uma resistência maior dos trabalhadores que em outros países. Mas, por outro lado, introduziu novidades na estratégia empresarial que cobram uma reciclagem das respostas sindicais.

Atualizamos assim a discussão já aberta no 2º Concut (agosto, 1986) sobre a necessidade de os trabalhadores, inclusive através de sua organização sindical, construírem uma alternativa global de saída para a crise brasileira – além da necessária política de resistência em defesa dos interesses imediatos frente às políticas conservadoras de estabilização.

Parte dessa mesma tradição cutista, afirmada nas resoluções de concepção e prática sindical do 3º



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Concut, é a compreensão de que, intervindo em política, o movimento sindical o faz de maneira diferenciada em relação às instituições partidárias. A CUT continua a construir um sindicalismo baseado na ampla democracia sindical, independente dos patrões e dos governos e autônomo em relação aos partidos políticos. Combate tanto o sindicalismo de colaboração de classes como as experiências que, na prática, levaram à fusão na relação sindicato–Estado–partido, preservando sua autonomia frente aos governos e partidos.

Parte indissociável dessa estratégia é o fortalecimento do movimento sindical internacional e sua consolidação como um instrumento da luta dos trabalhadores pela autodeterminação dos povos, pelo respeito aos direitos humanos, pela democracia e pela preservação da paz. Este é o sentido da resolução de política internacional, aprovada na 5ª Plenária, que estabeleceu uma relação orgânica da CUT com o movimento sindical internacional, representada pela nossa filiação à CIOSL em 1992, sem abdicar da nossa autonomia.

Além desses aspectos, a construção de uma nova ética é parte fundamental da estratégia da CUT. Desde sua fundação, a CUT não é somente uma promessa de mais salários e mais emprego, mas também esperança de construção de uma sociedade com novos valores. A classe trabalhadora não necessariamente constrói valores diferentes dos dominantes na sociedade na qual é explorada e oprimida. Já as entidades que buscam organizá-la em uma perspectiva transformadora devem colocar concretamente a necessidade de superar o marco dos velhos valores.

O Brasil tem sido governado até o presente em função dos interesses das elites conservadoras. Estas têm manipulado a vida política para excluir as maiorias das decisões nacionais. E têm usado as esferas de governo e decisão para impulsionar modelos econômicos socialmente excludentes, favorecedores dos interesses de pequenos grupos privados muito ricos, o que tem levado a recorrentes e profundas crises econômicas.

Por isso, para a CUT não existe contradição entre a conquista das reformas e a ampliação da



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



democracia, mas, ao contrário, ambas têm uma identidade profunda.

Nos últimos anos, a ampliação da democracia no plano institucional passou e passa pelo avanço das conquistas dos trabalhadores na sociedade através da sua própria mobilização. Esta é a experiência dos trabalhadores no Brasil em relação ao direito de greve, ao direito de acesso à terra, às conquistas sociais na Constituição, às eleições diretas e à luta do *impeachment* etc.

Nessa caminhada da luta sindical, a CUT tem ampliado sua presença na sociedade e certamente assumirá, por direito próprio, a possibilidade de interferir nos rumos do país. Isso se traduz em avanços na ocupação de espaços institucionais como, por exemplo, nos diversos conselhos de controle sobre os fundos e as políticas públicas hoje existentes.

Mas, a cada avanço na institucionalidade, aumenta a pressão da institucionalidade tanto sobre como na própria CUT. Assim, se a maior inserção institucional é também resultado das conquistas dos trabalhadores, a pressão institucional é a consequência inevitável do mesmo processo. Para resolver esse desafio, a estratégia da CUT na ação institucional, da qual os trabalhadores não podem se omitir, precisa estar subordinada à estratégia geral da Central.

Hoje é cada vez mais vital que os trabalhadores não só combatam a implantação do projeto neoliberal como também formulem suas diretrizes alternativas visando um novo Brasil, a partir da agenda de reformas estruturais que há muitos anos vem sendo construída pelos vários movimentos que compõem o campo popular e democrático. Os pontos centrais dessa agenda remetem, no plano geral, a três campos de intervenção política: reestruturação produtiva; papel do Estado; e uma política de retomada do crescimento com distribuição de renda, riqueza e que seja ao mesmo tempo geradora de empregos.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



PLATAFORMA DA CUT

Num momento em que o neoliberalismo se encontra numa posição ofensiva no mundo inteiro, apesar dos sinais de resistência da sociedade civil, em particular do movimento sindical, cabe ao movimento operário, democrático e popular defender uma plataforma que tenha como pontos básicos:

- a) Combater a reestruturação neoliberal, cuja lógica é a ampliação de desemprego estrutural, a concentração maior da renda, manutenção dos privilégios aos setores oligopolizados e monopolistas da economia – setores de maior densidade tecnológica – e aberturas em contrapartida à concorrência estrangeira, que leva o país a aceitar condição subalterna no cenário internacional.
- b) Lutar pela recuperação da capacidade de investimento do Estado brasileiro e pela sua democratização, inclusive para que se possa frear o processo de sucateamento e privatização dos sistemas públicos de saúde, da educação, da Previdência e dos transportes.
- c) Defender a soberania nacional, tendo como base a luta contra o desmonte do Estado brasileiro, a partir da defesa das empresas e dos serviços públicos.
- d) Defender o não-pagamento da dívida externa, a taxação fiscal das grandes fortunas, dos lucros do sistema financeiro, dos monopólios e do grande capital, incorporando uma política econômica de defesa do emprego e de melhores condições de vida para as maiorias.
- e) Defender uma reforma agrária que se volte contra o latifúndio, levando-se em conta o caráter da produção bem como as particularidades regionais. Defender a execução sem demora do assentamento dos trabalhadores sem terra nas áreas já desapropriadas e uma política agrícola que atenda ao pequeno e médio produtor e às necessidades internas de consumo de alimentos.
- f) Garantir o amplo acesso da população a moradia digna, desapropriando se necessário grandes extensões de terra nos centros urbanos, financiando a construção de residências e executando obras de saneamento e urbanização.





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

g) Defender a ampliação da democracia no mundo das relações de trabalho e o avanço da democracia política na sociedade brasileira, que convive com uma longa tradição de exclusão da maioria das decisões.

Reestruturação produtiva com desenvolvimento econômico e social

A busca de um novo modelo de desenvolvimento deve ter como objetivo central a incorporação plena dos trabalhadores e dos marginalizados à vida econômica e social. Para isso deve ser enfrentada a questão da reestruturação produtiva na indústria e na agricultura, tendo em vista o esgotamento, há vários anos, do aparato produtivo brasileiro e a introdução, em vários setores, de novos processos e tecnologias.

Como diretriz geral, a reestruturação deve pautar-se pela dimensão social da política industrial, educacional, agrícola e agrária, de pesquisa e desenvolvimento, de comércio exterior e de fortalecimento e ampliação do mercado interno, com a ampliação e a democratização das formas de produção e de apropriação dos bens e serviços produzidos.

Devemos disputar as idéias de “qualidade e produtividade” partindo de uma perspectiva da qualidade de vida e trabalho para as maiorias e da distribuição dos frutos do aumento da eficiência do trabalho para o conjunto dos assalariados e da massa de excluídos. Nesse processo se afirma o caráter conflitivo das relações capital-trabalho, negando a ideologia empresarial de parceria.

No enfrentamento da reestruturação impulsionada pelo capital nos anos 1990, a resposta sindical deve:

a) Equacionar a perspectiva dos diversos setores da classe trabalhadora que sofrem direta ou indiretamente o impacto das medidas de reestruturação. Nesse sentido, afirmamos que as respostas iniciais, tanto nas câmaras setoriais quanto nas empresas autogestionárias, não dão base suficiente para uma resposta global frente aos impactos do ajuste sobre a classe trabalhadora.

b) Basear em parâmetros gerais definidos pela CUT (assim como por outros setores populares) a elaboração das propostas de como os trabalhadores entendem que deve ser organizada a economia do país em disputa com as propostas neoliberais.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

c) Preservar o caráter coletivo da ação dos trabalhadores, assim como o papel dos sindicatos enquanto representantes coletivos dos mesmos, contra as estratégias do capital de individualizar a relação capital-trabalho e de excluir os sindicatos.

d) Fortalecer a perspectiva solidária do conjunto das categorias – contra as tentativas da concorrência interempresarial virar concorrência entre trabalhadores, seja no nível nacional, seja no internacional. Nisto a defesa das mais avançadas conquistas e sua extensão para todos os trabalhadores é o fator-chave.

e) Defender o papel regulador do Estado no mercado assim como preservar sua capacidade no investimento na produção (contra o “Estado mínimo neoliberal”), ampliando inclusive a capacidade de tributação sobre a riqueza, o patrimônio, os lucros, as heranças etc.

No que se refere à questão industrial, o principal objetivo deve ser o estímulo conjunto e articulado ao crescimento econômico, ao desenvolvimento social e à modernização produtiva, compatibilizando as necessidades da reestruturação em novas bases com uma significativa redução das desigualdades regionais e de renda. Com isso, busca-se a incorporação dos trabalhadores e da massa de excluídos à condição plena de produtores, consumidores e cidadãos.

Para isso é preciso elevar os níveis de produtividade, mas com base nos investimentos, principalmente públicos, em educação, em conhecimento técnico, em saúde, em tecnologia e em pesquisa; modernizar e expandir a infra-estrutura econômica e social (transportes, energia, telecomunicações, habitação e saneamento); e, principalmente, estabelecer formas democráticas e ampliadas de formulação e gestão de todas as políticas que atuam sobre o desenvolvimento industrial – a exemplo do que hoje está pautado nas experiências das câmaras setoriais, do Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), do Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade (CTCOM), do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e do Conselho Nacional de Informática (Corin).

O fortalecimento do mercado interno deve ser o motor do desenvolvimento industrial, determinando a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

orientação das políticas públicas de incentivo (fiscais e creditícios), que devem estar vinculadas a contrapartidas do setor privado com relação a metas de emprego, de salário, de produção, de preço e de investimento na capacidade produtiva e nas inovações tecnológicas geradoras de emprego.

A abertura comercial externa deve estar condicionada aos níveis de competitividade dos diferentes setores, estabelecendo cronogramas e tarifas adequadas à readequação de cada um deles, a qual deve ocorrer buscando efeitos positivos no emprego, na produção, nos preços e na renda. A política de abertura às importações deve se basear no princípio da reciprocidade, com contrapartidas bilaterais em torno dos objetivos de desenvolvimento econômico e social. Esses objetivos devem também nortear a política para o capital externo, principalmente no que se refere aos direitos sociais, investimentos em pesquisa e tecnologia, à geração de empregos e à proteção do meio ambiente dentro e fora das empresas.

Terceirização

O crescimento da economia especulativa em nível mundial leva os patrões a buscarem uma superexploração dos trabalhadores. Um dos instrumentos para isso é a chamada terceirização.

Junto com a redução de custos com o trabalho, não raramente acontecem a divisão e a desorganização dos trabalhadores. Com a terceirização, busca-se e a desregulamentação do trabalho. Os trabalhadores são demitidos e, se recontratados pelas empresas

“terceiras”, o são com salários rebaixados e precárias condições de trabalho. Além disso, ficam isolados e sem organização sindical. Para completar a perda de direitos trabalhistas, estas empresas deixam com freqüência de recolher encargos sociais.

A CUT combate a terceirização nas atividades fins ou meio e adota a seguinte posição:

- a) Contra a terceirização.
- b) Pela igualdade de direitos e salários a todo trabalhador que realize o mesmo trabalho.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

Na luta contra a terceirização buscamos garantir que os trabalhadores “terceirizados” continuem sindicalizados no mesmo sindicato de origem e tenham os mesmos benefícios e direitos trabalhistas da empresa contratante. Nos acordos coletivos, a CUT luta pela implementação do salário profissional e pela elevação dos pisos salariais de forma a diminuir as diferenças entre empresas da mesma categoria.

A CUT decide investir na conscientização e mobilização da base frente à terceirização, ampliando o nível de informação e disseminando propostas dentro das empresas (campanhas nacionais, regionais, cartilhas, vídeos etc).

Reforma agrária como parte essencial do novo modelo econômico

No pós Segunda Guerra Mundial, ocorre uma verdadeira “revolução” tecnológica na agricultura mundial. Consolida-se toda uma série de melhoramentos mecânicos, químicos, genéticos que conferem à agricultura um novo patamar de escala, custos e produtividade.

Para o Brasil, esse novo conjunto de técnicas passa a compor o modelo de desenvolvimento para o meio rural, acentuando a ascensão dos militares ao poder. Estes implementam políticas de desenvolvimento agrícola em duas direções complementares: projetos de colonização do Norte e Centro-Oeste; modernização da agricultura, entendida aqui como a adoção de técnicas elaboradas nos países do Norte, baseadas no consumo de produtos industrializados, na intensificação da produção, na constituição de um complexo de transformação de produção.

Esta modernização conservadora é fruto de uma aliança do capital industrial com o latifúndio, buscando transformar este em empresas rurais e responsável por cerca de 28 milhões de pessoas expulsas do campo nos últimos 30 anos” – um enorme excedente de mão-de-obra barata e desqualificada para a indústria.

É nessa fase que a população urbana supera a rural, e a intensa urbanização passa a exigir uma quantidade crescente de produtos agrícolas. Durante toda a década de 1970, por uma forte intervenção do Estado, foram alocadas grandes quantidades de recursos (na maior parte de origem externa) possibilitando



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

uma política de investimentos públicos (pesquisa, rede de armazenagem, estradas, portos etc.) e de subsídios reais ao crédito, principalmente nas áreas orientadas para a exportação e agroindústrias.

A agricultura brasileira sofre, assim, profundas transformações, contribuindo para o equilíbrio da balança de pagamentos e conformando o setor agroindustrial, que nos dias atuais tem forte presença das empresas transnacionais. Estimulado e adaptando-se às transformações da agricultura, este setor desenvolveu-se rapidamente e hoje controla cada vez mais os mercados de produtos agrícolas e insere a agricultura brasileira no complexo agroindustrial mundial.

Nos anos 1980, além da manutenção da concentração fundiária, teve início uma nova fase na agricultura brasileira, baseada no crescimento intensivo e na diversificação das exportações, com altos custos sociais e uma parcial reestruturação produtiva, que fez crescer o peso dos produtos agroindustriais, voltados para as exportações, diminuindo o dos produtos tradicionais, inclusive para o mercado interno.

O governo Collor acentuou essas tendências ao adotar políticas de conteúdo liberalizante na comercialização e na armazenagem das safras e na manutenção dos subsídios aos latifúndios, fonte de poder político, de exclusão social e de atraso na agricultura. O governo Itamar nada faz para mudar esse quadro.

Durante todo esse período, a maior parte dos recursos públicos foi destinada para os grandes proprietários de terras e para o setor empresarial rural, ligados às agroindústrias exportadoras.

Esta política foi determinante para a concentração de renda e terra no campo.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Concentração de renda Percentual da renda agrícola

	1970	1980
50% + pobres	22.4%	14.9%
1 % + ricos	10.5%	29.3%

Concentração de terra – 1985

Tamanho	% do total estabelecimentos	% da áreaocupada
Até 10 hectares	52.9%	2.7%
Mais de 1.000Hectares	0.9%	43.8%

Fonte: IBGE/DIESSE

Devido a essa concentração, existem hoje no país cerca de 3 milhões de famílias sem terra e milhares delas acampadas nas beiras de estrada, lutando pela reforma agrária. O êxodo rural também é conseqüência desse modelo, gerando a miséria e a violência nos centros urbanos.

Outra conseqüência desse modelo é a existência ainda do inaceitável trabalho escravo, da exploração do trabalho de crianças e de mais de 5 milhões de trabalhadores não registrados.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Apesar de todo o processo de exclusão, a agricultura familiar apresentou durante todo esse período uma tendência de crescimento. Possuindo um peso significativo e revelando sua eficiência econômica, ela é preponderante na agricultura brasileira e produz, inclusive, para a indústria ou para a exportação, como o café, a soja, o milho, o leite, as aves e os suínos, sendo também responsável por boa parte dos empregos da agricultura.

Vários dos países do Primeiro Mundo optaram por processos de desenvolvimento baseados na modernização da agricultura familiar, através de políticas públicas, principalmente a reforma agrária. Esse tipo de desenvolvimento gerou uma política de distribuição de rendas e também a diminuição progressiva dos preços dos alimentos, possibilitando um maior gasto com os produtos industrializados. Isso mostra que o modelo conservador adotado no Brasil foi consequência de uma decisão política e não da suposta maior eficiência da grande propriedade, como apregoam as elites brasileiras.

Para superar o atual quadro e promover outro tipo de desenvolvimento na agricultura é preciso, no plano interno, em primeiro lugar, recuperar a capacidade de financiamento e de coordenação do Estado. Além disso, deve-se mudar o perfil da reestruturação ocorrida nos anos 1980, privilegiando a modernização e a ampliação da produção para o consumo interno, constituindo uma nova infra-estrutura adequada à base técnica do novo padrão produtivo, o que só pode ser proporcionado pelo Estado. No plano externo, deve-se buscar através da qualidade e dos preços dos produtos – novos e tradicionais – ampliar mercados. Deve-se priorizar, também, o incentivo à produção de subsistência (arroz, feijão etc.), bem como estabelecer diretrizes para a exportação apenas dos excedentes desses produtos.

O modelo hoje em vigor terá sua capacidade produtiva esgotada até o fim da década. A transição para um novo modelo produtivo tem de ter como referência central a incorporação produtiva e social do amplo contingente de excluídos, tanto pelo modelo tradicional quanto pelo atual perfil de reestruturação.

O novo modelo produtivo deve priorizar a agricultura de economia familiar, voltada para o mercado interno, visando o combate à fome, à miséria e gerando emprego, tendo como pressupostos:



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





- a) A reforma agrária, iniciando o processo de distribuição de terras e renda no campo.
- b) Política agrícola diferenciada, que tenha como prioridade os pequenos agricultores e o abastecimento interno.
- c) Aumentar a estabilidade do emprego dos assalariados rurais, a garantia de direitos sociais, de salários adequados, da participação dos trabalhadores na gestão das empresas, do acesso aos serviços públicos etc.
- d) Incentivar e priorizar o cooperativismo e o associativismo.
- e) Fomentar um novo modelo agroecológico de produção, que tenha como pressuposto a visão ecológica, a perspectiva social e a transformação dos padrões tecnológicos.
- f) Demarcação das reservas extrativistas na Amazônia.

A CUT sabe que esses pressupostos não virão de graça. Só serão conquistados com a luta dos trabalhadores do campo e da cidade. Nossa Central constrói e apóia as ações dos trabalhadores rurais, como atos, empates, marchas, ocupações, e os Gritos da Terra Brasil.

A luta pela reforma agrária vem se intensificando e ocupando os latifúndios. Conseqüentemente, aumenta o confronto com os proprietários, que estão usando de forma extremada a violência, assassinando trabalhadores rurais, dirigentes sindicais, religiosos, assessores e lideranças que defendam a reforma agrária. Além dessa violência, vimos a conivência do Estado e da Justiça, pois os responsáveis pelos crimes continuam impunes.

A CUT deve realizar em conjunto com todos os setores organizados da sociedade uma ampla campanha de pressão para exigir punição a todos os mandantes e assassinos das lideranças e trabalhadores. E que cada entidade seja responsável por discutir a forma de segurança dos trabalhadores e lideranças a partir das realidades específicas e experiências acumuladas.

Além disso, a CUT deve denunciar todo trabalho escravo e semi-escravo, ainda existente em todo o país, lutando para garantir os direitos básicos e mínimos, de carteira assinada, condições dignas de trabalho e salário.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Democratização do Estado

Com relação à reforma patrimonial, deve-se recusar o argumento neoliberal de que ela se restringe às privatizações como componente do ajuste fiscal, o que levaria ao total sucateamento patrimonial, fiscal e financeiro do Estado. Também deve ser rejeitado o atual modelo de Estado, que está falido exatamente por ter sido montado para atender os interesses políticos e financeiros dos setores dominantes, em detrimento da maioria da população.

O objetivo central deve ser o de capacitar o Estado para atuar direta e indiretamente (investimentos, empresas, associações, políticas regulatórias etc.) na dinamização do desenvolvimento econômico e social, o que tem como pressuposto uma nova relação entre o Estado e o setor privado, destituindo este último de seu poder de determinar de várias formas o perfil e a atuação estatais. Para desprivatizar o Estado exige-se a definição ampla e democrática de critérios e prioridades gerais e setoriais para a formulação de políticas, a gestão dos recursos e a apropriação de bens e serviços. Tais critérios e prioridades pautam-se pelas escolhas estratégicas dos objetivos produtivos e sociais orientadores da modernização e pela necessária soberania na ampliação da inserção do Brasil no cenário econômico internacional.

A liquidação das estatais e do setor público é uma exigência mundial do projeto neoliberal. Seu objetivo é liquidar o patrimônio público, duramente construído pelos povos ao longo da história. À CUT cabe jogar um papel de vanguarda na defesa das estatais, opondo-se de forma clara ao programa de privatizações. A CUT deve chamar todos os setores da sociedade para uma resistência às privatizações. Isso passa por defender também a moralização das estatais. A defesa das estatais exige o controle da sociedade como forma de voltá-las plenamente para o interesse público.

No campo fiscal deve-se reestruturar o conjunto de receitas e despesas públicas de modo que elas atuem conjuntamente na distribuição de renda, nos investimentos produtivos e no combate à inflação. Para isso é necessário impor grandes perdas aos sonegadores, aos beneficiários escusos de incentivos e de créditos públicos e aos especuladores que ganham sobretudo com a sangria propiciada pelas dívidas interna



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

e externa – que tornaram o Estado e os recursos públicos reféns de seus interesses.

Do lado das receitas, a reforma tributária deve estruturar-se com base nos impostos diretos sobre a renda e o patrimônio, tendo como critério a progressividade e a seletividade. Do lado das despesas, devem ser priorizados os gastos sociais, os investimentos produtivos e o apoio aos programas científicos e tecnológicos ligados à modernização produtiva. Além disso, deve-se instituir subsídios diretos aos compradores em substituição às isenções fiscais aos produtores.

Quanto à estrutura administrativa do Estado e a sua atuação social, elas devem ser parte integrante do novo modelo de desenvolvimento, atuando na sua sustentação e na definição de seu caráter estratégico e não apenas com características burocráticas, fiscais e compensatórias.

Os objetivos de uma reforma administrativa são: prioridade às atividades-fim, de acordo com as carências da população; políticas de seleção, qualificação e treinamento; realocação regional, burocrática e funcional de pessoal, tarefas e recursos; melhoria da qualidade dos serviços; descentralização administrativa, com controle exercido pelo público-alvo; reforma organizacional e de regulamentação pública; e transformação da administração estatal num espaço público e profissional, com controle democrático de suas atribuições e ações e preservado da atuação dos grupos de poder político e econômico corporativo.

No campo da formulação e gestão das políticas sociais é preciso, de início, recuperar a capacidade fiscal e financeira do Estado, superando o caráter meramente tecnocrático e fiscal das políticas sociais através de formas ampliadas e democráticas de definição das prioridades e dos objetivos dos gastos públicos. Elas devem atender tanto as carências existentes, em função do quadro de atraso, concentração de renda e miséria, quanto as novas exigências de modernização produtiva, baseada na incorporação dos trabalhadores e dos marginalizados à cidadania econômica, política e social.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Combate à inflação, geração de emprego e distribuição de renda

A política econômica alternativa que propomos ataca frontalmente o processo inflacionário naquilo que são suas raízes:

Dívida externa: a transferência de recursos aos grandes bancos internacionais desde os anos 1980 está no centro da crise brasileira. A profunda crise que atinge nosso país nos últimos anos está relacionada com a subordinação ao grande capital internacional, aos governos dos países avançados e ao FMI. O principal instrumento dessa subordinação é a dívida externa, que, além de ilegítima, já foi paga. Uma das formas de investir na melhoria das condições de vida do povo brasileiro e no desenvolvimento do país é não pagar a dívida externa, cessando a saída de recursos e rompendo com o FMI e seus planos antipopulares.

Dívida pública interna: os recursos que hoje o Estado destina ao pagamento de sua dívida com credores internos é a principal razão para o perverso desequilíbrio das contas públicas. É este aspecto que deve ser atacado. A CUT defende que, no equacionamento da dívida pública interna, se defina uma política que penalize os grandes capitais que fazem dos cofres públicos sua base de lucratividade.

Uma política econômica de defesa do emprego e de melhores condições de trabalho e de vida para as maiorias

Por mais salários e uma política de rendas: na base de uma retomada do crescimento deve estar o fortalecimento da capacidade aquisitiva dos trabalhadores.

a) A CUT defende a adoção do salário mínimo calculado pelo DIEESE como salário mínimo oficial e a adoção imediata do projeto defendido em comum pelas centrais sindicais de elevação trimestral do salário mínimo.

b) A CUT defende como medida de proteção dos salários o reajuste mensal automático de 100% da inflação.

c) A CUT propõe que o parâmetro para aumentos reais de salários (acompanhando o aumento do

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



emprego) seja a recuperação do patamar de 50% de participação dos salários na renda nacional.

d) A CUT propõe a aplicação de uma política de incentivo à produção dos bens e serviços que compõem a cesta básica dos trabalhadores, para seu barateamento, assim como um rígido controle sobre seus preços e os dos setores oligopolizados.

Por mais emprego e pela redução da jornada de trabalho e sem redução de salário: a busca do pleno emprego está no centro da política econômica alternativa proposta pela CUT. Para tanto, propomos:

- a) Imediato estabelecimento na legislação da jornada de trabalho nacional em 40 horas semanais.
- b) Combate ao uso abusivo das horas extras pelas empresas.
- c) Fim da dispensa imotivada e pela estabilidade no emprego.
- d) Expansão do programa de seguro-desemprego com base na gestão democrática dos fundos sociais (FGTS, FAT e FDS) paralelamente à criação de um programa público de geração de empregos.

Democratização das relações de trabalho

Os avanços democráticos que a sociedade brasileira viveu nos últimos anos, fruto das lutas populares, não foram assimilados no interior das empresas nem nas relações capital-trabalho em geral.

Aspectos centrais da ausência total de democracia na relação capital-trabalho são ausência de condições para o exercício do direito à organização no local de trabalho e o não-acesso dos sindicatos a informações sobre empresas, sem o direito de consulta sobre decisões empresariais. Além disso, os tribunais têm buscado insistentemente restringir o direito de greve, quando não ocorre pura e simples extinção desse direito para setores inteiros da classe trabalhadora. A própria manutenção do poder normativo da Justiça do Trabalho dá continuidade a uma tutela prejudicial para os assalariados na relação capital-trabalho.

Na busca de ampliar a democracia para os espaços de relação capital-trabalho, o 5º Concut incorpora

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





como eixos prioritários da plataforma da Central o contrato coletivo de trabalho e a liberdade de organização sindical, em particular a organização no local de trabalho.

Democratização e controle social do sistema financeiro

Para a CUT, o sistema financeiro nacional deve ser um instrumento de promoção de desenvolvimento do país, servindo aos interesses da coletividade. Sua principal função é bancar o crédito industrial, comercial, habitacional e agrícola, estimulando o investimento e a geração de empregos. Três são as diretrizes que devem nortear a proposta da CUT:

- a) Aumentar o controle da sociedade sobre as instituições de regulação ou comerciais públicas ou privadas, que devem compor o sistema financeiro. Exemplos: Banco Central, CVM e outras.
- b) Modernizar as relações do Estado e seus órgãos com o sistema financeiro, garantindo sua transparência e impedindo o favorecimento, por ação ou omissão, de instituições privadas.
- c) Fortalecer as instituições financeiras públicas, essenciais na consolidação de um novo padrão de financiamento para a economia brasileira e insubstituíveis na tarefa de facilitar o acesso ao crédito e viabilizar as operações financeiras de interesse setorial, regional ou social.

Políticas públicas

O 4º Concut explicitou a necessidade de articularmos as lutas pelas reivindicações imediatas com aquelas de interesse histórico da classe trabalhadora. Assim, precisamos romper com a política contraditória da Central na luta pelos direitos sociais, pois, se de um lado defendemos o papel do Estado para viabilizar as políticas públicas, de outro lado nossos sindicatos são obrigados a encaminhar no dia-a-dia acordos para seguro-saúde, planos de assistência médica e escolas privadas.

A defesa da garantia destes direitos pelo poder público objetiva viabilizá-los para o conjunto dos trabalhadores, desde os representados pelos sindicatos mais organizados até os menos organizados, assim

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

como para os trabalhadores da economia informal, os rurais e aqueles sem qualquer representação.

Para tanto é preciso assumir as lutas para qualificar o trabalhador como sujeito social, não se fechando no corporativismo nem no economicismo. Fixar parâmetros básicos para as políticas de abrangência nacional nas áreas de saúde, educação, moradia, criança e adolescente e outros.

Assim, é importante conceituarmos modelos de financiamento, gestão e controle público.

É necessário de imediato garantir o modelo básico atual de financiamento via contribuições sobre lucro, folha, PIS e loterias, e ao mesmo tempo propugnar sua imediata alteração, passando a incidir fundamentalmente sobre o faturamento e lucros das empresas.

Garantir percentuais fixos do orçamento para investimento em educação e saúde.

Democratizar o Estado, desprivatizando-o e colocando-o a serviço dos interesses da maioria da população.

Combater a corrupção e o clientelismo.

O controle público da gestão do Estado deve ser feito através de nossa participação em conselhos, em seus diversos níveis, articulando-a permanentemente com a luta cotidiana e real dos trabalhadores.

Política de moradia popular

Uma política de habitação popular, que busque resolver o déficit de mais de 12 milhões de unidades habitacionais, deve ser acompanhada de um reordenamento do espaço urbano desde a ótica da função social da propriedade.

Para financiar tal política, a CUT propõe, junto com outros movimentos sociais de moradia, a constituição de um Conselho Nacional de Habitação e de um Fundo Nacional de Moradia, a partir de recursos orçamentários, do sistema de poupança e outros, com prioridade para a população de mais baixa renda.

E para viabilizá-la plenamente a CUT propõe uma lei federal de desenvolvimento urbano, que



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

regulamente o capítulo de política urbana da Constituição federal, criando estruturas e instrumentos que permitam que o Estado e a sociedade civil definam os programas de aplicação, as prioridades no âmbito municipal e estadual, participando também do controle e da fiscalização da utilização dos recursos.

Estas são as medidas no campo legislativo que devem complementar os importantes passos que o movimento popular vem dando na conquista da reforma urbana e do controle social sobre o Estado.

É fundamental, ainda, ampliar o apoio aos trabalhos que a Central vem desenvolvendo com sua participação em conselhos sociais, sobretudo os ligados ao tema, como o Conselho Curador do FGTS e o Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

São exemplos de mecanismos e instrumentos de participação e controle social na elaboração, gestão e aplicação das políticas urbanas que precisam ser fortalecidos e apoiados.

Ampliação da democracia política

A sociedade brasileira tem longa trajetória de exclusão política. As elites conservadoras têm conseguido historicamente manter sua hegemonia política com soluções “por cima”, através da intervenção militar autoritária ou de acordos políticos” – eliminando de uma ou de outra forma a intervenção das majorias na definição dos rumos da nação. Exclusão política e exclusão social são duas facetas do mesmo modelo que as elites conservadoras têm imposto à nação.

A CUT faz parte de um amplo movimento existente na sociedade brasileira pela superação desse quadro. Seu nascimento em confronto com a ditadura militar e sua posição firme contra o caráter conservador da transição política nos anos 1980 são a expressão dessa vocação dos setores populares para desbravar espaços de participação política.

O processo de *impeachment* de Collor, as CPIs, notadamente a da corrupção no Congresso, as denúncias que se avolumam em relação ao Poder Judiciário, entre outros fatos, têm mostrado, nos últimos anos, que os poderes instituídos e o aparato do Estado estão marcados pelo arbítrio, pela corrupção e pelo



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

cerceamento aos interesses da maioria da população. Esses processos mostraram por um lado um avanço democrático em relação à impunidade das elites, mas também evidenciaram, por outro, a insuficiência dos mecanismos normais de controle do Estado pela sociedade.

Soma-se ainda a concentração oligopólica dos meios de comunicação de massa e a extensão da violência na cidade e no campo, que são outras vias de inibição à participação das maiorias do país.

Por tudo isso, a CUT levanta a bandeira da ampliação da democracia política através de iniciativas como:

- a) Aperfeiçoamento e difusão dos mecanismos de expressão direta da soberania popular na definição dos rumos do país, tais como plebiscitos, *referendum* e projetos de lei de iniciativa popular.
- b) Extensão das formas de controle social sobre os fundos públicos, serviços públicos, orçamentos públicos (via mecanismos de orçamento participativo) e políticas de interesse social, através de conselhos onde tenham assento com voz e voto as organizações dos trabalhadores, junto a outras da sociedade civil.
- c) Democratização do acesso aos meios de comunicação de massa.
- d) Modernização e controle democrático do Judiciário.

Para a modernização e o controle democrático do Poder Judiciário

A crise do Judiciário

Assim como os demais poderes da República, que dão sustentação ao Estado capitalista existente no Brasil, o Poder Judiciário também está em crise. Estruturado para atender às demandas de uma pequena parcelada sociedade, o Judiciário se vê cercado pelos questionamentos surgidos após a reestruturação do chamado Estado de direito e não consegue solucioná-los a contento.

O exercício pleno da cidadania só será obtido se ao cidadão forem assegurados direitos essenciais: o direito ao trabalho, à saúde, à educação, à habitação e também à justiça. E, indo mais além, o direito à



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

justiça implicaria o reconhecimento, pela própria Justiça, da existência de todos os outros direitos.

No entanto, o que se vê no país é um Judiciário desaparecido, lento e ineficiente para distribuir justiça a quem precisa. Pesquisas recentes confirmam que a população, em sua grande maioria, não confia no Poder Judiciário. E há razões para isso.

Existem hoje no Brasil cerca de 8.300 juízes, numa proporção de um para cada 18.000 pessoas. Destes, aproximadamente 2.000 cargos estão vagos. Só para comparar, na extinta Alemanha Ocidental havia 17.500 juízes para uma população de 50 milhões de habitantes. O que significa um juiz para cada 2.800 pessoas, numa proporção seis vezes mais favorável em comparação com o Brasil.

Mas não é apenas o número de juízes que se verifica insuficiente na Justiça brasileira.

Há um fato marcante para determinar a crise por que passa o Judiciário: o deliberado e insistente descumprimento das leis. Sem dúvida alguma, as normas produzidas pelo Legislativo brasileiro, quando desfavoráveis aos interesses dos grandes grupos econômicos, acabam não sendo cumpridas. De outro lado, quando prejudicam a maioria da população e atingem os trabalhadores, são rigorosamente observadas.

Criou-se, assim, a idéia de que existem “leis que pegam” e “leis que não pegam”. Na verdade, uma ficção para encobrir o fato de que os defensores do poder têm mecanismos para recusar-se a cumprir determinadas normas, enquanto a maioria da população, quando infringe qualquer lei, é severamente punida.

O resultado dessa distorção produzida pelas desigualdades sociais é agravado pelas deficiências existentes no Poder Judiciário. Levadas à Justiça, essas demandas comumente esbarram na ineficiência do aparelho judiciário, prejudicando ainda mais a população e ampliando a descrença na instituição.

A Justiça do Trabalho

De todos os ramos do Judiciário é a Justiça do Trabalho aquela à qual a classe trabalhadora mais recorre. No entanto, a Justiça do Trabalho na realidade serve aos interesses do patrão, na medida em que



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

se trata de instrumento de conciliação entre desiguais, ensejando acordos espúrios, flagrantemente lesivos ao trabalhador, que se vê quase obrigado a ceder parte daquilo que lhe é de direito. Além disso, não pune aqueles que deixam de cumprir com suas obrigações legais nas relações de trabalho, possibilitando o crescimento das demandas judiciais que sempre causam prejuízo ao trabalhador pela sua demora, com processos que chegam a ultrapassar dez anos até sua solução.

No plano coletivo, a Justiça do Trabalho tem como objetivo principal a suavização do choque entre patrões e empregados. Com o seu poder normativo, intervém de forma autoritária nas relações entre capital e trabalho, garroteando a evolução da capacidade de negociação e auto-solução dos conflitos coletivos. E, por fim, ao declarar a abusividade (ilegalidade) de greves, coloca-se claramente ao lado dos empresários, impedindo as conquistas da classe trabalhadora.

Conclui-se, assim, que a intervenção do Judiciário do trabalho nos dissídios coletivos é um entrave à instrução de sindicatos combativos, mobilizadores das categorias, aptos a utilizar eficientemente o legítimo instrumento da greve.

Montada no corporativismo vigente na *Carta del Lavoro*, a Justiça do Trabalho se mantém paritária, isto é, com representação de empregados e empregadores. Os chamados “juízes classistas” são fonte de corrupção de estruturas sindicais comprometidas com o peleguismo e de acomodação ao sindicalismo sem base. É urgente que a CUT seja enfaticamente contrária à manutenção dessa instituição, usada, com raríssimas exceções, somente como cabide de emprego para sindicalistas comprometidos com o poder.

O que mudar?

Em primeiro lugar, não podemos perder de vista o fato de que as mudanças no Judiciário não estarão jamais dissociadas das mudanças estruturais necessárias à própria sociedade. No entanto, o combate à corrupção – da mesma forma como o ocorrido com o Executivo e o Legislativo – deve também ser exigido do Judiciário, onde inúmeras denúncias de irregularidades têm surgido nos últimos anos. Propõe-se, assim, a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

criação de uma CPI do Judiciário, de forma a apurar publicamente tais irregularidades. Do mesmo modo, o controle externo da sociedade sobre a administração do Poder Judiciário e as reformas na organização da Justiça do Trabalho e nos critérios de nomeação de juízes devem ser discutidos e acelerados, bem como a extinção de tribunais desnecessários e da representação classista na Justiça do Trabalho.

Outro fator importante para mudar o Judiciário é combater sua elitização. Um dos motivos que levam a esse distanciamento dos problemas que afligem a maioria da população é o fato de que geralmente os cursos jurídicos são privilégio dos estamentos superiores da sociedade, reproduzindo a ideologia de classe. Também se verifica que os currículos nos cursos de direito estão voltados predominantemente para áreas de conhecimento voltadas para os interesses das elites econômicas. Do mesmo modo, a própria estruturação e concepção do Poder Judiciário foram elaboradas em função dos interesses das elites econômicas e em função dos interesses de classe. E, por fim, os indivíduos são geralmente leigos em relação a direitos elementares e aos mecanismos para defendê-los.

Uma outra questão a ser enfrentada é a impossibilidade que a maior parcela da população tem para fazer com que suas demandas sejam apreciadas pelo Judiciário. É o problema do acesso à Justiça. Normalmente ela se polariza sobre processos que considera de maior importância, segundo critérios relativos, renegando a um plano inferior os pequenos direitos, esquecendo-se de que eles podem ser vitais para os mais necessitados.

Desnecessário por fim discorrer sobre a importância de um Poder Judiciário que decida com relativa rapidez as questões a ele levadas. A lentidão nas decisões faz com que não se acredite na sua eficiência. Daí se dizer que a “Justiça (o Judiciário) não funciona”. É necessário que o Judiciário seja rápido e eficiente, garantindo a manutenção do Estado de direito. Além de rápido, deve ser o Judiciário qualificado e confiável, o que só será possível quando se mostrar à sociedade que o mesmo não é isento, imparcial, mas sim um poder do Estado como qualquer outro, que tem suas decisões confirmadas em conformidade com as pressões sociais.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





AÇÕES PARA IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA

Envolver e mobilizar a base dos trabalhadores

A CUT em sua trajetória de luta tem ampliado cada vez mais uma ação e uma representação sindical que combinam a defesa das reivindicações no âmbito das relações de trabalho com a formulação e a busca de conquistas de direitos sociais e políticos amplos para os trabalhadores. A perspectiva é o avanço da democracia e da cidadania no Brasil.

Para impulsionar a ação da CUT nessa amplitude são indispensáveis a organização e o desenvolvimento, durante as eleições de 1994, de uma grande jornada nacional de debate junto às lideranças, aos dirigentes, aos militantes e aos trabalhadores da base da CUT sobre a estratégia e a plataforma da CUT aprovadas no 5º-Concut. Esse processo de debate deve construir mecanismos, condições e um programa de mobilização pela conquista das reivindicações da CUT.

Buscar alianças com organizações democráticas e populares

Para potencializar a atuação da CUT e a possibilidade de conquistas amplas, é prioridade debater e implementar suas propostas de políticas necessárias para o país com o conjunto das organizações democráticas e populares, aliadas na construção coletiva de uma hegemonia das majorias no Brasil. Essa prioridade deve ser refletida numa estratégia de buscar uma articulação permanente neste campo democrático e popular, superando a prática de alianças eventuais e/ou conjunturais

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





POLÍTICA ORGANIZATIVA DA CUT

Balanço

A 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), realizada em Praia Grande, SP, em agosto de 1981 deliberou pela criação da Central Única dos Trabalhadores, com uma visão de intersindical que combinava a representação de entidade com a quantidade de trabalhadores na base. Nessa combinação, o sindicato pesava bastante e havia um certo acordo federativo, garantindo uma representação mínima por Estado, como apareceu na composição da Pró-CUT e nas primeiras direções nacionais da CUT.

A central sindical, proposta como representação política da classe trabalhadora organizada, buscava romper com o corporativismo imposto pela CLT e avançar na democratização da estrutura oficial. Na preparação do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora surgiu o primeiro choque entre duas concepções sindicais distintas, através do polêmico artigo 8º do Regimento Interno do Congresso. Do lado da CUT, ficaram os que defendiam a atuação dentro da estrutura oficial como ponto de partida para uma nova organização dos trabalhadores, baseada na liberdade e autonomia sindical.

A CUT foi criada em agosto de 1983, consignando em suas resoluções a disposição de substituir a estrutura oficial e confirmando essa decisão nos congressos de 1984, 1986 e 1988, ao inscrever os princípios de liberdade e autonomia em seus Estatutos.

A CUT surgiu contra e apesar da legislação, impôs-se como uma central sindical que representa de fato a maior parte dos trabalhadores brasileiros, mas não conseguiu romper com muitos dos parâmetros oficiais de organização sindical. Na raiz dessa dificuldade estão os mesmos motivos que nos levaram à opção de lutar nos marcos do sindicalismo oficial:

a) Referência dos trabalhadores no sindicalismo oficial, arraigado há cinco décadas no tecido social brasileiro, limitando a autonomia, mas oferecendo algum tipo de garantia e proteção legal, principalmente aos menos organizados e com maiores dificuldades de mobilização.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

b) Peso institucional do sindicato oficial, ou oficialmente reconhecido, que tem prerrogativas exclusivas de representação junto ao Judiciário Trabalhista, negadas quando sua legitimidade é passível de contestação.

Alicerçada sobre os sindicatos oficiais, a CUT enfrenta agora uma tensão crescente entre a acomodação à estrutura oficial e a consolidação de seu projeto sindical, revelada em todos os planos: na montagem da nova estrutura sindical, na implantação da organização no local de trabalho e na reforma do sistema de relações de trabalho. A acomodação está presente, em maior ou menor grau, em todas as concepções sindicais e em todos os ramos de atividade.

Essa acomodação, que pode chegar a uma adesão ao modelo corporativista, tem favorecido a burocratização, a ausência de controle das bases sobre as direções sindicais e, no limite, o abuso de poder e a violência, sinais de degeneração da prática sindical. O sectarismo e a falta de um código de ética cutista vêm transformando muitas eleições sindicais num cenário de disputa “ideologizada”, mas despolitizada, do aparelho sindical, contribuindo para que os adversários históricos do movimento operário tentem difamá-lo e isolá-lo. Este é o claro objetivo da CPI da CUT, impulsionada pela extrema direita.

Entre as regras e os critérios a incluir em um código de ética, está a necessidade de uniformizarmos os procedimentos de custeio das despesas dos dirigentes sindicais, que não devem receber aumento salarial em função de sua liberação para o sindicato. Para evitar que essas práticas degenerem em dependência econômica dos dirigentes, é preciso combater qualquer motivação financeira na relação entre o dirigente e a base representada.

A concessão de ajuda de custo aos dirigentes para o desenvolvimento da atividade sindical é correta, desde que adotados valores adequados à realidade salarial da base representada, estabelecendo-se mecanismos que evitem qualquer forma de uso político na concessão da ajuda, e dando conhecimento à categoria de forma transparente e sendo aberta à avaliação dos trabalhadores.

Ao chegar aos 11 anos de existência, a CUT se vê diante do desafio de aprofundar e dar conseqüência



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

à sua perspectiva de fundação, fazendo da liberdade e autonomia sindical a base do projeto político sindical da CUT. Daí a prioridade de armar a classe trabalhadora brasileira com uma nova organização sindical, que dê um salto de qualidade no sentido da total liberdade e autonomia, considerando os pressupostos das Convenções 87 e 151 da OIT.

Para tanto é necessário assumir nossos defeitos e deformações, e ao mesmo tempo propor formas e métodos para superar essas dificuldades. É fundamental combater o corporativismo e construir sindicatos por ramo de atividade com ampla democracia, fruto da vontade dos trabalhadores e não de imposição da lei.

Não bastam princípios e bandeiras de luta. É necessário levá-los à prática, envolvendo o conjunto dos sindicatos da CUT no processo.

Liberdade de organização e o fim da unicidade sindical

Não queremos consolidar uma proposta de organização sindical para impor ao conjunto dos trabalhadores através de uma legislação. Essa é a posição da CUT, desde sua fundação, que continua atual. Isso não significa que devemos ignorar a legislação trabalhista. Ao contrário, queremos que os princípios de liberdade e autonomia sindical se inscrevam na legislação do país, o que vai exigir mudanças na Constituição e o rompimento do modelo celetista.

Não interessa aos trabalhadores um cenário de total desregulamentação, com pluralidade sindical e ausência de critérios, que pode levar à criação de sindicatos amarelos, com base limitada aos trabalhadores das empresas, financiados pelos empresários, prejudicando efetivamente o direito de organização. Ou, ainda, estabelecendo uma disputa com os sindicatos em função do direito de optar pela não-representação sindical, como acontece nos Estados Unidos.

Ao estabelecermos, em 1988, que a representação nos fóruns da CUT seria proporcional ao número de associados, não adotamos o princípio de que o sindicato representa apenas os filiados, só aprova contribuições para os associados e exige que os resultados da negociação coletiva se restrinjam aos



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

associados. Queremos a liberdade, que traz a possibilidade de mais de um sindicato na mesma base, e trabalhamos pela mais ampla unidade, baseada em nossos princípios classistas. Não queremos que os não-sindicalizados fiquem no desamparo. Tampouco queremos descuidar da sindicalização de trabalhadores. Para avançar na transição do sindicato oficial para o sindicato da CUT, sem destruir os sindicatos existentes, devemos estabelecer um conjunto de providências, incluindo:

a) Revogação de todo o título V da CLT, que trata da organização sindical, levando até o fim a ruptura dos sindicatos com o Estado, introduzindo na legislação os dispositivos das Convenções 87 (Liberdade e Autonomia), 98 (Negociação Coletiva), 151 (Sindicalização no Serviço Público) e 158 (Demissão por Iniciativa do Empregador) da OIT. Devemos trabalhar para romper os vínculos com os velhos dispositivos da CLT, introduzindo uma legislação de garantia da negociação coletiva e preservando os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores.

b) Romper com a herança do imposto sindical. As entidades devem buscar uma sustentação financeira baseada cada vez mais na contribuição sindical espontânea do filiado e cada vez menos nas formas compulsórias previstas pela legislação. O objetivo é a extinção das taxas compulsórias, que atrelam os sindicatos ao Estado. Ao mesmo tempo é fundamental uma política permanente e sistemática de filiação dos trabalhadores às entidades.

c) Estabelecer um amplo processo de discussão, envolvendo o conjunto da Central, sobre as conseqüências da supressão da unicidade sindical, debatendo a proposta de representação geral da base através do sindicato mais representativo, entre outras opções, em substituição à unicidade e ao atual monopólio dos sindicatos oficiais. Essa hipótese assegura a liberdade, garantindo a cada sindicato a representação de seus associados e ao mais representativo a representação geral, sem descartar a unidade de ação, somando as representações e enfrentando o patronato com maior força. Isso exige processos democráticos e critérios universalmente aceitos de definição de representatividade, através de consulta direta aos trabalhadores envolvidos.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



A CUT, os sindicatos e a transição

Desde 1986 estamos investindo na estruturação da CUT, discutindo instâncias, secretarias, departamentos, organismos de apoio à Central e deixando a organização interna dos sindicatos por conta da autonomia e tradição de luta de cada categoria.

A CUT não definiu um conjunto de pontos para constar dos Estatutos dos sindicatos filiados, nem sequer tem um conjunto de exigências para manter o sindicato filiado, a não ser o genérico “cumprimento dos Estatutos e deliberações das instâncias”, cuja desobediência não tem sanções definidas além da suspensão e possibilidade de desfiliação. Mas não existe até hoje registro de desfiliação de sindicato por iniciativa das instâncias da CUT.

A fórmula da “categoria profissional”, definida pela Comissão de Enquadramento do Ministério do Trabalho, esgota-se pela extinção da comissão e pelas mudanças no processo produtivo, apesar da sobrevida imposta pela Constituição de 1988, que se refere ao sistema de organização sindical como “confederativo” e cita diversas vezes a tal “categoria profissional”. Contudo ainda sobrevivem, hoje, sindicatos de “categorias profissionais” (trabalhadores nas indústrias e em empresas de serviços), sindicatos de “ofícios”, historicamente anteriores às categorias e preservados pelo recurso à “diferenciação”, como sindicatos de secretárias, motoristas, enfermeiros e outras “categorias diferenciadas”, além dos sindicatos das chamadas “profissões liberais”, como médicos, engenheiros, farmacêuticos, psicólogos etc.

Nossa decisão de criar sindicatos por ramos tem se mostrado correta. As experiências bem-sucedidas de fusão (metalúrgicos, plásticos/químicos e petroleiros) indicam um caminho a ser seguido na consolidação dos ramos a partir da base sindical. Apesar disso, as experiências de fusão são restritas a alguns sindicatos, e há ainda grande resistência, sobretudo nos pequenos sindicatos.

O 5º Concut indica a abertura de um processo de discussão sobre a transformação ou não dos sindicatos filiados em sindicatos orgânicos da Central. Esse debate é fundamental para a consolidação da estrutura sindical cutista e a substituição definitiva da estrutura oficial, através de um processo que passa

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

pela constituição de sindicatos de ramo, superando os sindicatos por categoria; pela elaboração de pontos mínimos a constar nos Estatutos dos sindicatos da CUT; e deve incluir ainda questões como ética, duração de mandato, regras democráticas de eleições e funcionamento, estabelecendo normas de convivência entre concepções distintas.

O debate sobre a transição para a liberdade e autonomia sindical deve discutir a transformação das oposições sindicais em entidades associativas de caráter permanente, vinculadas e subordinadas à estrutura vertical da Central. Na hipótese da revogação da unicidade sindical, devemos avaliar a criação de sindicatos minoritários da CUT e, na permanência da unicidade sindical, avaliar a constituição de associações profissionais nas categorias onde houver trabalho de oposições sindicais solidamente implantadas.

A Plenária Nacional da CUT, a se realizar em 1995, fica autorizada a deliberar sobre as propostas e conclusões do debate sobre transição para a organização sindical com liberdade e autonomia, que constará como um dos pontos de sua pauta.

Estrutura vertical

Em 1986, o Concut do Rio de Janeiro introduziu os “departamentos nacionais”, que seriam organizados segundo o ramo de atividade produtiva. Essa definição previa sete ramos. No entanto, a implantação dos ramos acabou seguindo a divisão habitual por categoria. No 4º Concut foi encaminhada uma proposta de definição dos ramos de atividade à 5ª Plenária, em 1992, que esboçou uma divisão em 18 ramos de atividade. Definiu-se ainda que os departamentos nacionais deveriam evoluir para entidades sindicais nacionais da CUT.

Entre os avanços contabilizamos o processo de consolidação da CNM (Confederação Nacional dos Metalúrgicos), da CNB (Confederação Nacional dos Bancários), da CNQ (Confederação Nacional dos Químicos e Petroleiros), além da Federação Nacional da Construção Civil. São novas estruturas que surgem ocupando o espaço dos departamentos nacionais, começando a funcionar como entidades de grau superior,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

em concorrência direta a suas congêneres da estrutura oficial e estabelecendo ligações com os secretariados profissionais internacionais.

Entre os problemas destacamos os desentendimentos ocorridos em congressos de departamentos, como o dos Urbanitários, que tentou transformar a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, entidade filiada à CUT, numa Federação da CUT em substituição ao departamento. As divergências levaram a um racha nacional, com a criação de uma nova federação nacional (ou inter-regional), a Fenadur que está solicitando filiação à CUT.

De modo semelhante, o congresso do Departamento Nacional de Saúde e Seguridade não obteve consenso para a transição rumo a uma confederação e acabou com a retirada de uma parte dos delegados e a fundação de uma pró-confederação, com questionamentos internos, de setores da saúde e seguridade, e “externos”, dos trabalhadores no serviço público.

Por fim, o setor de educação, ratificando antigas dificuldades, assumiu a continuidade das atuais estruturas do movimento – quase todas criadas fora do sindicalismo oficial – e manteve o Departamento Nacional de Educação como uma coordenação das entidades nacionais existentes (ANDES, Fasubra, Contee, CNTE).

Entre os trabalhadores no serviço público, a situação continua complexa e exigindo definições. Proibidos historicamente de se organizar em sindicatos, os servidores públicos construíram as mais diversas formas de associações e federações, do local de trabalho até o nível nacional. Desde o início dos anos 1980, buscase a unificação e aglutinação dessas organizações como forma de potencializar a luta dos servidores. São diversas as propostas, que variam em função da especialidade do serviço público, e não se estabeleceu uma única forma de organização ou proposta de unificação.

A proposta de organização exclusiva de servidores públicos é polêmica em nível federal e entre os servidores estaduais. Os diversos seminários e encontros de servidores têm constatado o fato e procuram contornar o impasse. A criação da Condsef (Confederação Democrática dos Trabalhadores no Serviço



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Público Federal) foi uma dessas tentativas. Não obteve consenso, nem entre as diferentes concepções sindicais, nem entre as diferentes propostas de organização. Na prática, os diversos setores continuaram a consolidação de suas formas de organização. Para suprir a lacuna de uma organização única, constituiu-se uma Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais da CUT, na verdade uma intersindical que só unifica por não ser uma estrutura formal que se contraponha às organizações existentes.

No caso dos trabalhadores rurais, foi mantido o Departamento Nacional, prosseguindo a discussão da disputa de federações estaduais e da ação junto à Contag. Aqui as dificuldades são imensas. Diferentemente dos sindicatos urbanos, o peso institucional e o repasse de verbas públicas ocorre através das entidades de grau superior. Com o agravante de que quando uma federação estadual filia-se à CUT cessam os repasses de verbas oficiais. Essa política de fritar federações estaduais e trabalhar para filiar a Contag à CUT deve prosseguir, como passo importante para consolidar definitivamente a CUT no campo.

A estrutura da CUT para o campo, os departamentos, que é baseada nos sindicatos (de base normalmente municipal) é carente de recursos e encontra dificuldades para efetivar uma coordenação nacional. Não existe uma grande entidade sindical rural (sindicato ou federação) capaz de impulsionar o setor, como acontece entre os bancários e metalúrgicos.

Nos demais setores existe uma variedade de situações, em função da maior ou menor implantação da CUT nas categorias que compõem o ramo, que estão a exigir uma maior presença da Central, no sentido de organizar a discussão nas categorias, buscando o consenso progressivo e contemplando a diversidade. Dificilmente conseguiremos avançar na organização sindical se não houver um acordo entre as diversas concepções político-sindicais que atuam na CUT.

O avanço conquistado pela CUT como central dos trabalhadores da cidade e do campo, reunindo operários, técnicos, camponeses e professores numa mesma Central, deve ser garantido por nossa proposta de transição organizativa. Para isso, a nossa estrutura vertical deve ser capaz de abrigar os diversos tipos de sindicatos existentes (majoritários, categorias diferenciadas, profissões liberais etc.) e coordenar a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





transição para um novo tipo de sindicato, representando os trabalhadores de um ramo, com uma base regional mais adequada.

Por isso o 5º Concut incorpora a proposta de divisão de ramos de atividade da 5ª Plenária Nacional, que esboçou uma divisão em 18 ramos de atividade:

- a) Agricultura, plantações e agroindústria (rurais);
- b) Metalurgia, metal-mecânica, siderurgia, eletroeletrônica (metalúrgicos);
- c) Bancos, setor financeiro, seguradoras, bolsas de valores (bancários);
- d) Química, plásticos, papel, petroquímica, petróleo (químicos);
- e) Indústrias têxteis, do vestuário, couro, calçados (vestuário);
- f) Comércio e prestação de serviços (comerciários);
- g) Educação, ensino, cultura (educação);
- h) Saúde, seguridade, Previdência Social (saúde);
- i) Administração e serviço público
- j) Construção civil, móveis e madeira (construção civil);
- k) Extração e transformação mineral (mineiros);
- l) Alimentação, fumo, bebidas (alimentação);
- m) Comunicação, jornais, emissoras, publicidade, gráficas (comunicação);
- n) Técnicos, profissionais liberais, trabalhadores em administração e tecnologia
- o) Trabalhadores em indústrias urbanas de água, esgoto, gás e eletricidade (urbanitários);
- p) Transportes aéreo, rodoviário, ferroviário, marítimo e fluvial (transportes);
- q) Autônomos urbanos
- r) Inativos

Esses ramos não são definitivos. A experiência internacional aponta para mudanças freqüentes, com a fusão de alguns ramos, como está ocorrendo com os ramos de agricultura/alimentação, e ainda com

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

mineiros/químicos, no âmbito dos secretariados profissionais da CIOSL, os SPIs.

Do mesmo modo, as experiências nacionais e os resultados dos fóruns intercategorias, bem como os esforços de implantação da nova estrutura, deverão servir de base para a avaliação da implantação desse processo, que deverá ser realizada pelas plenárias estatutárias que antecederão o 6º Concut.

Nesse sentido, fica também pautada a discussão sobre a definição do ramo de atividade dos artistas e trabalhadores em empresas culturais.

O 5º Concut aprova a convocação de uma conferência nacional sobre a organização sindical no serviço público, com a finalidade de debater a organização vertical do setor, sobre a abrangência do ramo ou ramos, sobre formas de unificação das lutas dos servidores públicos e os respectivos processos de negociação, articulados nos níveis nacional, estaduais e municipais.

Fica indicado o mês de março de 1995 para a realização da referida conferência, ficando a cargo da Executiva Nacional da Central a atribuição de, em conjunto com as entidades do funcionalismo e com as atuais estruturas verticais da CUT ligadas à área, definir critérios de eleição dos delegados e de convocação da Conferência, devendo essas definições ocorrer até o mês de dezembro de 1994.

As atuais formas organizativas da estrutura vertical da CUT na área do serviço público ficam mantidas até deliberação em contrário das instâncias da CUT.

Fica delegada competência à primeira Plenária Nacional da Central a ser realizada após a Conferência para a adoção uma eventual deliberação, caso em que as atuais formas organizativas deveriam então se adaptar.

O próximo Congresso Nacional da CUT deve reavaliar a questão a partir de uma análise aprofundada da experiência vivida pelos ramos no período.

Até a realização da Plenária Nacional da CUT, que discutirá e eventualmente deliberará sobre a forma organizativa da estrutura vertical da Central na área de serviço público, fica mantida a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais como fórum de articulação cutista no movimento sindical do



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

setor público federal no âmbito dos três poderes.

Os membros da Executiva Nacional da CUT que sejam servidores públicos federais serão membros desta Coordenação, sendo responsáveis pela aplicação dos princípios da Central neste segmento da classe trabalhadora.

É tarefa urgente da Direção Nacional estabelecer um cronograma de congressos nacionais dos diversos ramos para avançar na implantação da estrutura vertical da CUT, respeitando a história dos mesmos. Em vários casos trata-se de continuar um processo já iniciado e em outros de envolver o conjunto dos sindicatos, comprometendo-os na construção de estrutura mais abrangente.

Nos ramos em que não existe estrutura vertical, deve ser implantada uma coordenação nacional do ramo como ponto de partida para a transição, encarregada de estabelecer o processo coletivo de discussão com os sindicatos filiados daquele ramo. Nos setores que fogem ao dia-a-dia da negociação sindical, como autônomos e inativos, devemos continuar e aprofundar o processo iniciado no Planejamento Estratégico Situacional, estabelecendo um cronograma de implantação desses ramos na estrutura da CUT, que passa pela imediata convocação de encontros nacionais dos trabalhadores envolvidos.

Estrutura horizontal

Desde sua fundação, a CUT busca superar o funcionamento como intersindical, estruturando-se como organização sindical de grau superior e adotando uma estrutura horizontal, que se contrapõe ao verticalismo da estrutura oficial. A estrutura horizontal, criada a partir dos sindicatos de todas as categorias, enfrenta, no entanto, alguns problemas que devem ser equacionados.

Há uma série de questões relativas aos vínculos entre as diversas instâncias horizontais. Apesar de se tratar de uma central organizada em seções horizontais de diversos níveis, atua muitas vezes como uma “federação de CUTS”, em detrimento da noção de uma única central. Para superar essa deficiência, seria importante conferir maior organicidade à relação entre essas esferas e rever suas funções, principalmente no caso das regionais.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Sobre as Regionais da CUT

A política organizativa da CUT deve contemplar um intenso fortalecimento das instâncias horizontais da Central em todos os níveis, desde a base microrregional.

É competência das CUTs estaduais nos seus congressos e demais instâncias apreciar e deliberar sobre a política e estratégia de regionalização da CUT no seu respectivo Estado, incluindo as condições financeiras, materiais e humanas para sua implementação.

A regionalização da CUT em cada estado deve assegurar a presença efetiva dos sindicatos filiados e de uma coordenação para as tarefas da CUT na região. Os membros da direção estadual da CUT da região são membros natos nessa coordenação.

A partir do 5º Concut as CUTs estaduais deverão adotar essa resolução para as atuais CUTs regionais.

Órgãos de assessoria da Direção Nacional

O DESEP – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos – e o INST – Instituto Nacional de Saúde no Trabalho—, como parte integrante da estrutura orgânica da CUT, são órgãos de assessoria técnica e política da Central e têm como finalidade propor e desenvolver pesquisas, estudos e atividades de apoio e prestação de serviços à Central em todas as suas instâncias. É de responsabilidade da CUT definir e implementar, através de dirigentes designados para tal, a política permanente da Central para a atuação desses órgãos, envolvendo prioridades temáticas e sustentação financeira, sem contudo condicionar o conteúdo técnico-científico do seu trabalho. No âmbito dessa política permanente, INST e DESEP desfrutam de autonomia para propor e travar relações técnicas e financeiras com outros órgãos, nacionais e internacionais, para a execução de atividades e projetos gerais e específicos.

Estatutos da CUT

Os Estatutos deverão contemplar que a substituição dos cargos vagos nas executivas das instâncias da

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CUT não obedece à ordem de registro dos suplentes, mas buscará a manutenção da composição emanada do respectivo Congresso e as normas estatutárias.

As revisões do Estatuto da CUT efetuadas no 4º Concut, 5ª e 6ª Plenárias Nacionais e neste 5º Concut deverão ser sistematizadas pela Executiva Nacional e submetidas à primeira reunião de Direção Nacional após o 5º Concut.

A Plenária Nacional que antecede a realização do 6º Congresso Nacional da CUT deliberará sobre os critérios de eleição dos delegados.

POLÍTICA INTERNACIONAL DA CUT

Introdução

A partir dos debates ocorridos desde a preparação do 4º Concut, consolidamos um conjunto de políticas de relações internacionais expresso nas resoluções deste Congresso Nacional.

A polêmica sobre a política internacional da CUT foi feita quando da preparação do 4º Concut, principalmente em torno da “filiação a uma central sindical internacional”, isto é, a CIOSL. Na preparação do 5º Concut aprofundamos o debate sobre a definição de questões estratégicas das relações internacionais da CUT, tais como: nossa política no interior da CIOSL/ORIT, a política de relações bilaterais, já que parceiros históricos da CUT no plano internacional são filiados à CIOSL e outros não; a atuação e as formas de participação da CUT em fóruns e em eventos internacionais etc.

No plano internacional, a CUT luta pela unidade de ação dos trabalhadores contra as terríveis conseqüências da crise mundial do capitalismo. Esse é o sentido da nossa filiação à CIOSL, que passou a ocupar o lugar de entidade sindical mais representativa em nível internacional, atraindo centrais de todo o mundo de distintas concepções sindicais.

A CUT participa da CIOSL defendendo uma política de ação de frente única contra os males que os

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



ajustes implementados pelo FMI e o Banco Mundial causam em todos os países. Lutamos pela mais ampla unidade em nível internacional na mobilização concreta contra as privatizações, contra o desemprego, pela anulação da dívida externa, contra a desregulamentação das relações de trabalho, em defesa dos serviços públicos e da Previdência e em defesa das condições de vida da classe trabalhadora.

A CUT no novo cenário internacional

A complexidade do atual quadro de reordenamento da economia mundial e do processo de globalização que vem se operando no mundo levou a CUT a assumir – sem abdicar de sua autonomia e soberania e respeitando as distintas concepções e culturas sindicais— uma relação orgânica com as centrais dos países que têm poder de decisão no atual processo de reordenamento mundial e que, na sua grande maioria, estão reunidas na CIOSL.

Apesar das afirmações internacionalistas, o movimento sindical acumulou um atraso histórico com relação à internacionalização do capital, privilegiando uma prática restrita às fronteiras nacionais em defesa do emprego, dos salários e de sistemas de proteção e regulamentação social.

Esse atraso é ainda maior se consideramos o acelerado processo de globalização econômica, marcado pelo acirramento da concorrência, pela mundialização dos mercados de trabalho e pela constituição de blocos comerciais regionais.

A CUT entende que, além da perda de representatividade e da capacidade dos sindicatos de influir na determinação dos salários e condições de trabalho, esses fatores limitam a capacidade dos sindicatos de influir nas políticas nacionais e nas decisões macroeconômicas, perdendo o seu poder de desenvolver entre os trabalhadores uma consciência classista e solidária.

Soluções duradouras para os problemas atuais devem abranger espaços de atuação para além dos marcos nacionais. A defesa do emprego, do salário e dos direitos dos trabalhadores pressupõe a superação da lógica corporativa, que estimula no movimento sindical uma postura defensiva.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

A luta contra essa lógica representa um desafio crucial para o movimento sindical internacional e deve se traduzir na construção de uma nova prática sindical, baseada na solidariedade e na capacidade de mobilização dos trabalhadores, no combate às estratégias do capital e à lógica do atual processo de globalização econômica, formulando propostas alternativas de desenvolvimento que combatam a fome, a miséria, as desigualdades sociais e a degradação ambiental.

Resoluções para a política internacional da CUT

Diante das transformações operadas no cenário mundial e frente à necessidade de renovar e aprofundar a nossa política de relações internacionais, o 5º Concut atualiza as resoluções da Central.

A Secretaria de Relações Internacionais da CUT assumirá a responsabilidade de desenvolver um contínuo intercâmbio político e cultural de solidariedade mútua com o movimento sindical internacional, em particular no âmbito latino-americano, no sentido de forjar a unidade em defesa do salário e do emprego e contra a ofensiva conservadora mundial que busca retirar os direitos e as conquistas dos trabalhadores.

Relações Sul–Sul

A representatividade da CUT a credencia a exercer um papel importante no movimento sindical internacional. Nossas relações com as organizações sindicais dos países desenvolvidos são bastante estreitas.

Cabe a nós agora ampliar também as relações com as centrais sindicais dos países do chamado Terceiro Mundo, através de intercâmbios, práticas de solidariedade e discussão sobre problemas comuns, fortalecendo a luta dos trabalhadores por democracia, liberdade sindical e direitos em geral.

América Latina

Em função da importância econômica e política do Brasil na América Latina, como também do peso do



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

movimento sindical brasileiro no enfrentamento dos desafios regionais, a CUT deve desempenhar um papel importante na luta dos trabalhadores latino-americanos contra as políticas neoliberais, que vêm sendo implementadas pelos governos da região e que têm resultado no aumento da miséria, do desemprego, na ampliação do mercado informal e na supressão de direitos sociais e trabalhistas.

Esse quadro, associado à disseminação das práticas de corrupção e do narcotráfico, aprofunda a instabilidade política e representa um grave risco para a consolidação das recentes instituições democráticas desses países e um estímulo a aventuras golpistas.

Portanto, a política internacional para a América Latina não deve se traduzir apenas na afirmação do papel político que conferimos à ação sindical e ao seu poder de transformação social, mas também na convicção de que a democracia política é a condição para o pleno desenvolvimento da democracia econômica, com ampla participação dos trabalhadores nos processos de decisão nacional.

Por isso, a nossa política para a América Latina deve ter como objetivo o fortalecimento do movimento sindical latino-americano, condição indispensável para a consolidação democrática na região.

Cuba

O aprofundamento da dependência econômica e da subordinação política, características do passado colonial comum e da industrialização tardia da América latina, foi ampliado nos últimos anos por processos de desindustrialização induzidos pelas políticas neoliberais, criando novos obstáculos à soberania e ao direito de autodeterminação dos nossos povos.

O bloqueio econômico a Cuba constitui um flagrante desrespeito a esse direito e uma inaceitável ingerência externa sobre esse país. A CUT, que desde a sua criação desenvolve relações bilaterais com a Central dos Trabalhadores Cubanos, condena veementemente o bloqueio econômico imposto pelos EUA e entende que é seu dever buscar aliados junto ao movimento sindical internacional na luta contra o bloqueio a Cuba.

A CUT reconhece as conquistas sociais e de soberania nacional da Revolução Cubana e entende que



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





deve prosseguir sua campanha de solidariedade ao povo cubano, exigindo o cumprimento das resoluções das Nações Unidas pela suspensão imediata do bloqueio.

Observatório Sócio-Ambiental da Amazônia

A Secretaria de Relações Internacionais deve garantir as condições que possibilitem a maior articulação das iniciativas desenvolvidas pela Coordenação Regional de Trabalho Ambiental da Secretaria de Políticas Sociais da CUT com as iniciativas desenvolvidas pelo Observatório Sócio-Ambiental da Amazônia, apoiando o intercâmbio entre as centrais envolvidas nesse programa e entre as entidades ambientalistas.

África

O 5º Concut reafirma a importância do desenvolvimento das relações bilaterais entre o movimento sindical dos países do chamado Terceiro Mundo que enfrentam problemas similares aos nossos.

Com relação à África do Sul, a vitória de Nelson Mandela para a presidência da República representa uma vitória histórica da luta contra a segregação racial e a possibilidade concreta de se avançar no estabelecimento da democracia política e social na região. Portanto, a CUT deve aprofundar as relações já existentes com a Cosatu, por entender que essa organização enfrenta problemas semelhantes aos nossos, próprios dos países de industrialização recente do Terceiro Mundo com graves problemas de concentração de renda e desigualdade social e com desafios abertos de avançar na consolidação da democracia e de reversão da enorme exclusão social e racial.

Além disso, a CUT deve intensificar as relações com o movimento sindical dos países com os quais possuímos maior afinidade cultural e lingüística, como é o caso de Angola, Moçambique e Guiné Bissau. Evidentemente, essa priorização não deve excluir a possibilidade de a CUT ampliar suas relações com o conjunto do movimento sindical do continente africano.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Oriente Médio

A CUT, desde sua fundação, tem sido solidária com a luta pela autodeterminação do povo palestino e com a OLP como sua organização representativa.

O acordo de paz selado a partir do reconhecimento mútuo entre a OLP e o Estado de Israel bem como os acordos para a devolução dos territórios ocupados (Gaza e Jericó) representam um passo significativo na luta do povo palestino. Nesse sentido, a CUT reafirma seu apoio aos esforços pela busca da paz na região.

Países industrializados

As grandes empresas multinacionais, em meio ao processo de globalização econômica e da constituição dos blocos regionais, intensificam seus ataques aos direitos dos trabalhadores e se deslocam em busca de mercados desregulados, onde são mais reduzidos os custos com a força de trabalho.

A ação dessas empresas gera atitudes defensivas, em defesa do emprego, por parte dos sindicatos. Encontrar alternativas a essa lógica representa um desafio crucial do movimento sindical internacional, o que exige cada vez mais a realização de ações articuladas dos trabalhadores.

A realização de ações conjuntas entre os trabalhadores do Norte e do Sul é uma necessidade imperiosa. Por isso, consideramos que a criação de condições que permitam a realização de tais iniciativas continua sendo uma prioridade da nossa política de relações internacionais.

Por outro lado, as imigrações, o desemprego e o ressurgimento de manifestações nacionalistas nos países industrializados têm como pano de fundo o aprofundamento da miséria e a falta de perspectivas de crescimento econômico nos países do chamado Terceiro Mundo.

Nesse contexto, não haverá perspectiva de soluções plenas e duradouras para os problemas enfrentados pelos trabalhadores do Norte e do Sul enquanto prosseguir a ampliação de áreas desregulamentadas do mercado de trabalho.

Por um lado, porque nos países industrializados são cada vez mais insuficientes as tentativas do

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

movimento sindical de manter as políticas sociais que caracterizaram o desenvolvimento do capitalismo desde o final da Segunda Guerra Mundial. De outro, porque nos países em via de desenvolvimento ampliam-se os obstáculos para novas conquistas sociais e de geração de empregos.

O 5º Concut reafirma a prioridade estratégica de aprofundar nossas relações com as centrais sindicais dos países industrializados promovendo intercâmbio, cooperação e ações conjuntas através de iniciativas bilaterais, sobre temas como o papel do sindicato na sociedade, o sistema de negociação e contratação coletiva e as organizações nos locais de trabalho, que têm auxiliado a CUT na sua luta contra o modelo autoritário de relações de trabalho ainda vigente no Brasil. Além disso, a construção de uma agenda solidária entre os trabalhadores dos países industrializados e os do Terceiro Mundo exige respostas comuns sobre reestruturação das grandes empresas multinacionais, desemprego estrutural e jornada de trabalho.

Ásia

Em meio ao processo de globalização econômica e mundialização dos mercados, é cada vez maior a participação dos países de industrialização recente, como os Tigres Asiáticos, no comércio mundial.

A emergência no mercado mundial desses países que figuram na linha de frente dos exportadores mundiais estimula e acelera tanto o processo de competição e desregulamentação como a flexibilização de mercados de trabalho em escala mundial.

As conseqüências para os trabalhadores brasileiros do ingresso desses países no mercado mundial são diretas e podem se traduzir cada vez mais na supressão de postos de trabalho e na ampliação do desemprego, do trabalho precário e informal.

O 5º Concut entende que é fundamental o estabelecimento de relações bilaterais com o movimento sindical dos países asiáticos. Em que pesem as dificuldades decorrentes das diferenças culturais e distintas concepções sindicais, a definição de uma política de intercâmbio e cooperação com o sindicalismo daquela região representa uma iniciativa estratégica e prioritária.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Por isso, o 5º Concut orienta a Secretaria de Relações Internacionais a iniciar uma análise acerca da realidade sindical nos países asiáticos, com a finalidade de conhecer as suas experiências e estabelecer as prioridades das nossas relações bilaterais com as centrais da região.

Ainda com relação aos países asiáticos, a imigração dos *dekasseguis*, que em 1993 representou a transferência de mais de 100 mil trabalhadores brasileiros para o Japão, requer uma intervenção imediata da CUT. Esses trabalhadores estão empregados em atividades temporárias, em trabalhos precários e não gozam de qualquer direito.

Nesse sentido, o 5º Concut orienta a Secretaria de Relações Internacionais a definir uma estratégia que busque, junto ao movimento sindical japonês e aos governos dos dois países, garantir os direitos e os interesses desses trabalhadores.

Orientações para as confederações e os departamentos nacionais

Os novos desafios decorrentes da globalização econômica e da desregulamentação dos mercados afetam tanto os trabalhadores do Norte quanto os do Sul. As respostas corporativas a esses desafios tendem a agravar o problema em vez de solucioná-lo. Nossa atuação internacional deve buscar a elaboração de propostas que tenham como objetivo o enfrentamento desses desafios com base na cooperação e na solidariedade dos trabalhadores.

O intercâmbio e a realização de ações comuns entre os trabalhadores de um mesmo ramo de atividade econômica, através das relações bilaterais entre as organizações verticais, representam uma iniciativa prioritária na busca de soluções articuladas e solidárias.

Nesse sentido, o 5º Concut reafirma que o estabelecimento e/ou o aprofundamento das relações bilaterais devem ser um dos objetivos principais das nossas confederações e departamentos nacionais.

O 5º Concut orienta que as relações das organizações verticais da CUT com entidades similares



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





de outros países devem ser norteadas pela nossa política de relações internacionais e coordenadas pela Secretaria de Relações Internacionais.

OIT

No seu 75º aniversário, comemorado nesse ano de 1994, a OIT enfrenta um debate entre as partes que a compõem (governos, empregadores e trabalhadores) e que influenciará os rumos desta importante instituição das Nações Unidas.

Uma delegação da CUT participará da 81ª sessão da OIT nos primeiros dias de junho. Essa sessão reveste-se de importância particular, face às pressões que vêm de organismos como FMI, Banco Mundial e componentes da própria OIT (patrões e governos) no sentido de modificar seu atual caráter de fixar normas de defesa do emprego e do salário, de proteção social e direitos sindicais, para transformá-la em um instrumento de aplicação dos planos de ajuste estrutural. Planos que, em nome da “concorrência” no mercado mundial em recessão, têm como alvo “flexibilizar” as normas de defesa dos trabalhadores numa ofensiva para reduzir o “custo do trabalho”.

Para a CUT, a OIT não pode se transformar num instrumento de “apoio”, “acompanhamento” ou “ pilar social”, como propõe o FMI, pela voz do seu secretário Michel Camdessus, nesses planos de ataques aos direitos e conquistas do movimento operário e sindical mundial. E nos pronunciamos claramente contra a hipótese, hoje difundida, de que a recuperação do desenvolvimento exige a diminuição das conquistas sociais no campo da proteção social, dos salários e das condições de trabalho.

A CUT trabalhará para forjar a unidade das organizações sindicais presentes (de 169 países) para preservar os direitos e princípios assegurados até hoje no quadro da OIT.

A aplicação das normas internacionais do trabalho definidas pela OIT tem sido um elemento importante e incentivador para a criação e a melhoria do emprego e para o equilíbrio nas relações de troca entre os países signatários.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

O desrespeito às normas internacionais relativas aos direitos dos trabalhadores, principalmente dos países do Sul e do Sudeste Asiático, tem sido uma estratégia das empresas multinacionais que buscam mercado de trabalho desregulamentado.

Essa estratégia praticada pelos governos e empregadores dos países do Sul e do Sudeste Asiático no interior da OIT coincide com a orientação neoliberal dos países do Norte, e tem se caracterizado por uma ofensiva contra as normas relativas aos direitos dos trabalhadores e pela obstrução das discussões e definições de novas normas de proteção dos trabalhadores sobre temas como terceirização, trabalho informal etc.

A partir dessa estratégia os empresários divulgaram um documento intitulado “Por uma reforma profunda na OIT”. A adoção das suas propostas levaria a OIT a perder o seu papel normativo e o seu poder de influência junto aos Estados na adoção das suas normas.

Frente a esses ataques, o grupo dos trabalhadores apresentou um documento intitulado “A OIT à véspera do século XXI”, que assinala a grave crise social vivida no mundo, caracterizada por uma pobreza crescente, e define como prioridades a regulamentação das horas de trabalho, a realização do pleno emprego, a elevação do nível de vida, a garantia de um salário mínimo para todos, a extensão da segurança social, a proteção da vida e da saúde dos trabalhadores, o reconhecimento do princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual, o reconhecimento do princípio da liberdade sindical, do direito de negociação coletiva, o estabelecimento de meios de proteção à maternidade e à infância, a proteção dos interesses dos imigrantes e a garantia do ensino técnico e profissional em condições de igualdade e oportunidade.

O 5º Concut recomenda que a Secretaria de Relações Internacionais divulgue junto aos seus sindicatos filiados os documentos contendo as distintas concepções e propostas de mudanças do papel da OIT. A mobilização da CUT em torno da aplicação de diversas normas da OIT relativas a direitos no mundo do trabalho no Brasil deve corresponder a ações concretas no plano internacional.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Para tanto, o 5º Concut recomenda ainda uma participação efetiva da Central junto à OIT, exercendo pressões junto ao governo brasileiro para que apóie as iniciativas sindicais.

Solidariedade internacional

A defesa dos direitos humanos, da paz, da autodeterminação dos povos e do respeito aos direitos sindicais constitui o princípio que deve pautar a política de solidariedade da CUT, independentemente das diferenças políticas e ideológicas.

Nesses tempos de refluxo da consciência social, em que a lógica do mercado é apresentada como única solução para todos os males, é fundamental que o sindicalismo resgate as idéias de solidariedade, opondo-se ao egoísmo e às práticas individualistas decorrentes do acirramento da concorrência capitalista.

A luta contra a ofensiva neoliberal exige um amplo esforço de todos na construção de um movimento sindical internacional realmente forte e representativo, que lute para modificar as regras do jogo internacional e que renove os esforços de solidariedade, de cooperação e de intercâmbios.

O 5º Concut reafirma os nossos compromissos políticos de solidariedade, buscando criar comitês de solidariedade nas diferentes instâncias da Central.

A CIOSL

A CIOSL conta atualmente com 174 organizações filiadas, presentes em mais de 124 países, representando um total de mais de 116 milhões de trabalhadores sindicalizados.

Com o fim da Guerra Fria e a falência do socialismo real, esse número vem aumentando progressivamente, sendo a maioria dos pedidos de filiação provenientes dos países do Leste Europeu, da África e da América Latina. Essa tendência também se observa na evolução do número de organizações filiadas aos secretariados profissionais internacionais (SPIs).

Essa representatividade expressiva tem levado à discussão sobre o papel da CIOSL hoje, que não pode

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

ser reduzido apenas a atuações regionais diante da formação de macromercados regionais. É preciso que se reforce a atuação global que cabe a uma organização internacional diante de políticas que também são deliberadas no plano internacional, por organismos como a ONU, a OIT, o Banco Mundial, o GATT etc. Cabe à CIOSL representar os interesses dos trabalhadores do mundo junto a esses fóruns, cujas decisões políticas e econômicas têm conseqüências diretas sobre a vida dos trabalhadores. Cabe ainda articular a atuação das organizações regionais, bem como dos secretariados profissionais, no enfrentamento às políticas de ajuste e no fortalecimento das organizações sindicais.

O 5º Concut considera que a evolução recente e a importância do papel da CIOSL junto aos organismos mundiais e ao movimento sindical internacional deve se traduzir no enfrentamento dos desafios vividos pelos trabalhadores no atual quadro de desordem mundial. Por isso, reafirmamos o nosso compromisso político de prosseguir atuando na CIOSL, através de iniciativas que visem:

- a) Fortalecer a capacidade organizativa da CIOSL contribuindo para a ampliação ainda maior da sua representatividade e implementando suas decisões junto aos trabalhadores.
- b) Contribuir na discussão nos fóruns da CIOSL sobre temas como desigualdade Norte/Sul, dívida externa, inovações tecnológicas, contrato coletivo e relações de trabalho, integrações regionais, meio ambiente, mulheres trabalhadoras etc.

A pluralidade existente no interior da CIOSL, que reúne centrais com culturas e realidades nacionais bastante distintas, constitui um estímulo ao debate entre as distintas concepções e realidades existentes no movimento sindical internacional. Sempre respeitando essas diferenças, a CUT defende que a CIOSL seja um instrumento de apoio e incentivo para que suas centrais filiadas desenvolvam relações bilaterais a partir de questões de interesse comum.

A ORIT

Entendemos que a ORIT deve assumir cada vez mais o seu papel de articuladora do movimento sindical



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

em nosso continente, contribuindo para a ampliação da capacidade organizativa e representativa do sindicalismo latino-americano.

A CUT deseja contribuir para que a ORIT atue como protagonista no combate às políticas neoliberais. Entendemos que ela deve ser um instrumento estratégico na luta dos trabalhadores latino-americanos frente aos desafios colocados pelos processos de integração econômica no continente, na defesa da democracia, dos direitos humanos e sindicais, no estímulo das relações bilaterais, da solidariedade entre os trabalhadores e na luta pela autodeterminação dos povos.

Mercosul: rever o tratado e fazer nossa a integração

Um balanço necessário

A regionalização da economia mundial, de uma maneira geral, tem sido resultante da nova estruturação da economia internacional e tem se desenvolvido simultaneamente a processos locais de reestruturação produtiva, exigências colocadas pelos modelos que têm priorizado o aumento da competitividade como forma de inserção no mercado internacional.

Nesse processo insere-se o Mercosul, que obedece à mesma lógica de priorização da liberalização comercial. De acordo com o Tratado de Assunção, assinado entre os governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai em 1991, a formação de uma área integrada seria resultante de um período de transição, com duração prevista até dezembro de 1994, quando se conformaria uma união alfandegária entre os quatro países e se faria a harmonização de políticas macroeconômicas para a consecução desse objetivo. Em 1995 se abriria um novo período para a instalação do mercado comum na segunda metade da década.

Os quatro países envolvidos no processo apresentam alguns traços semelhantes, mas profundas diferenças do ponto de vista de densidade demográfica, extensão geográfica, desenvolvimento agrícola e



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

industrial, comércio exterior e políticas financeira e cambial. Convivem em seu interior diferenças de projetos e profundas contradições, que se refletem nos impasses e nas indefinições desse processo.

Dessa forma, as diferenças econômicas e os desequilíbrios sociais são agravados pelo quadro que vivem nossos países, ou seja, um processo de

“transição de seu modelo de desenvolvimento”, passando do modelo anterior de industrialização por “substituição de importações” para o modelo de “transnacionalização da economia”.

Nas décadas anteriores (1940 a 1970) nossos países estruturaram suas economias e o Estado sob a ótica da política de substituição de importações, em que a prioridade era a expansão do mercado interno e do capital nacional, com destacado papel do Estado, que desenvolvia políticas para a promoção industrial e agrícola. Ao mesmo tempo, o Estado deveria se incumbir do fornecimento de serviços públicos essenciais (saúde, educação) e da garantia de “paz social” através de sua intervenção na regulação das relações sociais.

Nos anos 1980, refletindo as diretrizes da economia capitalista internacional, começou um processo de abertura das economias latino-americanas e a transnacionalização do mercado interno. Genericamente pode-se dizer que no modelo anterior, de “substituição de importações”, a expansão do mercado interno e do capital nacional jogava um papel central. No de internacionalização da economia, tornam-se prioridades os interesses das empresas transnacionais e a sua política de inserção na economia internacional.

Nós vivemos hoje no Brasil essa transição que insere o país no processo de globalização da economia e traz conseqüências imediatas: abertura ao mercado internacional; mudanças no processo e mercado de trabalho; privatização das empresas estatais e redução do aparelho de Estado; e uma ofensiva contra o sindicalismo e os direitos sindicais.

O Plano FHC, que estabeleceu a URV e prevê a criação de uma nova moeda calcada no dólar, será um passo significativo nessa trajetória, semelhante ao Plano Cavallo na Argentina.

Essa medida poderá representar a finalização da política iniciada pelo governo Collor e já aplicada no



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

México, no Chile, na Argentina e em outros países vizinhos. A dolarização da economia reduzirá enormemente as vantagens comerciais de que os produtos brasileiros ainda dispõem no mercado internacional, já que a constante desvalorização do cruzeiro frente ao dólar barateia os preços. Com a equiparação entre o real e o dólar, os produtos brasileiros serão mais caros e se reduzirá certamente o volume de exportações, principalmente para a América Latina.

Com certeza teremos um quadro em que crescerá a desindustrialização, pois as tarifas de importação estão muito mais baixas que antes, e as exportações se reduzirão. Assim, o Plano FHC completa a transição para um novo modelo produtivo: o de transnacionalização de nossa economia.

Com a abertura da economia brasileira, da mesma forma como já ocorreu nos demais países do Mercosul, torna-se pouco interessante o estabelecimento de um bloco de economias complementares e tende a crescer a opção por uma zona de livre comércio, integrando-se assim no processo já em curso em todo o continente americano, hegemônico pelo NAFTA.

Reforçando essa avaliação, destacamos as recentes mudanças operadas na política de coordenação feita pelo Ministério de Relações Exteriores brasileiro, que se opõe ao estabelecimento de instrumentos supranacionais de controle e gerenciamento da nova fase que se iniciará em 1995, argumentando que os mesmos não se justificam para uma zona de livre comércio.

A posição do Itamaraty é adiar essas definições para o final deste século, fazendo uma “releitura” do Tratado de Assunção. Essa virada não só reforça nossas incertezas do futuro como tem reflexos imediatos sobre os direitos sociais, na medida em que inviabilizará a adoção de mecanismos de controle sobre a aplicação da Carta de Direitos Sociais.

Frente a esse quadro, não podemos de forma alguma abandonar nossa estratégia de formular uma proposta de um outro modelo de integração, tendo como base as realidades e necessidades nacionais/regionais, ou seja, a conformação de um mercado comum para potencializar o relacionamento dos países da América Latina com o mercado internacional, visando o desenvolvimento social da região.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





Reafirmando nossos princípios e nossa estratégia

A integração da América Latina foi sempre uma bandeira de toda a esquerda, que defendeu um processo cultural, social, político e econômico global, de caráter estratégico.

“A CUT defende que a integração das economias dos países da América Latina deve priorizar a solução dos problemas sociais e das desigualdades de distribuição de renda e contribuir para a construção de sociedades democráticas.”

Estes foram os princípios aprovados pelo 4º Concut (1991) para nortear a política de atuação da CUT frente à implementação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que havia se iniciado naquele ano.

Reconhecíamos, no entanto, que era fundamental não só lutarmos por garantias e mecanismos de proteção aos direitos dos trabalhadores mas principalmente disputarmos com os setores econômicos dominantes e os governos o próprio modelo de integração.

Para isso, afirmávamos que a disputa só poderia se travar se calcada na construção de uma articulação sindical solidária e democrática com as centrais sindicais e sindicatos dos demais países do Cone Sul. Criamos a Comissão Sindical Mercosul – instrumento da Coordenadoria de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) – e através dela temos conseguido atuar de forma articulada e unitária frente aos governos e aos empresários do Mercosul.

O desafio que está colocado exige que as organizações sindicais não mais atuem isoladamente no plano nacional, mas de forma articulada na região. Essa intervenção não deve se restringir à defesa de mecanismos de proteção trabalhista (pouco eficazes nesse momento), mas deve buscar interferir e disputar o direcionamento da própria integração econômica e social com outros princípios: o desenvolvimento social, a democracia e a autonomia cultural e política.

Se no princípio do século a classe trabalhadora lutou em cada país por conquista de espaços políticos em seus Estados-nação, no final do século XX esta luta ultrapassa as fronteiras nacionais para colocar-se no terreno dos blocos econômicos. A cada área de influência do capital corresponderão novos perfis de classe

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





trabalhadora, a construção de uma nova classe trabalhadora em nível regional.

Passados três anos desde a assinatura do Tratado de Assunção, vemos que cada vez mais é necessário reafirmar nossos princípios e continuar lutando pela democratização do processo, para que ele possa ser efetivamente um instrumento de promoção social, que potencialize o relacionamento dos países da América Latina com o mundo, visando o desenvolvimento social e econômico de nossos países.

Nosso plano de ação

Políticas de promoção e desenvolvimento

O modelo de integração deve tomar como eixo a elaboração de políticas de desenvolvimento nacionais, que implementem no nível interno de cada país a especialização e a modernização tecnológica, e que permitam a complementação regional. Isso deve se traduzir na formulação de políticas industriais e agrícolas regionais, sem reduzir o papel do setor privado (trabalhadores e empresários), mas ressaltando e reforçando o papel dos Estados na formulação e implementação dessas políticas.

a) Política industrial e agrícola

Deve-se adotar uma estratégia centrada na complementaridade e na especialização comercial e produtiva, com ativa participação e coordenação dos Estados no estabelecimento de políticas comuns de promoção do desenvolvimento industrial e de reconversão da produção e sobretudo de políticas de emprego (aumento de postos de trabalho, formação e requalificação profissional e política de realocação de trabalhadores afetados pelas mudanças).

A desgravação tarifária intra-regional deve ser revista, levando em consideração os desníveis de competitividade e a importância econômica entre os setores do espaço regional.

A política agrícola regional deve estar voltada à regulação da oferta de produtos da região, priorizando a

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

garantia do abastecimento e a segurança alimentar. Para isso é fundamental a definição de uma política de reconversão agroindustrial ativa, em que os Estados e as políticas públicas nacionais e regionais sejam controladas democraticamente pela sociedade, principalmente no que diz respeito a investimentos, preços, emprego e salário.

Instalação de câmaras setoriais comunitárias, com a participação das entidades sindicais nas negociações dos acordos e definições de políticas setoriais.

b) Tarifa Externa Comum e Certificado de Origem

Defendemos a inserção internacional multilateral, tendo como ponto de partida as necessidades da região. Para tanto, a Tarifa Externa Comum e o Certificado de Origem são instrumentos fundamentais para a promoção de políticas de desenvolvimento.

A negociação da Tarifa Externa Comum deve obedecer aos mesmos critérios de seletividade e gradualismo, levando em consideração as tarifas de importação mais elevadas e já praticadas, com o objetivo de fortalecer as estruturas produtivas dos respectivos países.

O Certificado de Origem é um instrumento que permite controlar a circulação de produtos com tarifa zero de importação, que só beneficiará produtos efetivamente produzidos em um dos quatro países. Propomos que a certificação de um produto como regional leve em consideração os índices de nacionalização mais elevados já existentes por setor. Essa proposta visa impedir que produtos “maquiados” circulem como nacionais.

c) Fundos sociais

Criação de um fundo social, financiado pelas empresas exportadoras no Mercosul. Os recursos desse fundo seriam destinados prioritariamente à reciclagem profissional, à geração de empregos e à reconversão produtiva nas áreas mais atingidas pelo processo de especialização comercial derivada da formação do mercado regional.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

d) Direitos sociais e trabalhistas

Em todos os países do Mercosul o grau de cumprimento da legislação é baixo e o desemprego é um dos maiores problemas, registrando-se tendências de crescimento apenas do setor informal ou do trabalho por conta própria. A reestruturação produtiva já mudou o perfil do mercado de trabalho, com redução definitiva de quantidade importante de postos de trabalho.

Já se registram vários exemplos de circulação de empresas, por associação, compra ou terceirização de trabalho. As empresas brasileiras, principalmente nas áreas de construção, telefonia e outras, têm vencido concorrências na Argentina e no Uruguai, pela vantagem de pagarem salários mais baixos. Dessa forma, já começa a circulação de mão-de-obra sem a proteção do contrato regular de trabalho, ou seja, subcontratada e com grandes diferenças salariais.

Os debates sobre as normas de regulação da circulação da mão-de-obra partem de projetos de flexibilização laboral que vêm sendo implementados nos quatro países. Essa situação se agrega a um desafio que já estava colocado, o de lutar para que o patamar trabalhista comum tivesse como base as situações mais favoráveis.

Assim, nossas prioridades nesse âmbito devem ser o estabelecimento de normas trabalhistas e sociais que garantam iguais direitos a todos os trabalhadores e a implementação de políticas de promoção de emprego e requalificação profissional.

e) Política de emprego e formação profissional

A definição de prioridades e da aplicação dessas políticas deve ter como base os diagnósticos setoriais dos impactos que a reconversão e a integração já produzem, e não as demandas empresariais. Assim, devemos defender no subgrupo de Relações Trabalhistas a realização de diagnósticos nos principais setores que já vêm sendo comparados pelos subgrupos de Política Industrial e Agrícola, em que já se registra um alto índice de comércio e articulação.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





f) Carta de Direitos Sociais Fundamentais

As centrais sindicais do Mercosul formularam uma proposta de Carta de Direitos Fundamentais, que já foi entregue aos presidentes e deverá ser discutida este ano com os empresários e os governos, no âmbito do subgrupo de Relações Trabalhistas.

A proposta de Carta inclui os seguintes aspectos:

a) Estabelecimento de uma série de normas que garantam não só a proteção de direitos individuais já consagrados como também a liberdade de organização e de negociação coletiva e o direito de greve.

b) Inclusão de novos temas vinculados e decorrentes das novas relações de trabalho, como por exemplo o trabalho feminino, o meio ambiente, a saúde e a segurança, as medidas de proteção ao emprego e a requalificação profissional.

c) Definição de mecanismos de aplicação e controle que permitam a auto-aplicação das normas previstas bem como a penalização no caso de seu descumprimento.

d) Criação de um comitê tripartite, com poder coercitivo, para fiscalizar o cumprimento da Carta de Direitos Sociais Fundamentais.

e) Aprovação da Carta pelos Congressos Nacionais como um anexo do tratado e pela imediata vigência.

É fundamental que a CUT promova uma ampla discussão de nossa proposta de Carta de Direitos Sociais Fundamentais, para que os trabalhadores possam apoiar e respaldar os embates que teremos com os governos e empresários.

A CUT deve também apresentar esse projeto a outras organizações da sociedade civil, bem como aos partidos políticos democrático populares, para que se crie um amplo movimento em defesa da vigência de plenos direitos sociais para todos os trabalhadores e cidadãos do Mercosul.

No entanto, está claro que a CUT não reduz sua intervenção à aprovação da Carta, mas tem seu

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



norte no questionamento do processo desenvolvido pelos governos, assim como na apresentação de um projeto alternativo de integração. É fundamental, ainda, articular nosso projeto junto com as entidades sindicais dos demais países da região e da América Latina.

Aspectos institucionais

É necessário formular uma proposta de funcionamento do Mercosul para o próximo período, defendendo mecanismos institucionais democráticos e transparentes, abarcando os aspectos executivo, legislativo e judiciário.

Ação sindical

Deve-se dar continuidade à articulação com as centrais sindicais do Uruguai, da Argentina e do Paraguai, para uma intervenção conjunta tanto nos fóruns do Mercosul como nos embates e negociações com as empresas e os setores empresariais.

Com os mesmos objetivos, deve-se dar continuidade e intensificar a articulação dos sindicatos dos principais ramos de produção, para a intervenção no processo de conformação do modelo industrial e agrícola do Mercosul, com a realização de negociações setoriais, a defesa dos direitos sindicais e a realização da contratação coletiva regional em nível de empresas e de segmentos produtivos.

Para tanto, consideramos fundamental para o próximo período a elaboração e implementação de políticas setoriais em relação ao Mercosul, capazes de assegurar uma intervenção da CUT enquanto força social organizada nas definições relativas ao processo de integração. Nesse sentido, torna-se necessário:

a) Intensificar o trabalho de formação e informação que vem sendo realizado no âmbito das diferentes categorias. Internamente à Central, é necessário criarmos mecanismos para nacionalizar essa discussão, superando o alto grau ainda existente de debate regionalizado no Sul/Sudeste brasileiro.

b) Elaborar e implementar uma estratégia de ação capaz de unificar a intervenção do conjunto da CUT,

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





contemplando, ao mesmo tempo, a dinâmica do processo nos diferentes setores.

c) Aliar à formulação de propostas de intervenção no processo de integração a intensificação da mobilização e da denúncia ao modelo de integração em curso.

Rever o Tratado de Assunção

Todas as propostas que apresentamos nesta tese requerem uma articulação com as demais centrais sindicais e os setores sociais e políticos da região que defendam nossa concepção de integração.

Para tanto, propomos a realização de uma conferência nacional e uma reunião regional, na metade do ano, para aprovarmos nossas formulações de política agrícola e industrial, direitos sociais e instâncias de decisão e participação, enfim, o nosso projeto de integração. Essas propostas deverão ser apresentadas aos governos, tendo em vista a renovação do tratado para o próximo ano. Além disso, a CUT deve defender a ampliação do processo de integração econômica ao conjunto da América Latina.

POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT

Diante dos desafios colocados para a CUT nos próximos anos, a Política Nacional de Formação torna-se indispensável para a Central atingir seus objetivos estratégicos. Nesta primeira década, e principalmente nos últimos sete anos, a CUT acumulou um razoável patrimônio formativo.

Contudo, muitos são os problemas e desafios. A implementação e o desenvolvimento de uma Política Nacional de Formação (PNF) da CUT, procurando englobar organicamente desde os sindicatos até as instâncias nacionais, é uma decisão histórica relevante no projeto sindical cutista. Para superar a visão de sindicato como “correia de transmissão”, praticar a autonomia como um valor permanente e situar a CUT como sujeito estratégico na sociedade, é fundamental uma política de formação própria, orgânica e com capacidade metodológica crítica.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Princípios e papel da Política Nacional de Formação

A Política Nacional de Formação, desde seus debates iniciais em 1987, sempre se colocou como uma política estruturada para atender as necessidades político-organizativas da CUT; afirmou-se como espaço de reflexão e capacitação crítica, espaço de debate pluralista do projeto da CUT em construção, de seus avanços, obstáculos, indefinições e desafios.

A experiência da Política Nacional de Formação reflete a identidade da CUT, onde os trabalhadores são sujeitos da construção e da reconstrução permanentes do projeto sindical cutista.

Entretanto, o papel da formação não se limita aos aspectos político e sindical do projeto cutista. Seu campo de ação abrange as mudanças das relações políticas e econômicas e de todas as relações sociais, raciais, culturais, éticas, de gênero etc.

A organicidade da Política Nacional de Formação

A formação sindical traduz as prioridades da estratégia sindical da CUT. Nesse sentido, reflete as resoluções da Central e as demandas colocadas pela ação cotidiana do movimento, combinando o aspecto tático com o estratégico.

A organicidade está presente no envolvimento do conjunto de instâncias da CUT, nos fóruns orgânicos da Política Nacional de Formação e no Plano Anual de Formação.

Nesse sentido, a organização e a ação sindical são a razão de ser da formação. Sua metodologia é coerente com o projeto da CUT: considera a experiência de vida dos trabalhadores, em todas as suas dimensões, e toma o conhecimento como construção coletiva, num movimento permanente de criação e recriação do saber.

As prioridades da Política Nacional de Formação

O plano de atividades está articulado com as prioridades estratégicas da CUT. Reflete o acúmulo da

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





política de formação nestes últimos anos e traduz-se nos seguintes eixos temáticos:

- a) concepção, estrutura e prática sindical da CUT;
- b) negociação coletiva;
- c) planejamento e administração sindical cutista;
- d) processos de trabalho e organização no local de trabalho;
- e) formação para trabalhadores rurais;
- f) formação das direções;
- g) formação sobre as relações sociais entre homens e mulheres;
- i) formação de formadores;
- j) cooperação e intercâmbio nacional e internacional;
- h) memória e documentação da CUT.

Organização, gestão e finanças da PNF

A rede nacional de formação é uma estrutura de organização que dá sustentação e articula os mais diversos participantes de todo o processo formativo. Essa estrutura envolve os mais diversos níveis da CUT, desde sua organização no local de trabalho até sua Direção Nacional. A SNF/CUT faz a coordenação geral da PNF, que se materializa em planos anuais de formação em todos os níveis. São as seguintes estruturas e formas de gestão e funcionamento:

- a) SNF – Secretaria Nacional de Formação da CUT
- b) SNFs – Secretarias Nacionais de Formação das Confederações e Departamentos Nacionais da CUT
- c) Escolas de Formação Sindical
- d) SEFs – Secretarias Estaduais de Formação
- e) SRFs – Secretarias de Formação das CUTs Regionais
- f) Secretarias ou Departamentos de Formação dos Sindicatos

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

As escolas são parte importante da rede de formação cutista. Há dois tipos de escola: as orgânicas e as conveniadas. Assim, Escola Quilombo dos Palmares (PE), Escola Sindical 7 de Outubro (MG) e Instituto Cajamar (SP) são conveniadas. Orgânicas são a Escola Sindical Sul (SC), Escola Sindical do Norte (PA), Escola Sindical São Paulo (SP) e Escola Sindical Centro-Oeste (DF).

O Encontro Nacional de Formação (Enafor) é o fórum máximo de debates específicos da Política Nacional de Formação da CUT, e o Coletivo Nacional de Formação (Conafor) tem caráter de gestão da política deliberada pelo Enafor e aprovada pelas instâncias da CUT.

A Política Nacional de Formação definiu diretrizes de criação de coletivos de formação estaduais, regionais, interestaduais e nos sindicatos, e tem incentivado a relação com as mais diversas instituições educacionais do país e do exterior: universidades, ONGs, centrais sindicais de outros países etc.

Esta rede tem fortalecido o enraizamento da formação por todo o país e contribuído também para a descentralização e democratização da Política Nacional de Formação. Com isso, avança-se no processo de institucionalização da política de formação da CUT.

Para manter essa estrutura e as atividades formativas, é necessário um volume cada vez maior de recursos financeiros. Atualmente, a principal fonte são os projetos no campo da cooperação internacional.

Essa cooperação tem sido um avanço e expressa a representatividade da CUT no sindicalismo internacional. No entanto, representa também uma dependência financeira excessiva. A criação de uma cultura de auto-sustentação financeira torna-se uma necessidade estratégica para a CUT. Uma política gradual, com passos firmes, para que as nossas próprias entidades sindicais assegurem o financiamento da Política Nacional de Formação, é essencial e prioritária. A cooperação internacional restaria como um complemento de real solidariedade entre os trabalhadores.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

Desafios da formação cutista

O 5º Concut, no processo de discussão da organicidade da CUT, deve assinalar a necessidade de readequar a PNF nos seguintes aspectos: organicidade, programas, gestão e política financeira.

É necessário definir mecanismos de integração das diversas instâncias e estruturas da CUT (sindicatos, secretarias estaduais de formação, estruturas verticais, escolas) na elaboração e execução da PNF.

Deve-se aprofundar o debate sobre o papel das escolas na rede de formação da CUT. Para tanto, é necessário identificar e aprofundar as concepções de organicidade e autonomia expressas no atual debate.

É fundamental a constituição do Instituto Nacional de Formação (INF), na perspectiva de aprofundar a organicidade, ou seja, a necessidade da política de formação ser gestada e administrada dentro da CUT, envolvendo as instâncias diretivas, possibilitando uma dotação orçamentária orgânica à própria Central e a relação da formação com as demais secretarias e órgãos da CUT.

Um dos elementos essenciais para aprofundar a organicidade é um mecanismo permanente de avaliação do impacto da própria Política Nacional de Formação na ação e na organização sindical. Neste ponto, se destaca o debate sobre os programas e eixos da Política Nacional de Formação.

Além disso, o último Encontro Nacional de Formação, realizado em dezembro de 1993, deliberou pela realização de um encontro nacional de formação extra, após o 5º Concut, com a finalidade de redefinir a estratégia da política de formação, de acordo com as resoluções do 5º Congresso e com o objetivo de traçar as diretrizes para o próximo triênio. Este encontro deverá ocorrer em agosto de 1994.

GESTÃO E FINANÇAS DA CUT

Finanças da CUT: uma questão política

Analisando o comportamento das finanças da CUT em 1993, podemos apresentar o seguinte balanço preliminar, a partir dos dados existentes na Tesouraria Nacional:



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

<i>a) Arrecadação global</i>	5.300.863,04
- Contribuições estatutárias:	137.314,55
- Venda de materiais:	146.330,75
- Outras receitas (convênios, 1% etc.)	715.293,65
- Juros sobre aplicações financeiras: 301.924,09	
<i>b) Despesa global:</i>	2.559.888,07
- Despesas fixas(salários, encargos, aluguel etc.)	1.112.798,91
- Atividades sindicais(viagens, campanhas, seminários etc.)	642.030,15
- Subsídios (a organismos, CUTs estaduais, departamentos, doações etc.)	805.059,01
<i>c) Repasses estatutários:</i>	2.740.974,97
(Obs.: valores em dólares americanos)	

Com isso, fica evidente o déficit da CUT Nacional, uma vez que arrecadou apenas 2.197.877,13 dólares, gerando uma defasagem de 362.010,94 dólares, coberta através de empréstimos. Esta só não foi maior em função dos convênios e dos juros sobre aplicações financeiras.

Além disso, estimamos uma inadimplência ao longo do ano da ordem de 25%, equivalente a aproximadamente 1 milhão de dólares, prejudicando todas as instâncias da Central.

Esta inadimplência se deve a uma série de sindicatos, inclusive médios e grandes, que atrasam ou deixam de pagar as contribuições estatutárias e àqueles que pagam uma contribuição menor, por dificuldades de controle do nosso sistema integrado de cobranças.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

É verdade que temos muitos sindicatos que passam por dificuldades financeiras em função da crise e da conjuntura, diante do baixo índice de sindicalização, do porte desses sindicatos, da má administração etc.

No entanto, o movimento sindical brasileiro não é pobre. Basta observar o patrimônio acumulado e os recursos financeiros movimentados.

Quando afirmamos que as finanças da CUT são uma questão política, é porque muitas entidades filiadas não priorizam as contribuições para a CUT. Tem sido freqüente a justificativa da não-contribuição para a Central ou mesmo dos pedidos de anistia de débitos, com os gastos com reformas de sede, aquisição de equipamentos etc. Ou seja, as prioridades são o aparelho e a corporação em detrimento da organização da classe.

A atual contribuição estatutária de 5% foi aprovada no 3º Concut em 1988, ou seja, há seis anos. Seu valor relativo caiu muito em função da queda do poder aquisitivo dos salários, que aumentam as receitas dos sindicatos, enquanto as despesas vêm subindo conforme a inflação.

Para concluir o diagnóstico, é importante registrar mais duas questões:

a) As receitas advindas de convênios internacionais vêm caindo ano a ano, obrigando a CUT a assumir paulatinamente as despesas de atividades e de organismos que eram tradicionalmente financiados por recursos externos.

b) Não conseguimos, até o momento, arrecadar recursos extraordinários de monta, ou superávit, que nos permitisse investir em patrimônio e estrutura, o que além de nos fortalecer eliminaria despesas de aluguéis e débitos.

Diretrizes para as finanças da CUT

Este diagnóstico demonstra que precisamos mudar e para isso apresentamos as seguintes diretrizes:

a) É preciso aumentar a contribuição dos sindicatos para a CUT, de modo a sanar os problemas de todas as instâncias.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



- b) É preciso equilibrar os repasses estatutários entre as instâncias nacionais e as estaduais.
- c) É preciso melhorar o sistema de arrecadação e a integração entre as tesourarias das instâncias para manter atualizadas as contribuições estatutárias.
- d) A auto-sustentação financeira da CUT deve ser nossa meta.
- e) Devemos desenvolver uma política de sustentação dos organismos (DESEP e INST) e instâncias em dificuldades.
- f) Devemos desenvolver uma política que auxilie os sindicatos filiados em suas dificuldades administrativas e financeiras.
- g) Devemos desenvolver uma política de finanças que permita à CUT investir concretamente em sua estrutura política e material.
- h) Devemos implantar um programa de racionalização de despesas, adequando a CUT à sua realidade financeira.

Proposta indicativa de contribuição estatutária

(Observação: A proposta a seguir deverá ser apreciada para deliberação na 7ª Plenária Nacional da CUT)

Esta proposta visa aumentar a receita da CUT em três etapas: janeiro de 1995, janeiro de 1996 e janeiro de 1997, redistribuindo a receita entre as instâncias de forma mais equilibrada, criando um Fundo de Greve e Solidariedade, sem onerar os sindicatos. Esta última afirmação parte do pressuposto de que hoje as entidades filiadas contribuem com 5% de sua receita para a CUT e contribuem também com percentuais que variam de 2 a 5% para as respectivas federações e confederações. Isso sem falar de taxas rateio em ocasiões específicas, como Greve Geral, Contag, acidentes do 2º Concut etc.

Ao centralizarmos a nova cobrança na CUT nacional, mesmo que num valor menor, diminuirá a inadimplência das contribuições para a estrutura vertical e para as campanhas.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA

DISTRIBUIÇÃO %		8% (a partir de 1/95)	9% (a partir de 1/96)	10% (a partir de 1/97)
Estruturavertical	confederações departamentos federações	2,0	2,25	2,5
	CUT nacional CUTs estaduais	2,0	2,25	2,5
Estrutura horizontal	Organização regional	3,5	3,75	4,0
	Fundo de Greve e Solidariedade	0,5	0,75	1,0

Obs. 1ª) Caberá à Direção Nacional da CUT solucionar as questões de exceção, como, por exemplo, contribuição de entidades regionais ou nacionais filiadas.

Obs. 2ª) O Fundo de Greve e Solidariedade visa garantir recursos para campanhas da CUT, auxílio às instâncias em dificuldade, ações de solidariedade etc., com aprovação de despesas pela Executiva Nacional e análise de contas pelo Conselho Fiscal.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003


AJUDA


SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Contribuição para a Discussão da 7ª Plenária Nacional

(Observação: O texto a seguir foi encaminhado pelo Plenário do 5º Concut como uma contribuição para a discussão sobre finanças que deverá ser feita na 7ª Plenária Nacional.)

As maiores virtudes do novo sindicalismo, surgido no final dos anos 1970 na região do ABC paulista, foram, com certeza, as mudanças na sua matriz ideológica. Estes novos posicionamentos frente aos embates com o patronato e o Estado passaram a ser trabalhados com base em um sindicalismo classista, democrático e combativo. No ano de 1988, no 3º Concut, os trabalhadores deram novos rumos na linha política e organizativa da Central, definindo a CUT como um instrumento reivindicativo e propositivo de classe, tornando os trabalhadores sujeitos ativos na política nacional.

No campo da organização criaram-se regras claras definindo a relação sindicatos/Central e sindicatos/ categorias, além da organização vertical da própria CUT. No entanto, ficou um vácuo na estruturação das relações entre as entidades filiadas e a CUT, que pode ser revertido pelo processo de maturação vivenciado, gerando, dessa forma, uma possibilidade de correção dos problemas do dia-a-dia.

Nas vésperas dos Cecuts e do 4º Concut, bem como agora, acompanhamos um elevado índice de novas filiações à CUT, o que não ocorre naturalmente em período distante das disputas congressuais. Como a maioria dessas filiações não possui o acompanhamento direto das instâncias mais próximas, e sim a condução da parte que possui maior interesse na filiação, fica quase impossível o acompanhamento global das novas filiações, fortalecendo, assim, a possibilidade do surgimento de brigas internas que, obviamente, não interessam ou não contribuem para o crescimento da própria CUT.

Outro aspecto preocupante é o elevado índice de inadimplência (35%) em relação aos débitos com a Central, principalmente nos períodos distantes dos congressos, uma vez que, para participar dos congressos e das plenárias, é necessário estar em dia com a mensalidade sindical. Assim reiteramos algumas propostas que devem contribuir para facilitar a organização e a realização de congressos e plenárias pela CUT:

- a) Que as novas entidades filiadas só se habilitem a participar dos congressos e plenárias estatutárias



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

das diversas instâncias após completar o prazo mínimo de 6 (seis) meses de filiação.

As entidades filiadas em período inferior a 6 (seis) meses podem participar dos eventos acima citados como observadoras, portanto sem direito a voto.

b) Quando houver solicitação de nova filiação de entidade que desmembre a base de um sindicato já filiado em uma região ou estado, buscar discutir a possibilidade da atuação unitária dessas entidades com o objetivo final de unificação das partes.

c) Os processos de novas filiações devem ser acompanhados pela instância mais próxima (estadual ou regional). Caso isso não ocorra, fica automaticamente suspensa a nova filiação.

d) O pagamento das contribuições sindicais à Central é fator indispensável para a participação das entidades nas plenárias estatutárias e congressos da CUT. As normas que definem a entidade que pode participar dos eventos parte das seguintes considerações: não participa aquela entidade que, mesmo tendo quitado seus débitos, atrasou por 3 (três) vezes consecutivas a contribuição sindical, ou aquela que, também já tendo pago seus débitos, alcançou um somatório de contribuições não quitadas em 12 (doze) meses.

Caso não esteja quite com as contribuições financeiras, a base de cada entidade será representada por observador (sem direito a voto); afinal, finanças da CUT também são uma questão política.

A gestão da CUT

Não cabe aqui um diagnóstico exaustivo, uma vez que esse foi realizado durante o processo de realização de Planejamento Estratégico Situacional desenvolvido pela direção passada.

A partir das primeiras constatações de nossos principais problemas, suas causas e conseqüências, foram definidos eixos de atuação, que pudessem integrar as atividades das secretarias em torno do planejamento global da CUT.

Nesse sentido, é necessário evoluirmos neste conceito. É fundamental que as atividades sejam planejadas, orçadas, transparentes e que possam atender à nossa ação sindical, institucional e organizativa,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





envolvendo a CUT como um todo, integrando todas as instâncias.

A nova direção deverá realizar um processo de planejamento de gestão a partir do que foi acumulado na última direção, com novas propostas, inclusive de mudanças administrativas, se for o caso, para adequar as ações à política aprovada no 5º Concut com agilidade e eficiência.

MEIO AMBIENTE

O 4º Concut definiu sete eixos estratégicos, entre os quais se destacam as políticas sociais. Esses pressupostos ajudaram fortalecer a ação da CUT neste campo e revelaram uma preocupação básica da Central em conceber o trabalhador não só como produtor mas também como cidadão.

No plano sindical e dos ramos, o tema ganha força em resposta às condições de trabalho (saúde e segurança no trabalho) e ao comprometimento da qualidade do meio ambiente externo às unidades produtivas.

Ao interferir no processo produtivo, a questão ambiental assume o caráter de uma nova variável fundamental para pensar alternativas econômicas ao modelo de desenvolvimento, seja nos processos de reestruturação e modernização industrial, seja na transformação da estrutura agrária e agrícola.

Os recursos naturais se constituem em fatores econômicos fundamentais e em condições básicas para todo e qualquer desenvolvimento. Entretanto, os países pouco industrializados tendem a receber cada vez menos no mercado externo por esses produtos, com uma exploração cada vez mais predatória dos seus recursos naturais.

Esses países, longe de se desenvolverem, estão apenas sacrificando as riquezas e o bem-estar das gerações futuras e ajudando a enriquecer as grandes corporações transnacionais, que controlam o mercado mundial.

Dos oito setores industriais brasileiros com forte presença no mercado internacional, quatro são

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

altamente nocivos ao meio ambiente: papel e celulose, alumínio, minério de ferro e siderurgia primária, extração de petróleo e petroquímica. Defasada tecnologicamente, a indústria brasileira só consegue competir à custa de baixos salários, da exploração predatória dos nossos recursos naturais, com impactos negativos sobre a saúde e a segurança do trabalhador nas fábricas e da deterioração da qualidade de vida da população da cidade e do campo.

Não é este tipo de “desenvolvimento” que desejamos para o país. Nada nos impede de aproveitar os recursos naturais existentes, desde que sua exploração seja feita sem comprometer os ecossistemas e as condições de vida da população. Para que isso ocorra, será necessário mudar o próprio modelo de desenvolvimento, através do fortalecimento do mercado interno, que, juntamente com a redistribuição de renda e a preservação ambiental, devem se constituir nos pilares básicos de um novo modelo de desenvolvimento auto-sustentável para o bem-estar dos trabalhadores e da população.

Outra condição básica é a diversificação da nossa pauta de exportações, incorporando produtos mais elaborados, de maior valor agregado e com processos industriais que permitam a valorização do trabalho no processo produtivo e a preservação do meio ambiente interno e externo às empresas.

Propostas de organização e de atividades

Priorizar a luta pela mudança radical no atual modelo de desenvolvimento, absorvendo a variável ambiental.

Reivindicar a adoção de políticas de valorização dos recursos naturais no mercado interno e externo, através da cobrança de sobretaxas punitivas que alimentem fundos especificamente voltados para sua conservação ou regeneração.

Incluir as questões ambientais na pauta das negociações que costumam preceder os processos de reestruturação das empresas, bem como nos fóruns mais amplos, como as câmaras setoriais. Nessas instâncias de negociação, as propostas devem orientar-se pelo princípio “poluidor-pagador” e avançar na



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

criação de uma metodologia que permita contabilizar os custos ambientais da produção.

Descentralizar as ações coordenadas pela Comissão Nacional de Meio Ambiente, criando instâncias nas estruturas vertical e horizontal com o objetivo de avançar na definição de políticas globais e setoriais que incorporem a questão ambiental.

Participação e articulação de plataformas comuns com os fóruns da sociedade civil e dos movimentos populares.

Reivindicar a participação da CUT nos conselhos de meio ambiente em todos os níveis do poder público.

Acompanhamento e intervenção no Congresso Nacional nos temas relacionados à questão ambiental (lei de patentes, regulamentação do capítulo de meio ambiente etc.)

Intervenção nos processos de zoneamento econômico e ambiental em todo o país.

Introduzir a proteção ambiental na luta por uma política agrícola e agrária, com destaque para o uso controlado de agrotóxicos, compatível com os interesses dos trabalhadores, com a garantia das reservas extrativistas sob controle dos trabalhadores e da demarcação das terras indígenas sob controle dos mesmos.

Consolidação da rede CUT Amazônia e do Observatório Sócio-Ambiental da Amazônia.

Acompanhar e elaborar propostas para as negociações da Carta Social e de harmonização das políticas e da legislação ambiental no Mercosul.

Incorporar nos programas de formação sindical e profissional a dimensão socioeconômica-ambiental.

Apoiar a constituição de comissões de saúde e meio ambiente por local de trabalho.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





SEGURIDADE SOCIAL

O conceito de seguridade social, que significa a proteção social dos indivíduos como um direito de todos e um dever do Estado, é de interesse dos trabalhadores e vem sendo defendido pela CUT desde a Constituição de 1988, resultando no capítulo da Seguridade Social da Constituição Federal.

A seguridade social é integrada pela saúde, pela previdência e pela assistência, áreas que devem ter políticas indissolúveis e complementares, garantindo o atendimento de cada um de acordo com suas necessidades e seus direitos.

Sistema Único de Saúde

Um das lutas prioritárias que devem armar a CUT para uma ação mais ofensiva é a da saúde. É uma luta que unifica o conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo. Baseando-se nos princípios de universalidade, integralidade, descentralização, gratuidade e controle social, devemos desenvolver, nos próximos anos, um embate político com diversos setores que controlam e determinam as ações e os serviços de saúde. Para tanto, a CUT defende a implantação do SUS público, sob controle dos trabalhadores e com um atendimento de boa qualidade.

É preciso inverter a lógica assistencial atual e mudar o modelo de atenção hospitalar e curativo para um modelo que priorize a prevenção e a educação sanitária, aliado à luta por melhores condições gerais de vida e trabalho.

Para o SUS funcionar, é necessário haver prioridade política, com conseqüentes recursos financeiros. Queremos 10% a 15% da Receita Fiscal da União, dos estados e dos municípios, além dos 30% do Orçamento da Seguridade Social, para que a saúde possa atender as necessidades da população. Os recursos financeiros devem servir para alavancar o setor público e não para financiar o setor privado.

É necessária também uma política nacional de recursos humanos, garantindo salário digno, respeitando

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

a isonomia nas esferas federal, estadual e municipal como também os pisos salariais instituídos por lei. Garantir, ainda, um plano de carreira para o trabalhador do SUS, permitindo que todos possam progredir em seu trabalho a partir do empenho e com oportunidade para isso. É fundamental o desenvolvimento de mão-de-obra qualificada e à altura de compor uma equipe multiprofissional de saúde.

O controle social sobre o SUS deve ser absoluto. Os conselhos de saúde nacional, estaduais e municipais têm sido um embrião desse controle. Devemos reforçar e qualificar nossa participação nos conselhos, avançando para um verdadeiro controle dos trabalhadores sobre o SUS, numa aliança do movimento sindical, popular e demais usuários.

Saúde do trabalhador

A organização capitalista do trabalho tem demonstrado ao longo da história um controle rígido na organização das atividades dos trabalhadores. O empregador, além de restringir a intervenção do trabalhador como sujeito coletivo no trabalho, determina o tempo e o ritmo de trabalho, as matérias-primas e os insumos utilizados na fabricação dos produtos.

É neste ambiente que o trabalhador sofre as adversidades da forma como está organizado o trabalho: máquinas inseguras que causam amputação e mortes; ritmos e pressões que levam à fadiga física e mental; ambientes ruidosos, quentes e úmidos, que levam à perda gradativa da saúde; exposição a substâncias químicas tóxicas e cancerígenas que contaminam homens, mulheres e menores trabalhadores, na cidade e no campo.

A CUT desde a sua fundação luta por melhores condições de vida, saúde e trabalho. Dessa forma, a intervenção no ambiente de trabalho faz parte da estratégia sindical da CUT e deve ser considerada uma prioridade.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Propostas de organização e de atividades

Difundir no interior da Central o conceito de saúde do trabalho tendo como ferramenta básica a identificação dos fatores de risco no processo de trabalho, a discussão das formas possíveis de enfrentá-los e os encaminhamentos necessários (mobilizações, denúncias, fiscalizações, ações judiciais etc.)

Priorizar a formação em saúde do trabalho, com um programa básico preparado em conjunto com a Secretaria Nacional de Formação (SNF), entidades do ramo e sindicatos, cujo objetivo é formar formadores e uniformizar uma linguagem e uma metodologia de ação nas questões referentes à saúde, às condições de trabalho e aos riscos para o meio ambiente.

Conjugar a política de ação sindical em saúde nos locais de trabalho com a tarefa de formulação de propostas para a construção de uma política nacional de saúde do trabalhador, através das estruturas por ramos e das instâncias horizontais e de apoio da CUT.

A Executiva Nacional deverá, dentro do seu planejamento estratégico, designar responsável para a área de saúde do trabalhador.

Uma das tarefas imediatas deste responsável é constituir um coletivo, a partir dos ramos de atividade e das instâncias horizontais da CUT, que terá como atribuição primeira apresentar um plano de ação em saúde do trabalhador para ser apresentado na primeira reunião da Direção Nacional da CUT, de forma articulada com o INST.

Este coletivo deverá desenvolver trabalhos integrados com diversas comissões da CUT: CNSS (Comissão Nacional de Seguridade Social), CNMA (Comissão Nacional de Meio Ambiente), CNMT (Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora), CNTA (Comissão Nacional de Tecnologia e Automação), entre outras, onde houver interface de atuação envolvendo a área de saúde do trabalhador.

Previdência Social

O sistema previdenciário no Brasil é viável e pode prestar um serviço de boa qualidade.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

É necessário combater a sonegação, que ainda hoje consome 50% do potencial de arrecadação, e a corrupção, que, com uma máquina propositalmente obsoleta e a conivência de muitos que detêm poder, continua a existir em larga escala.

A Previdência deve ter um caráter eminentemente social, assegurando um papel redistribuidor de renda, o que é fundamental em um país onde os 10% mais ricos detêm 50% da renda nacional. Seu financiamento, em conjunto com a seguridade, deve priorizar a taxaçoão do lucro e do faturamento, em detrimento da taxaçoão sobre a folha de salários.

A privatização da Previdência não interessa aos trabalhadores em um país em que facilmente se burlam os direitos trabalhistas e em que o poder aquisitivo é muito baixo. A privatização da Previdência só servirá para jogar milhões de brasileiros à margem de qualquer possibilidade de aposentadoria e outros benefícios, gerando vultosos lucros para grandes seguradoras, com um custo social sem precedentes.

A Previdência Social deverá ser pública e administrada de forma independente, por um conselho quadripartite, composto por trabalhadores da ativa representados pelas Centrais, aposentados, governo e servidores da Previdência.

Os trabalhadores da área deverão ter uma política de valorização das suas atividades, com constante reciclagem para elevar a qualificação profissional e com perspectiva de evolução na carreira.

No momento, devemos reforçar nossa participação nos conselhos de Previdência, buscando, além de fiscalizar o funcionamento da máquina, atuar em aliança com outras entidades do nosso campo, na defesa dos interesses dos trabalhadores, garantindo as conquistas da Constituição de 1988 relativas à Previdência Social.

Assistência Social

Recentemente regulamentada e com problemas, a Assistência Social deverá funcionar de forma complementar à Saúde e à Previdência, assegurando proteção social a todos que dela necessitem.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

É prioritário inverter a lógica clientelista e eleitoreira que sempre norteou a Assistência Social em nosso país, assumindo a universalidade de suas ações como um direito à cidadania e não um favor prestado por alguém que governa.

Queremos a implantação de um sistema de Assistência Social descentralizado, com ações no nível dos municípios e sob rígido controle dos trabalhadores.

Queremos a imediata implantação dos conselhos de Assistência Social nos moldes dos conselhos da Saúde, com participação prioritária dos trabalhadores, idosos, crianças, adolescentes e portadores de deficiência, representados através de suas entidades, que permitam fiscalizar o funcionamento e deliberar prioridades para a política do setor.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

O 4º Concut colocou como desafio à sua ação cotidiana a incorporação de novos temas relacionados à cidadania e à qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias. Entre eles, a SPSO destacou criança/adolescente como prioridade e, em especial, a questão do trabalho infanto-juvenil.

No Brasil, 58,2% das crianças e dos adolescentes vivem em famílias cuja renda mensal *per capita* não ultrapassa meio salário mínimo, o que, em números absolutos, corresponde a 32 milhões de pessoas (PNAD/90). Os eleitos dessa situação se fazem sentir na vida desses pequenos brasileiros, em particular no desrespeito aos seus direitos básicos (saúde, educação, moradia) e na inserção precoce no mercado de trabalho (12% da população economicamente ativa).

Apesar dessa significativa inserção na atividade econômica, o trabalho infanto-juvenil é exercido em péssimas condições de trabalho e desigualdades, onde grande parte não conta com a efetiva proteção das leis trabalhistas e previdenciárias. Cerca de 72% dos adolescentes trabalhadores (15 a 17 anos) possuem vínculo empregatício, mas apenas 32% têm carteira assinada. Na faixa etária de 10 a 14 anos, 47,4% estão



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

na condição de trabalhadores não-remunerados, ou seja, “ajudam” nas atividades econômicas realizadas pelos seus familiares. Em termos salariais, a grande maioria recebe, no máximo, até um salário mínimo (IBGE/90).

Os estudos realizados pela CUT, através da Comissão Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, revelam que a criança trabalhadora está envolvida nas atividades mais desqualificadas, perigosas, insalubres, abusivas e em situações constrangedoras. A maioria trabalha em jornadas diárias que variam de seis a 12 horas, recebe três vezes menos no mesmo tipo de trabalho realizado pelo adulto e continua fora da escola ou defasada no processo educativo entre dois e quatro anos.

A lei específica que trata dos direitos da cidadania dessa população – Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)— dispõe dos direitos fundamentais, introduz obrigações relativas à prevenção, define uma nova política de defesa, proteção e atenção à criança e ao adolescente. Além disso, institui a participação popular (conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente em níveis federal, estaduais e municipais, e conselhos tutelares, apenas em nível municipal). Esta lei, gestada com a participação efetiva da população (crianças, jovens, movimento popular e sindical, profissionais da área), consagra como universais os direitos sociopolíticos de crianças e jovens independente da classe social a que pertencem.

Propostas de organização e de atividades

Defender que os programas de atenção à população infanto-juvenil em situação pessoal e social devem ter sua centralidade na educação, na geração de emprego para as famílias e na elevação da renda dos trabalhadores.

Introduzir no cotidiano das ações dos sindicatos, federações, confederações e departamentos a luta pelos direitos sociais.

Atuar nos espaços políticos de formulação, deliberação e controle das políticas públicas, como os conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (nacional, estaduais, municipais) que vêm sendo



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





constituídos de forma democrática (eleições diretas, assembléias) e nos espaços de articulação da sociedade civil, como os fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (nacional, estaduais, municipais).

Criação e fortalecimento das comissões dos direitos da criança e do adolescente da CUT nos níveis nacional, estadual, regional e de sindicatos filiados.

Continuidade dos estudos e das pesquisas que subsidiem a ação sindical cutista na erradicação do trabalho infantil e combatam todas as formas de exploração do trabalho adolescente.

Realização de campanhas sobre os direitos dos adolescentes trabalhadores, visando a sua participação no cotidiano dos movimentos sindical e populares em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Estímulo à participação dos dirigentes sindicais nas articulações da sociedade civil (Fóruns DCAs), instrumentos fundamentais para a conquista e a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

Participação na elaboração, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e juventude, através da participação de sindicalistas nos conselhos de direitos da criança e do adolescente em níveis nacional, estaduais e municipal.

Inclusão dos direitos sociais da população infanto-juvenil nas convenções coletivas de trabalho.

Divulgação e mobilização para a sociedade da campanha da CUT “Lugar de Criança É na Escola” – Não ao Trabalho Infantil”.

Divulgar e discutir o Estatuto da Criança e Adolescente em todas as instâncias horizontais da CUT e lutar pela implementação do mesmo.

Fortalecimento das relações de solidariedade internacional para a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A formação profissional é, numa concepção cutista, parte de um projeto global e emancipador. Portanto, deve ser entendida como exercício de uma concepção radical de cidadania. A CUT recusa a concepção de formação profissional como simples adestramento ou como mera garantia de promoção da competitividade dos sistemas produtivos.

A formação profissional é patrimônio social e deve ser colocada sob a responsabilidade do trabalhador e estar integrada ao sistema regular de ensino, na luta mais geral por uma escola pública, gratuita, laica e unitária, em contraposição à histórica dualidade escolar do sistema educacional brasileiro. Pública e gratuita com o Estado assumindo as suas responsabilidades, porém com a efetiva participação da sociedade na sua gestão pedagógica e administrativa.

Democrática no acesso e na permanência da população na sua gestão. Laica, pois não cabe à escola tratar de credos, mas do conhecimento científico. Entretanto, a escola deve respeitar a diversidade étnica, cultural e religiosa do país, especialmente aquelas que foram oprimidas em nosso processo histórico. Unitária de caráter científico, tecnológico e politécnica, tendo o trabalho como princípio educativo, organizador de sua estrutura, seu currículo e seus métodos. Unitária também na organização do Sistema Nacional de Ensino.

O esforço de todas as forças progressistas deve caminhar no sentido da escola unitária, sobretudo no que se refere à construção crítica da relação trabalho X educação, cuja essencialidade reside na contraposição de todas as formas de exploração do homem para a constituição de novas relações sociais. Trata-se de construir uma escola que se oponha à visão reducionista, utilitarista da formação e educação.

Isso significa que a formação profissional deve estar submetida ao controle direto do Estado e que os trabalhadores devem intervir nesse processo, participando, através de suas organizações, da definição, da gestão, do acompanhamento e da avaliação das políticas e dos programas de formação profissional.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Essas diretrizes para a formação profissional devem ser vistas como parte do esforço de afirmação do direito universal ao trabalho e da afirmação do trabalho como fonte do conhecimento e origem da riqueza, bem como parâmetro de sua distribuição, num processo político, cultural, social e econômico que faça cessar a exploração de quem vive do seu próprio trabalho.

Propostas de organização e de atividades

Lutar pela aprovação e sanção de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reforçando as ações do Fórum Nacional em Defesa de Escola Pública e fortalecendo a visão de uma formação profissional como parte de um sistema regular de ensino e de políticas públicas que promova o acesso ao mundo do trabalho, fruto da discussão e participação da sociedade civil organizada, de entidades representativas da educação, dos sindicatos e da própria CUT.

Nesse sentido, a política de formação profissional deve estar submetida concomitantemente ao Conselho Nacional de Educação e ao Conselho Nacional do Trabalho.

Defender a formulação pública das políticas de formação profissional, com amplo espaço para a participação dos trabalhadores na definição dos rumos dessa formação e, em especial durante a fase de formação profissional, orientar os treinadores no tocante à legislação sobre segurança e medicina no trabalho. Portanto, a CUT deve reivindicar a sua participação, nos termos da resolução da OIT que prevê a gestão tripartite (trabalhadores, empresários e Estado), na gestão de fundos públicos e nas agências e programas de formação profissional de alcance municipal, estadual, nacional e internacional.

Reiterar a posição da CUT nas negociações tripartite no âmbito do Mercosul de que toda formação profissional deve estar associada a uma política de emprego elaborada com vistas à integração regional. Lutar, ao mesmo tempo, para que a política de formação profissional para o Mercosul não se restrinja a demandas empresariais, mas possa responder às necessidades dos trabalhadores envolvidos no processo de integração.

Reivindicar a participação dos trabalhadores e do poder público na elaboração e avaliação de todos os

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

programas e políticas de formação profissional, bem como na fiscalização da aplicação de todo e qualquer fundo de natureza pública e dos desenvolvidos nos locais de trabalho. “Temos hoje a situação insustentável em que 1% da folha de pagamentos das empresas é administrado privadamente por instituições como o Senai. Esses recursos, que são patrimônio público, assim deveriam ser administrados” (resumo do texto aprovado no 1º Congresso dos Metalúrgicos do ABC). Nesse sentido, a CUT deve articular no Congresso Nacional uma emenda constitucional para esse fim, organizando uma ampla mobilização para sua aprovação.

Estimular os sindicatos a incorporarem em suas pautas de reivindicações a questão da formação profissional, incluindo-a nos contratos de trabalho. A CUT deve incorporar essa questão na negociação de um contrato coletivo de alcance nacional.

Lutar pela constituição de centros públicos de formação profissional devidamente integrados ao sistema nacional de educação, com dotação orçamentária específica e sistema democrático e transparente de gestão e fiscalização.

Avaliar as experiências de formação profissional realizadas em sindicatos filiados à CUT na perspectiva de subsidiar a vinculação entre educação e trabalho.

Reivindicar a discussão permanente e democrática das diretrizes e dos objetivos da formação do educador, tendo em vista o aprimoramento de sua consciência profissional e cidadã.

Reivindicar que todos os recursos compulsórios ou na forma de incentivos destinados à formação e/ou requalificação profissional sejam considerados e administrados como fundos públicos, com a participação dos trabalhadores.

Constituição de conselhos tripartites (trabalhadores, governo e empresários) para a gestão de agências de formação profissional (Senai, Senac, SESI, Senar), ou de outras iniciativas complementares ao ensino regular de âmbito municipal, estadual, nacional e regional, visando rigoroso controle fiscal e formalização de processos sistemáticos de avaliação dos serviços prestados.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Ações de curto prazo

Reivindicar prioridade para a alfabetização do trabalhador para os cursos já oferecidos pelas empresas, preferencialmente através de convênios com a rede e as universidades públicas locais.

Reivindicar a ampliação do acesso do trabalhador ao ensino público em escolas próximas ao local de trabalho. Admite-se em caráter emergencial convênios com instituições idôneas e reconhecidas publicamente.

Reivindicar a criação de espaço físico (salas de aulas, bibliotecas, laboratórios etc.) para a educação do trabalhador no local de trabalho, gerida ou acompanhada por comissão tripartite.

Vinculação dos processos de formação e/ou requalificação profissional aos processos regulares de educação necessários em cada caso (alfabetização, ensino fundamental, médio e superior).

Vinculação das iniciativas de formação ou requalificação profissional à garantia do emprego e à ampliação de sua oferta, através da elevação do nível cultural, científico e tecnológico dos trabalhadores.

Criação de comissões paritárias para acompanhamento das iniciativas de formação profissional ou dos processos educacionais em curso nos locais de trabalho.

Liberação do trabalhador duas horas antes para freqüentar cursos de alfabetização, outros de formação regular ou de formação e/ou requalificação profissional, sem prejuízo dos vencimentos dos trabalhadores.

Manutenção das contribuições legais do empresariado ao poder público para fins de educação, mesmo no caso de haver o financiamento de iniciativas próprias ou conveniadas por parte das empresas.

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DA CUT

O debate de uma política de comunicação para a Central Única dos Trabalhadores não é recente. Apesar dos avanços significativos da implementação de uma política de comunicação, como o lançamento da revista *De Fato* e dos primeiros passos para a constituição da agência de notícias da CUT, ainda



enfrentamos problemas estruturais.

O enfrentamento dos problemas estruturais exige o rompimento do círculo vicioso criado pela ausência de projetos globais e também de veículos de comunicação, a começar pela ratificação e aplicação plena das deliberações do 4º Concut quanto à política de comunicação.

Propostas de organização e de atividades

Qualquer política de comunicação da CUT depende diretamente do desenvolvimento do projeto político da Central, respondendo aos problemas mais graves que afetam os trabalhadores e determinando suas políticas setoriais.

Criar o Grupo de Trabalho Nacional de Comunicação da CUT, formado por dirigentes e profissionais dos diversos setores que compõem o ciclo da informação (jornalistas, radialistas, produtores de vídeo, técnicos em telecomunicações e em processamento, gráficos etc.) com a tarefa de definir um planejamento estratégico cujo objetivo será a montagem global dessa rede/estrutura.

Dotar a CUT, em curtíssimo prazo, de instrumentos de comunicação que atinjam diretamente os trabalhadores e a sociedade, inclusive via rádio, responsabilizando a SID pela apresentação à Executiva de propostas tecnicamente detalhadas.

Estimular a criação da Central de Informações da CUT, dando-lhe a dimensão de agência de notícias, passo importante e indispensável para a efetivação de veículos nacionais de comunicação da CUT.

Investir na formação e na capacitação de dirigentes e profissionais em comunicação, em convênios com entidades e universidades.

Mudar o nome da Secretaria de Imprensa e Divulgação para Secretaria de Comunicação da CUT.

Estruturar essa secretaria com os departamentos inerentes aos diversos setores com os quais a secretaria irá se relacionar: comunicação em vídeo ou som, comunicação escrita, informática, telecomunicações e produção industrial (gráfica).

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Planejar e trabalhar pela viabilização, junto com outros segmentos avançados da sociedade civil, de uma grande imprensa dos trabalhadores, capaz de desafiar o monopólio das “nove famílias”.

MULHER TRABALHADORA

A presença da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas vem apresentando um crescimento acelerado. Entre 1970 e 1990, segundo a PNAD, a mão-de-obra feminina cresceu 180%, enquanto a masculina 71%. Hoje, as mulheres são 41,4% da PEA, segundo o IBGE. Esses dados não levam em consideração a participação das mulheres no mercado de trabalho informal.

Mesmo com esse crescimento e o aumento da sindicalização das mulheres, a opressão de gênero ainda está fortemente presente na sociedade e no mundo do trabalho.

A CUT avançou na democracia ao reconhecer esta realidade e ao compreender que a organização das trabalhadoras é um passo importante no combate a um dos pilares da dominação capitalista: a opressão das mulheres.

A CUT deu um salto de qualidade ao aprovar uma política de ações afirmativas nos seus congressos e plenárias, desde 1986, com a criação da CNMT (Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora) e mais recentemente com a aprovação das quotas de participação para mulheres nas direções da CUT.

Entretanto, as resoluções tomadas pelos congressos se restringiram a uma atribuição das mulheres e não à CUT como um todo. Embora as resoluções sejam importantes e avançadas, limitaram-se a declarações de intenções. Assim, as iniciativas praticamente se reduziram à ação da CNMT e à sensibilidade política de alguns e de algumas sindicalistas, mas não do conjunto da estrutura e das instâncias políticas. Portanto, ainda se mantém a distância entre a intenção e o gesto.

O 5º Concut delibera pela continuidade da organização do trabalho de mulheres através da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (CNMT).

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Ainda foi definido que nos próximos congressos da CUT os crachás de identificação dos (as) representantes dos sindicatos devem ter a inscrição “delegada/o”, ou uma outra forma que respeite a identificação de gênero.

Plano de Lutas

A CUT deve implementar no próximo período todas as resoluções aprovadas nos congressos e nas plenárias anteriores, principalmente as que dizem respeito às mulheres no mundo do trabalho e às políticas de ação afirmativa nas quais estão inseridas as quotas.

O eixo de ação sindical para a mulher trabalhadora, no próximo período, deve ser “Cidadania: igualdade de oportunidades na vida, no movimento sindical e no trabalho”.

Considerando a complexidade e a importância da inserção das mulheres na vida da Central, é prioritária a liberação de uma dirigente da CUT nos seus níveis nacional, estaduais e regionais, responsável pela condução das políticas e da ação sindical de gênero aprovadas pela Central.

Negociação coletiva

Considerando o processo de negociação coletiva como um momento importante da ação sindical, os sindicatos devem incorporar as mulheres nas comissões de negociação das categorias.

As pautas das categorias devem incluir reivindicações específicas das trabalhadoras: salários e condições de trabalho; igualdade de oportunidades; maternidade e saúde; punição aos praticantes de assédio sexual; combate à violência e acesso a informações sobre doenças ocupacionais.

Salário igual para trabalho de igual valor ou trabalho equivalente

Os sindicatos devem reivindicar a criação de comissões paritárias (sindicato/empresa) para discutir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nos locais de trabalho.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Acesso à profissionalização e reciclagem periódica para as trabalhadoras, para qualificação da mão-de-obra feminina e conhecimento das novas tecnologias.

Formação

Ampliar o Programa de Relações Sociais entre Homens e Mulheres da Secretaria Nacional de Formação.

Garantir acesso igualitário das mulheres à formação.

Garantir cursos de formação para mulheres promovidos pelas Comissões Estaduais e Secretarias Estaduais de Formação.

Garantir a introdução da questão de gênero em todos os cursos promovidos pela Central, como também criar cursos para formadores(as) sobre essa mesma temática.

As mulheres, as inovações tecnológicas e as novas formas de gerenciamento

As inovações tecnológicas e as mudanças no processo produtivo têm excluído ainda mais as mulheres dos melhores postos de trabalho, e a “modernidade” não trouxe mais igualdade de oportunidades entre os sexos.

Por isso, a CUT e os sindicatos devem proceder a estudos sobre o impacto dessa nova realidade sobre o trabalhador e a trabalhadora, compreendendo, denunciando e propondo formas de romper com a feminização da pobreza e a utilização das mulheres sempre nas piores e menos valorizadas tarefas.

Essas mudanças têm causado graves prejuízos à saúde das trabalhadoras, como a ocorrência em vários setores de uma verdadeira “epidemia” de LER (Lesões por Esforços Repetitivos), que atinge homens e mulheres diferentemente. No âmbito das novas formas de gerenciamento, a terceirização atinge diretamente as mulheres. Além de ser uma forma de superexploração dos trabalhadores em geral, atinge em especial as mulheres.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Sindicalização

Incentivar a sindicalização das trabalhadoras nas campanhas promovidas pela CUT e pelos sindicatos. Garantir nas campanhas de sindicalização promovidas pela CUT materiais específicos para as trabalhadoras e orientar os sindicatos para que façam o mesmo.

Creche

Realizar campanha nacional de luta por creche nos locais de trabalho, entendendo o direito à creche como direito básico à educação. Portanto, a creche deve ser um espaço educativo, definida e desenvolvida por profissionais qualificados.

A CUT deve retomar a comemoração do Dia Nacional de Luta por Creche – 12 de Outubro.

Garantir creche com infra-estrutura adequada nos eventos sindicais, com ampla divulgação na convocatória dos mesmos.

Violência

Realizar uma campanha de combate à violência sexual (física e psíquica) às mulheres nos locais de trabalho e no movimento sindical.

Realizar campanha nacional contra o assédio sexual.

Lutar pela aprovação e pelo cumprimento de leis que garantam punição às empresas que pratiquem revista aos corpos e às bolsas nos locais de trabalho. Deve ser realizada uma campanha a ser desenvolvida conjuntamente com as confederações, federações e os departamentos da CUT.

É preciso que se estabeleçam novas relações de ética no interior da Central, pautadas por princípios de igualdade, solidariedade e respeito entre homens e mulheres. Esses princípios devem fazer parte do código de ética da Central. Para tanto, é fundamental a criação e a implementação de Comissão de Ética nas CUTs

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

nacional e estaduais para que sejam apuradas as denúncias de discriminação de todos os tipos no interior da Central: racial, religiosa, de opção sexual e as que se referem às mulheres.

Criar e implementar o Disque CUT para denúncias de violência contra a mulher trabalhadora.

Lutar para o cumprimento da lei que pune as empresas onde ocorre assédio sexual, já aprovada em alguns estados e municípios. Lutar para que seja criada uma lei semelhante em nível nacional.

Divulgar as leis de proteção à mulher nos locais de trabalho e no movimento sindical. Essa campanha deve ser destinada às trabalhadoras urbanas e rurais. Ao agressor, além da punição, deve ser proporcionado tratamento adequado para promover sua reabilitação e sua reeducação, com o objetivo de evitar novas violências.

Lutar pela criação de casas abrigo, de apoio, albergues para mulheres vítimas de violência e pela criação de delegacias da mulher em todos os estados e municípios da União.

Realizar uma pesquisa sobre a violência contra a mulher no mundo do trabalho.

Saúde e direitos reprodutivos

Realizar uma campanha contra a esterilização em massa das mulheres, principalmente quando se trata de benefícios políticos e, em especial, das mulheres negras e não-brancas – maiores vítimas—, bem como campanhas pela descriminalização e legalização do aborto e pelo acesso a métodos contraceptivos.

Apoiar os dois projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que defendem a legalização do aborto (dep. Jandira Feghali e sen. Eva Blay).

Denunciar e lutar pela punição das empresas que exigem atestados de laqueadura e testes de gravidez para admissão no emprego.

Realizar cursos e seminários sobre direitos reprodutivos no mundo do trabalho, política de população e desenvolvimento, tecnologias reprodutivas, gênero e classe, conhecimento do corpo e interferência da maternidade no trabalho e vice-versa.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Fortalecer a Comissão Nacional de Prevenção à Aids e orientar os sindicatos para que as comissões de saúde juntamente com a imprensa divulguem a campanha de prevenção à AIDS.

A CUT deve criar um selo incentivando o uso da camisinha para circular nos seus materiais, principalmente no *–InformaCUT*, com os seguintes dizeres: “Companheiros e companheiras: usem e exijam a camisinha. CUT em defesa da vida”.

Denunciar a utilização da esterilização gratuita de mulheres para fins eleitorais.

Trabalhadoras rurais

Lutar pela regulamentação do salário-maternidade para a trabalhadora rural.

Lutar pela garantia dos direitos previdenciários já conquistados.

Mulher negra

Em função das múltiplas discriminações às quais é submetida a mulher negra e da responsabilidade que a CUT tem de criar políticas que ponham fim à exclusão de setores majoritários da sociedade, a Central precisa conhecer e denunciar esta realidade. Para tal, é preciso:

- a) Fortalecer a Comissão Nacional de Combate à Discriminação Racial da CUT.
- b) Socializar entre as instâncias estudos e dados sobre a situação da mulher negra no mercado de trabalho e incorporar nas análises, nos estudos, nas pesquisas e no cotidiano da CUT o corte de raça.
- c) Apoiar as bandeiras de luta das mulheres negras, principalmente a luta contra o extermínio das crianças negras.
- d) Promover seminários sobre gênero e raça para mulheres negras e não-brancas, abertos também para mulheres brancas.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Código Penal

A CUT deve traçar uma política para participar da luta pela modificação dos códigos Penal e Civil.

Educação

Abrir a discussão sobre a educação em tempo integral. Lutar pelo fim da educação diferenciada nas escolas.

POLÍTICA ANTI-RACISTA

O ano de 1993 foi significativo na luta contra o racismo: a emergência de iniciativas no campo sindical, preocupadas em comprometer os sindicatos com a luta anti-racista.

Essas iniciativas receberam impulso significativo com a criação, em novembro de 1992, da Comissão Nacional de Luta contra a Discriminação Racial. Ainda em novembro desse ano, a CUT formalizou uma denúncia à OIT sobre o descumprimento da Convenção 111, com base em dados estatísticos organizados pelo Ceert – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Nove meses depois, foi realizado o seminário nacional “O Papel da CUT no Combate ao Racismo”, organizado com o apoio da Secretaria Nacional de Formação, que contou com a presença de 102 dirigentes de 40 entidades sindicais de oito estados da Federação.

O mês de novembro do ano passado registrou importantes atividades: a realização, no Rio de Janeiro, do 1º Encontro Nacional de Negros Urbanitários, promovido pela FNTIU e que contou com a presença de dirigentes de vários estados do país, a organização do ciclo de debates “O Movimento Sindical e a Questão Racial”, promovido por diversos sindicatos da Bahia, e a Semana da Consciência Negra, promovida pelos bancários de São Paulo.

Outras iniciativas importantes, como as do Sindicato dos Bancários de Florianópolis, dos Bancários de

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Belo Horizonte/Escola Sindical 7 de Outubro, dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Plásticos e Químicos de São Paulo e Metalúrgicos do ABC, resultaram na realização de cursos de formação sobre sindicalismo e racismo. Merece registro ainda a elaboração e discussão de uma tese anti-racista, debatida no 1º Congresso dos Metalúrgicos do ABC, realizado em setembro de 1993.

Essas iniciativas apontam a necessidade de a Central reconsiderar a concepção de classe trabalhadora compreendida como massa homogênea de homens brancos e a necessidade de consolidarmos uma política anti-racista, capaz de incorporar à prática sindical os problemas decorrentes da discriminação racial que atinge metade da força de trabalho do país.

O equacionamento da problemática racial é condição básica para a construção de um projeto plural de classe trabalhadora, que respeite a identidade e os interesses comuns, ao mesmo tempo em que assegure espaço para as particularidades dos diferentes segmentos que a compõem.

A luta anti-racista e a mulher negra

A mulher negra tem uma grande participação no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Mas o poder de participar ou não dos recursos disponíveis na sociedade está condicionado para além das determinações de gênero e de origem sociorracial.

A condição feminina da mulher negra se agravou com a ampliação da terceirização, o aumento do desemprego e, em algumas regiões como o Nordeste, com o alto nível de subemprego.

Alguns dados foram explicitados pelo IBASE em 1989. Enquanto existem 34% de mulheres amarelas e 19,6% de mulheres brancas em cargos administrativos, apenas 3,9% desses cargos são ocupados por mulheres negras. Em compensação, para 9,8% de mulheres amarelas presentes nos setores de prestação de serviços, há 56,4% de negras. O rumo da luta contra o preconceito, a discriminação e o racismo é começar a reconhecê-los. Começando a reconhecer que as mulheres negras são colocadas na base da hierarquia social, inferiorizadas em relação ao homem branco, à mulher branca e ao homem negro, respectivamente.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Segundo dados do Mapa do Trabalho do IBGE, homens brancos ganham 6,3 salários mínimos mais que os negros ou pardos, que têm renda média de 2,9 salários mínimos. Mulheres brancas ganham 3,6 salários mínimos a mais do que o 1,7 que ganham as mulheres negras ou pardas.

As mulheres negras, sensibilizadas por este contexto social, apontam a tríplice exploração (mulher, negra e trabalhadora) como princípio organizativo que faz uma crítica à sociedade capitalista, que alimenta a competitividade social pautada no privilégio da qualificação técnica no universo masculino e daqueles definidos racialmente como brancos.

O avanço da organização das mulheres negras está hoje intimamente ligado às conquistas e ao combate que o conjunto das mulheres e os negros têm travado contra a discriminação racial e de gênero. Nesse contexto cabe aos sindicalistas e à CUT, enquanto instrumento de luta de todos os trabalhadores e trabalhadoras, uma maior ação e um compromisso real para dismantelar os mecanismos que acentuam a discriminação das mulheres negras e a contribuição para ampliar a participação das trabalhadoras com consciência de raça, classe e sexo.

Propostas de organização e de atividades

O 5º Concut referenda a Comissão Nacional de Luta contra a Discriminação Racial, devendo realizar um encontro nacional de sindicalistas de em meados de janeiro de 1995 para debater o tema.

Iniciar um amplo e profundo processo de reflexão e elaboração no interior da Central que propicie a formulação de políticas concretas de combate ao racismo na sociedade brasileira, especialmente nas relações de trabalho, em busca da igualdade de oportunidades e tratamento, e da promoção dos direitos da cidadania. Recomendar aos sindicatos uma real e efetiva articulação com os movimentos e as entidades que tratam da questão racial.

Realizar uma campanha nacional pela implementação da Convenção 111 da OIT, organizando e ampliando uma base de apoio interna à luta contra o racismo e contra todas as formas de discriminação.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Orientar os sindicatos para que realizem pesquisas sobre a situação de negros e brancos nas respectivas categorias. Essas pesquisas devem subsidiar a formulação de instrumentos de controle sobre a ação discriminatória das empresas bem como a inclusão de cláusulas antidiscriminatórias nos acordos coletivos.

Investir na formulação e na conquista de instrumentos jurídicos que possam instrumentar a ação dos sindicatos no combate à discriminação racial. A CUT deve fortalecer o aperfeiçoamento da legislação antidiscriminatória, visando efetuar punição de grupos ideologicamente racistas e grupos de extermínio. Deve fortalecer ainda a luta pela extinção do foro especial para crimes cometidos por militares contra civis, tendo como meta a desmilitarização da Polícia Militar.

Desenvolver uma revisão crítica do programa de formação da CUT, a partir de uma abordagem anti-racista, e introduzir no Plano Nacional de Formação um programa específico sobre o sindicalismo e a questão racial.

Assegurar de imediato a realização em larga escala de um curso introdutório na temática sindicalismo e racismo e garantir, através da SNF, uma orientação para os sindicatos sobre a importância da realização de palestras, seminários e cursos sobre o tema.

A CUT deve publicar um caderno específico com o documento integral da política anti-racista, as resoluções e um texto amplo tratando da história da população negra no Brasil desde a África até os dias atuais.

A CUT deve criar mecanismos em seu Estatuto prevendo sanções aos dirigentes sindicais que desenvolvam práticas racistas, iniciando essa discussão a partir da 7ª Plenária Nacional, culminando com uma resolução no próximo congresso nacional, sendo que durante esse período os casos que acontecerem nos sindicatos, desde que denunciados, sejam acompanhados por um membro da Comissão contra a Discriminação Racial junto com a Executiva Nacional da CUT, para as providências cabíveis.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO: UMA ESTRATÉGIA

A Central Única dos Trabalhadores tem, nos últimos dois anos, realizado um grande esforço rumo à construção coletiva de uma concepção e estratégia que possibilite compreender e agir sobre o complexo de fenômenos que ocorrem no local de trabalho.

Esse esforço, que envolve ações na esfera da política sindical, organização e formação, tem se centrado nos seguintes campos:

- a) Diagnóstico da situação das OLTs.
- b) Identificação dos pressupostos básicos de uma concepção de OLT.
- c) Elaboração de uma estratégia de implantação de OLTs, inclusive quanto às garantias institucionais.
- d) Socialização dos itens anteriores, visando difundir os conceitos elaborados.

Como síntese desse processo de construção coletiva realizou-se em novembro de 1993, por decisão da 6ª Plenária da CUT, o 1º Encontro Nacional sobre OLTs. Os resultados desse encontro são apresentados ao 5º CONCURT na forma de um texto básico.

O objetivo deste texto é, portanto, subsidiar as discussões, tanto no aspecto prático como no teórico, possibilitando a compreensão das questões contidas na discussão das OLTs. Longe de pretender esgotar o assunto, é, antes, uma homenagem a todos que, nas mais diversas atividades, com suas dúvidas e certezas, contribuíram para a construção de uma estratégia da CUT para as OLTs.

Diagnóstica dos OLTs

As atividades envolvendo a discussão sobre OLTs, nos últimos dois anos, conseguiram ser amplas, tanto no aspecto geográfico como no aspecto dos ramos de produção. Foram muitas questões levantadas: discriminações, saúde, descumprimento de acordos, repressão e cooptação patronal. Entretanto, foi a relação entre OLTs e sindicatos que mais espaço teve nas discussões.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

As principais conclusões extraídas das atividades realizadas apontam que existem muito mais OLTs do que imaginamos (ressaltando que consideramos como OLTs as organizações dos trabalhadores no local de trabalho, que assumem diversas formas, sempre fora do controle burguês). Em outras palavras, na grande maioria das categorias existem OLTs (obviamente com diversos graus de discussão, implantação e atuação), faltando, porém, na maioria das entidades, uma política de relacionamento, estímulo e acompanhamento, inclusive quanto à utilização dos espaços institucionais (CIPA, delegado sindical etc.).

Outra conclusão importante é a constatação da diversidade das formas de constituição das OLTs e de sua ação, extremamente ligada às especificidades do local de trabalho, incluindo-se aí diferenças das categorias (relacionadas com o processo de trabalho), diferenças regionais, culturais, de sexo, de raça e até de credo religioso. Assim, os bancários do Rio Grande do Sul se organizam de forma diferente dos bancários do Ceará, mesmo que num mesmo banco.

Experiências tão diversas como as comissões de fábrica dos metalúrgicos do ABC e as associações de produção e comercialização dos trabalhadores rurais do Pará têm em comum a identidade e a solidariedade de uma cultura de classe que pode conduzir ao questionamento do domínio do capital sobre o trabalho. Experiências como essas podem ser encontradas de norte a sul do país em todos os ramos de atividade, confirmando a diversidade de rebeldias contra a gestão patronal como gênese das OLTs.

A formação de espírito de corpo, presente em todas as categorias, sobretudo naquelas atividades econômicas sob monopólio estatal (petroleiros, eletricitários, bancos estatais, funcionários públicos, entre outros), parece facilitar a organização no sentido mais corporativista, dificultando uma ação mais ampla no local de trabalho. Em outras palavras, apesar de o capitalismo tender a uniformizar os processos de trabalho, sua gestão e organização, cria-se um local de trabalho padrão, imune a influências externas e trabalhadores multideterminados. Isto os leva a criar resistências ao controle patronal, que são específicas na ação e na forma, mas reafirma o princípio geral da luta pela autonomia e pelo fim da exploração.

Cabe aos sindicatos e à CUT, neste processo, articular as lutas específicas, destacando seu caráter



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

anticapitalista e vinculando-as ao projeto de classe.

Os temas abordados giraram em torno do papel dos sindicatos e das OLTs e a relação entre eles, em função do público-alvo do encontro, o que remeteu inevitavelmente a uma saudável discussão sobre ética e relação dirigentes-base, numa demonstração da vitalidade do movimento sindical cutista de se auto-avaliar, detectando erros e apontando caminhos para superá-los. Neste caso o papel e o poder das direções e/ou tendências parece representar um empecilho para as OLTs.

Constatou-se ainda esgotamento do atual modelo de ação sindical, que enfatiza as atividades externas ao local de trabalho e o afastamento (muitas vezes permanente) do dirigente deste mesmo local, cujos reflexos são a acomodação à estrutura oficial, a burocratização, a falta de estratégia para enfrentar os padrões em todos os campos, inclusive o ideológico. Foi unânime a necessidade de repensar a ação sindical, criando uma cultura de organização que dê conta dos desafios que se apresentam nos anos 1990 para o sindicalismo classista.

Há uma grande disposição do conjunto das entidades de enfrentar a discussão do tema de construção de OLTs. Para tanto, o respeito à experiência concreta das entidades/militantes é fundamental. Linhas básicas devem ser traçadas; porém, não podem se configurar em um pacote ou manual de comportamento. Maior que o risco da diversidade é o da criação de normas burocráticas.

Pressupostos para uma concepção de OLT

Da grande quantidade de formulações, muitas vezes apenas esboçadas, que surgiram nas atividades, podemos destacar como conceitos fundamentais para uma concepção de OLT os seguintes: local de trabalho, gestão e alienação, identidade, solidariedade e mobilização, autonomia e cultura de classe, democracia, direito natural.

O conceito de local de trabalho, geralmente restrito ao chão da fábrica, deve ser ampliado, espelhando sua articulação com a comunidade. No caso dos pequenos produtores, por exemplo, o local de trabalho se



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

confunde com o de moradia, enquanto os espaços públicos (escolas, áreas de lazer etc.) permitem a existência simultânea de diversas organizações populares, não necessariamente sindicais (grêmios estudantis, associações de pais e mestres etc.). As ações articuladas com a sociedade contribuem para a diminuição do corporativismo e o fortalecimento da cidadania. Esta talvez seja a ponte que ligará a Central aos trabalhadores não-assalariados (por conta própria, donas-de-casa etc.), que ocupam o mercado informal de trabalho e são excluídos da participação e do acesso aos bens que garantam melhor qualidade de vida, saúde, educação, moradia, entre outros. Aqui aparece a primeira vinculação das OLTs com a saúde, entendida como direito à vida, dentro de uma visão de integração processo produtivo-comunidade.

O processo de trabalho e sua gestão sob o capitalismo afetam o trabalhador de múltiplas maneiras, desde a sua saúde até o controle econômico e ideológico, permeado por subordinação, alienação, discriminação de sexo, etnia, origem, grau de instrução etc. São questões que precisam ser reforçadas, principalmente quando o patronato, em nível mundial, investe nas discussões de qualidade total (cujo reflexo mais imediato, a terceirização, é sentido por todos) e reengenharia como novas formas de gerir o trabalho.

Estar no mesmo local de trabalho, sob condições comuns, sofrendo os mesmos problemas, leva os trabalhadores a identificar-se enquanto sujeito coletivo, cujo poder de ação é sempre maior que a soma dos indivíduos isolados. A identidade se corporifica em mudança apenas através da solidariedade, ou seja, na ação coletiva por objetivos comuns. A experiência solidária incorpora-se como patrimônio de uma classe nos aspectos políticos, ideológicos e mesmo afetivos, sendo também base de uma ética, fundamental na construção de uma sociedade mais fraterna. Nesse sentido, destaque-se o respeito a todas as diferenças, sejam elas de gênero, de raça, regionais ou religiosas. A mobilização advinda desse processo aparece, assim, como resultante de um processo consciente, com objetivos claros, e não como expressão de revolta sem causa.

As OLTs podem ser chamadas como tal se possuírem autonomia e contribuírem para a formação de uma cultura de classe. Autonomia frente aos patrões, pois se configuram em organismos criados pelos



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

trabalhadores como forma de resistência ao domínio do capital sobre o trabalho. Assim, não se confundem com círculos de controle de qualidade ou grupos de qualidade total. Na verdade, esses grupos surgem de necessidades imediatas e transformam-se em instrumentos de resolução de conflito. Como são limitados, os grupos têm vida curta após o esgotamento do motivo que lhes deu origem. Caminhar no sentido da criação de uma cultura de classe que amplie os objetivos exige (e reforça) a construção de OLTs permanentes (embora flexíveis na forma e na ação).

Isso significa reconhecer a autonomia das OLTs frente ao sindicato. Não se trata de ressuscitar a velha e falsa polêmica que contrapõe as duas formas de organização dos trabalhadores, mas distinguir a nossa concepção de OLT da das Organizações Sindicais de Base (OSB), que são um tipo de OLT estritamente vinculada ao sindicato. A escolha entre uma ou outra deve ser definida pela realidade concreta. Defendemos a autonomia orgânica (os sindicatos só representam os filiados, e as OLTs de caráter sindical, todos os trabalhadores; logo, possuem naturezas diferentes) e a relação política que pode ser de colaboração (no caso de coincidência de objetivos) ou de confronto (peleguismo da direção sindical ou da OLT).

A OLT trata da conquista e ampliação da democracia na empresa. Embora estejamos conscientes dos limites dessa luta sob o capitalismo, nos parece necessário ressaltar a importância dessa bandeira histórica dos trabalhadores, na medida em que se abrem espaços para atuações cada vez mais amplas, inclusive relacionadas com a questão do poder. Segundo, trata-se da democracia intraclasse. É necessário realizar uma profunda discussão sobre a contradição que freqüentemente ocorre entre os mecanismos/formas de representação e a ação coletiva direta. Tal questionamento parte da negação do monopólio da representação sindical, passa pela discussão dos processos de autodeterminação e autonomia dos trabalhadores e avança até a discussão da autogestão socialista dos meios de produção.

Direito natural significa uma série de garantias, juízos, práticas e comportamentos que, embora não estejam expressos em leis (às vezes contra a própria lei), se consolidam através da luta e da resistência dos cidadãos e constituem um verdadeiro patrimônio na luta pela democracia. Esse direito é muitas vezes



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



desprezado. A OLT, que atua no cotidiano, é um importante instrumento de criação de direitos, da sua garantia e consolidação.

Estratégia de implantação de OLTs

A maioria das resoluções da CUT sobre OLT ficou no papel. Acreditamos que ficou somente nas intenções em razão da incompreensão do papel das OLTs e pela sedução da criação de um modelo baseado nas experiências que deram certo. Por isso, a consolidação de uma cultura organizativa no local de trabalho, respeitando as experiências concretas, deve ser núcleo da estratégia da CUT.

Não podemos imaginar a OLT através de um modelo acabado e perfeitamente definido (seja apenas como instrumento de poder, como sovietes que necessariamente teriam um caráter revolucionário ou socialista, seja apenas com um caráter negocial, regulador das relações de trabalho). A OLT não pode ser usada para viabilizar a proposta patronal de sindicato por empresa, nem pode ser enxergada como uma entidade imaculada, livre do pecado original que todo sindicato carrega, o de ser parte da estrutura oficial.

Ao lado da necessidade de negociar (embora dentro de limites, não se sobrepondo ao sindicato), está o de impulsionar a construção das OLTs como resistência ao avanço da dominação do capital sobre o trabalho, estimulando e desenvolvendo a autonomia e a ação coletiva, se constituindo em um acúmulo de preparação da classe para a tarefa histórica de dirigir a sociedade. Mas esse é um elemento que estará em disputa permanente na vida real, nos locais de trabalho e, ao lado do nosso projeto, estará, como alternativa, o dos patrões e pelegos. O papel das OLTs, portanto, depende do momento histórico, de sua experiência de luta e do seu relacionamento com o projeto da classe; e a tensão entre o caráter negocial e estratégico só se resolverá no curso da experiência histórica dos trabalhadores.

Somente se entendermos a necessidade de combinar ações negociais e estratégicas, dentro de um projeto de classe, no qual o papel do sindicato, das OLTs, dos partidos e de outras organizações populares não se sobreponham, nem concorram entre si, mas se complementem, estaremos dando um passo adiante

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

para a construção da sociedade socialista. Os sindicalistas classistas e democráticos não podem ter receio de que as OLTs sejam ameaça ao seu poder, e sim saber que somente com elas o poder sindical realmente existirá. Em outras palavras, as OLTs não substituem o sindicato, mas o legitimam.

Se não deve existir modelo pronto e acabado de OLT, qual o papel da CUT e dos sindicatos na sua implantação? Justamente o de garantir a vinculação da OLT ao projeto maior, não enquanto estrutura, mas enquanto cultura organizativa, que (re)cria experiências e as leva a toda a classe trabalhadora. Fora do controle patronal, agindo imediatamente sobre o cotidiano do mundo do trabalho, as OLTs garantem a permanência do conflito de baixa intensidade, que corrói as fundações do sistema.

Preparando-nos para enfrentar, no nível dos sindicatos, a pluralidade existente hoje nas Centrais, após o advento da liberdade e autonomia sindical plenas (com a ratificação das convenções 87 e 135 da OIT), defendemos a OLT unitária, reunindo trabalhadores sindicalizados ou não, que, em um esforço concentrado, se defenda e atue contra o capital a partir do local de trabalho. Essas OLTs devem ter como pressuposto a democracia real, da qual a representatividade, conseguida pelo voto, é apenas (embora importante) uma forma.

Enfrentaremos a estratégia patronal de doar instrumentos de representação dos trabalhadores, que, inclusive na forma, podem ter uma aparência democrática (votação secreta, direito limitado de intervenção nas relações de trabalho etc.). A tática a ser adotada para aproveitar (ou não) eventuais espaços que surjam dependerá de análise criteriosa caso a caso, sempre garantindo a autonomia da OLT. Aqui entram em discussão os limites do papel negocial das OLTs, visando impedir a implantação do sindicato por empresa, imaginado como proposta de organização sindical pelos patrões desde a ditadura militar.

Do ponto de vista prático, precisamos continuar com o diagnóstico das OLTs no Brasil, através de pesquisas que envolvam os sindicatos e a comunidade acadêmica. Propomos a formação de núcleos nacionais/regionais que pensem e proponham ações nos temas relacionados com as OLTs, vinculando-as ao agir na sociedade, ao projeto de sociedade que estamos construindo, às questões da mulher, do negro, do jovem etc.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Precisamos estimular as entidades filiadas a formular uma política de OLTs específica para a sua realidade, criando multiplicadores da discussão com a base e as ações coordenadas pela Secretaria de Organização ou de Política Sindical. Essas ações seriam coroadas por um encontro anual (concomitante às plenárias nacionais) de avaliação, completando o processo de construção de uma política nacional de OLTs.

Também é fundamental atuar no campo institucional, lutando pela ratificação e aplicação da convenção 135 da OIT, que garante a liberdade de organização no local de trabalho. Devemos preparar propostas adequadas ao nosso projeto para a regulamentação concreta e precisa deste direito, trabalhando-as em todos os campos possíveis. É preciso realizar uma campanha nacional que, ao lado de garantir subsídios a dirigentes e militantes quanto ao uso dos mecanismos legais vigentes (CIPA, representante dos empregados etc.), aprimore os instrumentos garantidos em convenção ou acordo coletivo (comissões de empresa, delegado sindical).

Neste campo, torna-se importante a iniciativa de elaboração/apresentação de projetos de leis e a troca de experiências em nível internacional.

Divulgação da concepção e estratégia

A Secretaria Nacional de Formação deve garantir a presença, no seu plano anual, de seminários e outras atividades específicas sobre o tema e que atinjam o maior número de entidades possível, difundindo as resoluções da Central sobre o tema. Isso significa manter uma série de atividades em OLT, regionalizando-as. Também seria atribuição da SNF a edição de cartilhas temáticas durante o ano de 1994. O Telecurso OLT deve-se transformar em um importante recurso formativo, também a partir de 1994. Por último, seria realizado um mapeamento das OLTs e uma síntese das ações da Central, com edições anuais.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



ANEXO: POR UMA POLÍTICA ANTI-RACISTA

(Observação: o texto abaixo foi aprovado pelo 5º Concut como subsídio para desenvolver a discussão no Central e nos sindicatos sobre uma política anti-racista.)

Introdução

Em 1906, os anarquistas cunhavam a falácia que iria perseguir toda a trajetória do movimento sindical brasileiro:

“No sindicalismo não existe distinção de raças, línguas, cores, nacionalidades, sexos ou idades... o sindicalismo é universalista por excelência” (1º Congresso Operário Brasileiro, RJ, 1906).

O emprego do termo “universalista” sugere a idéia de um trabalhador vago, abstrato, sem traço de cor. Não havendo traço de cor” – denota a formulação anarquista – a cor ou a raça seriam então categorias inexistentes ou insignificantes para a concepção e a prática sindical.

Oito décadas depois, em meados dos anos 1980, a CUT lançava uma campanha nacional pela redução da jornada de trabalho.

Um olhar nos tipos humanos estampados nos cartazes e nas peças publicitárias da mencionada campanha denuncia: eram todos branquinhos, arianos mesmo, revelando que o sindicalismo contemporâneo faz eco ao discurso do “trabalhador sem traço de cor” dos anarquistas. Na prática, o biotipo de trabalhador presente no imaginário cutista tem sim um traço de cor: é branco, homem e adulto.

Confirma esta afirmação a inexistência de formulações políticas e a ausência de propostas de ação voltadas para a questão racial em todos os congressos da Central. A inovação veio somente na última Plenária Nacional, quando a Comissão Nacional de Luta contra a Discriminação Racial marcou presença, fez uso da palavra e apresentou um documento, obtendo uma resolução anti-racista.

Sem enganos, estaríamos nos referindo a uma mera questão semântica se metade dos trabalhadores brasileiros não fossem negros e se, ao contrário do que demonstram as evidências do cotidiano e as

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

pesquisas científicas, a raça não fosse relevante na distribuição das oportunidades econômicas e sociais.

Entretanto, contrariando a verdade da CUT, os dados da realidade são cristalinos: atestam que, paralelamente à condição de classe, o fator racial contribui decisivamente para as divisões e desigualdades raciais no tocante a acesso ao emprego, ocupação, salário, taxa de emprego e desemprego, mobilidade profissional e outras, em prejuízo da metade da força de trabalho do país.

Na verdade, estes dados apenas confirmam as denúncias feitas pelas entidades do Movimento Negro desde a década de 1960. Comprovam, ainda, as experiências vivenciadas e presenciadas pelos trabalhadores(as) nos locais de trabalho e em outras situações do cotidiano.

As diferenças raciais – quantificadas nos dados que apresentaremos a seguir— apóiam e são apoiadas pelo capitalismo e desnudam a essência do racismo: um instrumento de superexploração econômica, de controle social e, no limite, legitimador do genocídio do povo negro brasileiro.

A discriminação

Surgido (com *status* de “ciência”) em meados do século XIX, a partir das teorias do darwinismo social, da eugenia e da pureza racial, elaboradas por Joseph-Auguste de Gobineau, Richard Wagner, Houston Stewart Chamberlains e outros, e, já no século XX, no livro *Minha Luta*, escrito em 1934 por Adolf Hitler, o racismo é uma ideologia que postula a existência de diferenças biológicas entre os grupos étnicos e defende a associação de diferenças fenotípicas ou culturais a diferenças intelectuais e morais.

Por seu turno, o preconceito é algo como um construtor mental, uma idéia. Como o próprio nome diz, é um conceito prévio que se faz de alguém com base no grupo social ao qual a pessoa pertence, devido ao racismo, ao machismo e outras ideologias e sobretudo à veiculação de estereótipos (características associadas a um determinado grupo social com base em preconceitos). Entretanto, o preconceito é uma idéia que não necessariamente resulta em atitude, em conduta ou ação. Um anti-semita pode conviver vários anos com um judeu sem necessariamente explicitar seu preconceito.



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Quando ocorre a ação, exemplificando, quando um profissional de recursos humanos não avalia objetivamente as qualidades de um candidato negro e nega-lhe emprego, temos então a discriminação, que consiste em desigualdade de direitos, de oportunidade e de tratamento em razão da raça, do sexo, da idade e de outros fatores, conforme definido pela OIT, pela ONU e pelos ordenamentos jurídicos de vários países.

Esta distinção é importante porque não raramente nos deparamos com companheiros(as), muitas vezes ilustres, que confundem preconceito com discriminação e arriscam palpites sobre o preconceito contra judeus, japoneses, sírios, imigrantes (europeus) e outros grupos étnicos como se fosse “tudo a mesma coisa”.

De fato, encontramos no Brasil especulações preconceituosas contra vários grupos étnicos, o que não significa que membros destes grupos sejam discriminados. Numa palavra, a dimensão e as conseqüências sociais da discriminação são bem distintas e muito mais graves do que aquelas decorrentes do preconceito racial, embora ambas” – subprodutos do racismo – sejam igualmente odiosas.

Assim, organizações internacionais como a ONU e a OIT compreendem a discriminação como qualquer distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito anular ou alterar a igualdade de oportunidade e tratamento.

Ora, desde 1985 o DIEESE vem publicando dados das desigualdades raciais no trabalho sem que isso tenha qualquer conseqüência na ação sindical, ou mesmo sem que sejam lidos e discutidos pelos dirigentes sindicais, a não ser por iniciativa dos militantes anti-racistas.

Embora enfadonha, vejamos uma pequena amostra de tais dados, que apenas desenha a ponta de um imenso *iceberg*:



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



Rendimento médio real por hora dos ocupados negros e brancos segundo o nível de instrução – Grande São Paulo

Nível de instrução	Rendimento médio por hora	
	Negros	Brancos
Total	59	102
Analfabeto	40	41
Sem escolaridade	50	50
1º grau incompleto	52	67
1º grau completo	68	94
2º grau incompleto	69	90
2º grau completo	111	145
3 grau incompleto	129	178
3º grau completo	230	295

Fonte: Sep – Convênio Seade/DIEESE/Unicamp – dezembro de 1987. Valores em cruzados de dezembro de 1987.

No caso das mulheres negras, assinale-se, o IBGE aponta que, em 1980, havia quase oito vezes mais brancas do que negras entre as mulheres que ganhavam mais de cinco salários mínimos. De fato, 97% das mulheres negras recebem até dois salários mínimos, sendo que, deste percentual, 16,5% recebem até um quarto de salário mínimo e 48,3% até meio salário mínimo.

É interessante notar na tabela acima que mesmo quando negros e brancos possuem qualificação



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

equivalente permanecem as desigualdades salariais. E mais: mesmo trabalhadores negros com formação universitária recebem salário menor se comparados ao salário do seu colega branco com igual qualificação. Este último dado é particularmente interessante porque revela que o racismo atinge igualmente trabalhadores negros qualificados ou não.

Mesmo considerando as desvantagens da população negra no que diz respeito aos níveis de escolaridade e de profissionalização, a presença de desigualdades salariais nos casos em que brancos e negros possuem a mesma qualificação e a exclusão dos negros de certas ocupações denunciam a existência de uma segmentação racial no mercado de trabalho.

Em outras palavras, os negros não são discriminados porque têm menos qualificação profissional ou porque são a maioria dos pobres. São discriminados porque são pobres e são negros. Ou seja, para o trabalhador negro, classe e raça são duas variáveis da exploração que resultam em uma carga suplementar de problemas.

Por outro lado, uma denúncia apresentada no seminário O Papel da CUT no Combate ao Racismo, realizado no mês de agosto em Belo Horizonte, e que está sendo apurada pelo Ceert – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades –, acrescentou um dado novo ao quadro das desigualdades raciais no trabalho: a Companhia Siderúrgica Nacional estaria alegando em juízo que a leucopenia – doença comprovadamente profissional— seria uma doença típica, característica de negros. Com esse argumento racista, a empresa tenta se livrar de condenações judiciais de reparação e de indenização aos trabalhadores – majoritariamente negros— expostos à contaminação pelo benzeno. Cabe observar que estudos realizados nas siderúrgicas revelam que o trabalhador negro tem—“preferência” nos serviços mais pesados e insalubres.

Traduzindo: a empresa empurra negros para as áreas insalubres e, quando estes adquirem doenças profissionais, os advogados patronais alegam candidamente tratar-se de moléstia congênita.

Merece igual atenção a declaração do presidente da Contag— Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – de que a maioria dos trabalhadores submetidos ao trabalho forçado,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

“escravos”, é constituída de negros.

A gama de dados estatísticos – cujo detalhamento seria inoportuno neste documento – não deixa margem a dúvidas: no processo de seleção, nos quadros de carreira, nas taxas de emprego, na distribuição dos salários e na jornada de trabalho, citando apenas estes aspectos, o mercado de trabalho brasileiro é marcado por profundas desigualdades entre negros e brancos.

Do mesmo modo, o conteúdo racista do currículo escolar e dos instrumentos pedagógicos, os estereótipos racistas veiculados sistematicamente pelos meios de comunicação, a esterilização em massa da mulher negra, a violência policial, o extermínio de crianças e adolescentes negros, a ação dos grupos de extermínio sobre o povo negro, a violência exercida sobre a mulher negra, a ação dos *skinheads* e congêneres, bem como a morbidade e a mortalidade profissionais que atingem os trabalhadores negros ilustram a violência física, material e simbólica a que está submetida a parcela negra da população brasileira. O “Mapa da Fome”, publicado pela *Folha de S.Paulo* no mês de dezembro passado, traz também um dado interessante: é na Bahia, estado essencialmente negro, que se concentra o maior percentual de pessoas em condições de indigência.

Tomados em conjunto, os dados desmascaram o embuste segundo o qual a igualdade formal perante a lei é garantidora, por si só, da igualdade de oportunidade e tratamento. Ademais, desmitificam a estratégia do Estado de negar a problemática racial: o mito do paraíso racial – enquanto ideologia de Estado – busca mascarar a brutal desvantagem da população negra comparativamente à população branca, quando, na essência, emprega o racismo como fator de superexploração econômica e de controle social.

Ao mesmo tempo em que nega a dimensão da problemática racial na sociedade brasileira, o Estado conserva intactas as fontes reprodutoras do racismo, recriando e reproduzindo um quadro de absoluta desigualdade de oportunidade e tratamento entre negros e brancos a despeito da existência de uma grande parcela de brancos em situação de miséria.

Está em questão, portanto, o velho repertório distante das evidências do cotidiano, que tenta explicar a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

situação dos negros como simplesmente uma prova dramática da tendência da sociedade capitalista para produzir desigualdades.

Um outro mito que cai por terra é que a questão das desigualdades raciais se esgota na contradição de classe, haja vista que os dados estatísticos comprovam a existência de uma carga suplementar de problemas sobre o trabalhador negro, decorrente da sua condição racial.

Temos, portanto, que a questão racial *não é um problema dos e para os negros*, mas uma questão estrutural da sociedade brasileira.

O reconhecimento de que as desigualdades raciais constituem um problema estrutural da sociedade brasileira implica reconhecer o papel fundamental do movimento sindical no combate ao racismo. Noutras palavras, implica reconhecer que, ao não enfrentar a questão racial, o movimento sindical legitima e contribui para a reprodução das desigualdades raciais, frustrando uma espécie de acordo tácito entre o Estado opressor e autoritário e o sindicalismo em torno da marginalização do povo negro.

O acordo de que falamos explica o fato de que os dados publicados pelo DIEESE não são sequer lidos pela maioria dos dirigentes, nem considerados na ação sindical. Com efeito, diante do debate sobre a questão racial, os dirigentes se limitam a manifestações solenes de solidariedade que nunca ultrapassam o discurso, isso na melhor das hipóteses. Mas há casos mais esquisitos, em que companheiros sem qualquer informação a não ser aquela fornecida pela ideologia dominante deitam falação sobre as “vantagens e os benefícios” do racismo brasileiro se comparado ao sul-africano ou ao norte-americano.

Tomados em conjunto, tais comportamentos configuram o desserviço prestado pelo sindicalismo à luta contra o racismo, compreendida como parte integrante da luta pela democratização da sociedade brasileira. A responsabilidade do sindicalismo no combate ao racismo não se deve, diga-se de passagem, a questões de natureza humanitária, mas ao fato de que metade dos trabalhadores são negros e, portanto, é dever do sindicato incorporar os interesses desse segmento. Nesse sentido, o debate sobre a problemática racial, no campo sindical, não coloca em questão um problema do negro, mas da legitimidade sindical, visivelmente



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

incapaz de refletir e incorporar a luta contra a discriminação racial, que atinge as trabalhadoras e os trabalhadores negros.

Nessa perspectiva, importa destacar que no nosso entendimento a questão da discriminação racial não é somente algo exterior à Central, localizado no plano da sociedade – tomada de forma abstrata –, mas algo presente no interior dos sindicatos e da Central Única dos Trabalhadores, como de resto em toda a sociedade brasileira. Uma pergunta interessante a ser respondida pelos dirigentes refere-se, por exemplo, ao número de negros que integram a direção nacional da Central ou à presença ou à ausência de funcionários negros e às funções ocupadas por eles nas estruturas sindicais.

Desse modo, repudiamos a armadilha contida no discurso de alguns dirigentes que tenta remeter a atenção dos sindicalistas anti-racistas para uma discriminação presente na sociedade, “exterior aos sindicatos e à prática sindical”, como se a ação sindical estivesse imune à ideologia racial dominante, e o sindicato, enquanto instrumento de representação do conjunto dos trabalhadores, estivesse desobrigado de incorporar a luta contra a discriminação que atinge metade da força de trabalho.

Por este ângulo, o sentido de uma política anti-racista consiste em instrumentalizar e qualificar os sindicatos para uma ação planejada, capaz de construir e consolidar políticas antidiscriminatórias efetivas, assumidas organicamente pelas organizações sindicais.

Entretanto, é óbvio que num país de altas taxas de desemprego, de inflação e de recessão econômica, a luta contra a discriminação racial não pode e não deve estar desvinculada do debate global sobre as alternativas de desenvolvimento para o país.

Depois de uma década de estagnação econômica e de evasão de recursos, o Brasil conta hoje com indicadores dramáticos no campo social e com grandes dificuldades para retomar o desenvolvimento econômico. O atraso tecnológico, as limitações do setor público, a escassez de investimentos, a inflação, o desemprego e a miséria reproduzem e acentuam as desigualdades sociais e colocam em questão a legitimidade social dos sindicatos.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

A intensificação da transferência de riquezas dos países pobres para os países ricos, o avanço técnico produtivo operado com o emprego da microeletrônica, da automação do processo produtivo, da biotecnologia, dos novos materiais etc. e a tendência de constituição de novos macromercados regionais (Estados Unidos, Canadá e México; Comunidade Européia; Japão e Tigres Asiáticos) sinalizam uma nova tendência do capitalismo mundial. Entretanto, isso não significa que tenham sido superados os desequilíbrios estruturais, que se traduzem, mesmo nos países avançados, num quadro de agravamento da crise, do desemprego e do crescimento da miséria.

A liberalização indiscriminada do comércio externo, a privatização de empresas estatais e serviços públicos, a flexibilização do mercado de trabalho, o arrocho dos salários e o desemprego empurram a ação sindical para a busca de novos modelos de organização sindical.

Ao lado disso, temos as iniciativas sub-regionais, como a criação do Mercosul, englobando o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, que privilegiam a integração comercial em detrimento do progresso econômico e social dos povos da região e criam novos desafios para a organização dos trabalhadores.

A reestruturação industrial, seja em função da aplicação de novas tecnologias ou das estratégias das empresas multinacionais” – que têm transferido sua produção para outros países sob a lógica da nova divisão internacional do trabalho, ou ainda da expansão de novos setores como informática, química fina etc. – , está conduzindo ao desemprego estrutural e lançando à economia informal milhões de trabalhadores, principalmente os negros, os idosos, os de baixa qualificação e os mais jovens. Note-se que esse fenômeno se espalha pelo mundo. Basta ver a situação da crescente exclusão dos africanos e asiáticos na Europa, bem como a situação dos negros, asiáticos e hispânicos norte-americanos.

O aumento do desemprego, a incorporação de novas tecnologias, a fragmentação e a alteração do perfil da classe trabalhadora, a dispersão das grandes empresas, a ampliação do setor terciário e a diversificação da mão-de-obra colocam em xeque determinados paradigmas da ação sindical centrada exclusivamente na defesa de salários e de melhores condições de vida, mas distanciada de um projeto de desenvolvimento



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

capaz de integrar os setores marginalizados e sustentar a independência econômica e política.

A redução, em escala mundial, das taxas de sindicalização e as dificuldades dos sindicatos para representar interesses cada vez mais diferenciados e contraditórios dos trabalhadores são questões importantes que hoje se colocam para o movimento sindical.

Nesta trilha, surgem sinais de revitalização do sindicalismo internacional com a incorporação de novos temas que transcendem a questão capital X trabalho e conferem ao sindicato o papel de ator social na defesa dos direitos humanos, dos direitos da cidadania e dos direitos políticos e sociais dos trabalhadores.

De resto, importa destacar que não será apenas a adoção de políticas antidiscriminatórias que trará respostas satisfatórias à marginalização do povo negro. Mas a combinação destas com políticas de geração de emprego, de profissionalização, de distribuição de renda; enfim, com a construção de um novo modelo de desenvolvimento, capaz de assegurar os direitos sociais de todos os brasileiros. Para tanto, é preciso que a diversidade ganhe forma política na prática sindical, de forma a ampliar a legitimidade e fortalecer a ação dos sindicatos.

O negro como sujeito ativo

Pesquisa recente realizada pelo Ceert e pela Universidade de São Paulo identificou uma permanente reação negra à discriminação racial no trabalho. Contrariando estudos anteriores que declaravam o trabalhador negro como passivo diante da discriminação racial, a pesquisa aponta uma variedade de formas de reação à discriminação no trabalho, além de ressaltar a resistência e as lutas seculares do negro brasileiro contra o racismo.

Contudo, a totalidade dos entrevistados pelos pesquisadores não identifica o sindicato como instância de recurso quando se trata de problemas advindos do racismo.

Isto posto, poderíamos refletir sobre a proximidade ou a identidade existente entre os problemas enfrentados por um trabalhador negro no local de trabalho e o “discurso universalista” do movimento sindical.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Não obstante, interessa-nos aqui destacar as ações de negros e brancos dirigentes sindicais, influenciados pela luta anti-racista, que vêm tomando iniciativas importantes no sentido de comprometer os sindicatos com a luta contra o racismo.

Com efeito, a partir de 1986, registram-se várias iniciativas, tais como a realização de debates, seminários, produção de vídeos, cartilhas e inclusive a criação de comissões de negros no interior de sindicatos de categorias urbanas em algumas regiões do país. O último ano, em especial, registra experiências bastante significativas e que apontam uma ação mais efetiva e conseqüente de combate à discriminação racial no trabalho.

Tais experiências receberam impulso significativo com a criação, em novembro de 1992, da Comissão Nacional de Luta contra a Discriminação Racial.

Nove meses depois, foi realizado o seminário nacional O Papel da CUT no Combate ao Racismo, organizado com o apoio da Secretaria Nacional de Formação, que contou com a presença de 102 dirigentes de 40 entidades sindicais de oito estados da Federação.

O mês de novembro do ano passado registrou duas importantes atividades: a realização, no Rio de Janeiro, do 1º Encontro Nacional de Negros Urbanitários, com apoio da FNTIU, que contou com a presença de dirigentes de vários estados do país; e a organização do ciclo de debates “O Movimento Sindical e a Questão Racial”, promovido por um *pool* de sindicatos da Bahia.

Outras iniciativas importantes referem-se ao Sindicato dos Bancários de Florianópolis, Bancários de Belo Horizonte/Escola Sindical 7 de Outubro, Metalúrgicos de São José dos Campos, Plásticos e Químicos de São Paulo, Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e outros que resultaram na realização de cursos de formação sobre sindicalismo e racismo.

Um dado interessante é que a partir do seminário realizado no Estado de Santa Catarina, em maio de 1992, definiu-se que um relatório elaborado pelo Ceert sobre as desigualdades raciais no trabalho deveria ser enviado à OIT, como forma de denúncia do racismo e da não-observância da Convenção 111.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



O referido relatório foi assumido pela Executiva da CUT e enviado à OIT em novembro de 1992. Em março de 1993, a Comissão de Peritos da OIT julgou procedente a denúncia, remetendo-a à Comissão de Aplicação de Normas, a qual, por sua vez, apreciou a denúncia durante a Conferência Mundial da OIT, realizada em maio do ano passado.

Nesta mesma conferência, os representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo reconheceram a existência do problema e manifestaram a necessidade de políticas públicas antidiscriminatórias. Além do mais, em resposta à citada denúncia, o representante do governo anunciou a criação de uma “Câmara sobre as Discriminações”, vinculada ao Conselho Nacional do Trabalho.

Merece registro ainda a elaboração e discussão de uma tese anti-racista, debatida no 1º Congresso dos Metalúrgicos do ABC, realizado em setembro de 1992.

Postas as coisas nestes termos, devemos ressaltar que o sentido deste documento não consiste em solicitação de tutela ou concessão da Central à luta contra o racismo, mas sim na expressão de uma luta travada por dirigentes sindicais anti-racistas que constroem a Central no cotidiano. Luta esta que esperamos que seja incorporada às diretrizes políticas globais da Central.

Na seqüência, relacionamos um programa de ação com base nas propostas indicadas pelo seminário nacional O Papel da CUT no Combate ao Racismo, e que deverá ser apreciado pelo 1º Encontro Nacional de Sindicalistas Anti-Racistas, programado para o mês de abril.

Ação sindical

- realizar uma campanha nacional pela implementação da Convenção 111 da OIT;
- assegurar a edição de publicações, vídeos e outros materiais educacionais a respeito dos instrumentos jurídicos antidiscriminatórios e de políticas públicas pela igualdade de oportunidade de tratamento e outras;



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- desenvolver um programa de treinamento que capacite as assessorias jurídicas dos sindicatos para o atendimento adequado às queixas de discriminação racial;
- criar um banco de dados sobre as desigualdades raciais no trabalho, a partir dos dados do Censo de 1990 e de tabulações especiais das pesquisas sobre emprego, realizadas pelo convênio DIEESE/Seade/Unicamp;
- ampliar o apoio e a ação sindicais para as trabalhadoras domésticas e trabalhadores da chamada economia informal, majoritariamente composta por negros;
- realizar pesquisas sobre o impacto da adoção de novas tecnologias, terceirização e outras inovações na organização do trabalho, entre os trabalhadores negros e brancos;
- estabelecer intercâmbios que permitam uma reflexão ampla sobre as experiências internacionais de combate à discriminação racial no trabalho;
- criar um banco de dados sobre as relações Brasil e África;
- viabilizar a realização de um seminário em parceria com a OIT sobre a Convenção 111;
- orientar os sindicatos para que realizem pesquisas sobre a situação de negros e brancos nas respectivas categorias; tais pesquisas devem subsidiar a formulação de instrumentos de controle sobre a ação discriminatória das empresas bem como a inclusão de cláusulas antidiscriminatórias nos acordos coletivos;
- proceder a gestões junto ao Diesat e ao Instituto de Saúde do Trabalhador, visando a introdução e o tratamento estatístico do quesito cor nas pesquisas sobre morbidade e mortalidade no trabalho;
- fortalecer a luta contra a violência e a discriminação que atinge as mulheres negras;
- assegurar a mobilização da CUT para o apoio e a participação efetiva nos espaços de luta do Movimento Negro;
- incluir o quesito cor nos cadastros de sócios dos sindicatos;
- estimular a produção de dados sobre a situação da criança e do adolescente;
- fortalecer a luta pela reforma agrária;



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





- garantir o apoio da Central às celebrações promovidas pelas entidades autônomas do Movimento Negro, no Tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares (1995).

Organização

- assegurar espaço regular na imprensa cutista e em todos os sindicatos para a publicação de artigos que fomentem o debate sobre a questão;
- iniciar um amplo e profundo processo de reflexão no interior da Central, através da produção de informação e formação, capaz de situar a CUT no campo do combate ao racismo;
- organizar e ampliar uma base de apoio interna à luta contra o racismo e contra todas as formas de discriminação, visando imprimir o princípio da não-discriminação e o compromisso com a luta anti-racista nas políticas globais da Central;
- formular e propor através da Central políticas concretas de superação do racismo na sociedade brasileira, especialmente nas relações de trabalho, no sentido da criação de igualdade de oportunidade e de tratamento e da promoção dos direitos da cidadania;
- investir na formulação e na conquista de instrumentos jurídicos que possam instrumentar a ação dos sindicatos no combate à discriminação racial;
- garantir a participação de militantes anti-racistas nos seminários e intercâmbios com países que desenvolvem trabalhos em áreas afins;
- atuar no sentido de que a Central adote políticas concretas de solidariedade às lutas dos povos africanos, especialmente dos sul-africanos e dos negros da diáspora.

Formação

- desenvolver uma revisão crítica do programa de formação da CUT, a partir de uma abordagem anti-racista;

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





- introduzir no Plano Nacional de Formação um programa específico sobre o sindicalismo e a questão racial;
- assegurar de imediato a realização em larga escala de um curso introdutório na temática sindicalismo e racismo, inclusive nas escolas nacionais da CUT;
- articular com a SNF uma orientação para os sindicatos indicando a importância da realização de palestras, seminários e cursos sobre o tema.

Concluindo, importa destacar que para nós da Comissão Nacional de Luta contra a Discriminação Racial o equacionamento da problemática racial é condição básica para a construção de um projeto plural da classe trabalhadora, que respeite a identidade e os interesses comuns, ao mesmo tempo em que assegure espaço para as particularidades dos diferentes segmentos que a compõem. Sem isso, as palavras democracia, justiça e cidadania continuarão a ter pouco significado para a maioria do povo brasileiro.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL

EFETIVOS:

Presidente:

Vicente Paulo da Silva

STI Metalúrgicas do ABC-SP

Metalúrgico

Idade: 36

Empresa: Mercedes Benz do Brasil

Vice-presidente:

Altemir Antonio Tortelli

STR de Jacutinga-RS

Agricultor

Idade: 29

Empresa: Autônomo

Secretário-geral:

João Vaccari Neto

Sindicato Bancários de SP

Bancário

Idade: 36

Empresa: Banco do Estado de São Paulo S/A – BANESPA

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Primeiro secretário:

Marcelo Borges Sereno

STI da Extração, Pesquisa e Prospecção de Minérios – RJ

Economista

Idade: 36

Empresa: Companhia Vale do Rio Doce

Tesoureiro:

Remigio Todeschini

STI Químicas e Farmacêuticas do ABC-SP

Técnico de Segurança Ocupacional

Idade: 41

Empresa: Oxiteno S/A Indústria e Comércio

Primeiro tesoureiro:

Wagner Gomes

Sindicato dos Metroviários de São Paulo – SP

Metroviário

Idade: 37

Empresa: Companhia do Metropolitano de São Paulo

Secretário de Relações Internacionais:

Kjeld Aagaard Jakobsen

STI Eletricitários de Campinas-SP

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Técnico em Eletrotécnica

Idade: 39

Empresa: Companhia Paulista de Força e Luz – C P F L.

Secretário de Política Sindical:

Jorge Luiz Martins

STI de Calçados de Franca – SP

Sapateiro

Idade: 36

Empresa: Indústria de Calçados Guaraldo

Secretária de Formação:

Mônica Valente

Sind. dos Trab. Público em Saúde no Estado de São Paulo

Psicólogo

Idade: 34

Empresa: Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo

Secretário de Comunicação

Aloísio Sérgio Rocha Barroso

Federação Nacional dos Médicos

Médico

Idade: 38

Empresa: SSSS – Fusal

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Secretária de Políticas Sociais:

Sandra Rodrigues Cabral

Sind. Trab. em Educação do Estado de Goiás

Professora

Idade: 38

Empresa: Secretaria da Educação do Governo do Estado de Goiás

Secretário de Organização:

José Maria de Almeida

Federação Democrática dos Metalúrgicos de MG

Metalúrgico

Idade: 36

Empresa: Auto Mecânica Flores Ltda.

DIRETORES EXECUTIVOS:

Jacy Afonso de Melo

Sindicato dos Bancários DF

Bancário

Idade: 33

Empresa: Banco do Brasil S/A

João Antonio Felicio

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP

Professor

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Idade: 44

Empresa: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Isabel Cristina Gonçalves

Sind. Empreg. em Estab. de Saúde de Curitiba, Região Metropolitana e litoral – PR

Auxiliar de Enfermagem

Idade: 36

Empresa: Fundação para o Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa da UFPR

José Jairo Ferreira Cabral

Sindpd – PE

Técnico em Informática

Idade: 41

Empresa: Serpro

Maria Magda Caiafa

Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte – MG

Bancária

Idade: 37

Empresa: Banco do Estado de São Paulo S/A

Luiz Antônio Martins (Gato)

Sindpd-RJ

Engenheiro de Telecomunicações

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

Idade: 47
Empresa: Serpro

Alice Mazzuco Portugal
Sind. Trab. Técnicos da UFBA – BA
Farmacêutica Bioquímica
Idade: 35
Empresa: Universidade Federal do Bahia

Marcelino Orozimbo da Rocha
STI Metalúrgicos de Betim-MG
Operador de Laboratório
Idade: 33
Empresa: FMB – Produtos Metalúrgicos Ltda

Júnia da S. Gouvêa
Sindicato dos Previdenciários de SP
Servidora Pública Federal
Idade: 35
Empresa: Instituto Nacional de Seguridade Social

Maria da Consolação Rocha
Sind. Único dos Trab. Em Educação de MG
Professora



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Idade: 31

Empresa: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – MG

Rita de Cássia Santos Lima

Sindicato dos Bancários do ES

Bancária

Idade: 39

Empresa: Caixa Econômica Federal

Luiz Roberto Bicalho Domingos

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Brasília – DF

Servidor Público Federal

Idade: 37

Empresa: Ministério da Fazenda – Governo Federal

Pedra Ivo Batista

Sindicato dos Bancários CE

Bancário

Idade: 33

Empresa: Banco do Nordeste do Brasil S/A

SUPLENTES:

Clemente Mannes

STI Construção e Mobiliário de Jaraguá do Sul – SC

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Advogado

Idade: 33

Empresa: Estofados Mannes Ltda.

Dirceu Travesso

Sindicato dos Bancários SP

Bancário

Idade: 35

Empresa: Caixa Econômica do Estado de São Paulo

Francisco Miguel de Lucena

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do CE

Pequeno Produtor

Idade: 42

Empresa: Autônomo

Luci Paulino de Aguiar

STI Metalúrgicos do ABC – SP

Metalúrgica

Idade: 34

Empresa: Indústria e Comércio Brosol Ltda

Rafael Freire Neto

Sind. dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo –APEOESP

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Professor

Idade: 32

Empresa: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Roosevelt Rui dos Santos

Sindicato dos Bancários do RJ

Bancário

Idade: 44

Empresa: Banco do Brasil S/A

Sebastião Lopes de Oliveira Neto

Opos STI Metalúrgicas de SP

Metalúrgico

Idade: 43

CONSELHO FISCAL:

EFETIVOS:

Berenício de Souza Lima

STI Construção Civil de Manaus-AM

Pintor

Idade: 37

Empresa: Empreiteira Antonio Ferreiro Gomes

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Itana Carvalho Gil Portugal
Sind. Trab. em Educação –APLB— BA
Professora
Idade: 46
Empresa: Secretaria da Educação do Estado da Bahia

Luiz Alberto Albuquerque Chaves
STI Metalúrgicas do RJ
Metalúrgico
Idade: 30
Empresa: Conservadora Salta de Elevadores Ltda.

SUPLENTE:

Doladier Nunes de Alencar
Sindicato dos Rodoviários do DF
Rodoviário
Idade: 42
Empresa: Rodoviário Goyaz Ltda

Vera Justina Guasso
Sindpd-RS
Técnica em Informática
Idade: 31
Empresa: Serpro

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Sueli Pereira da Silva Rosa
Sindicato dos Trabalhadores em Educação do RJ
Professora
Idade: 48
Empresa: Secretaria da Educação do Estado do RJ

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS

CIOSL/ORIT – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres/Organização Regional Interamericana de Trabalhadores

Luís Anderson, secretário geral da ORIT

OIT – Organização Internacional do Trabalho

Jean Maninat, funcionário da oficina de atividades para os trabalhadores

CGTP-IN

– Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
– Intersindical Nacional

Florival Lança, secretário de relações internacionais

FNV – Federação Holandesa de Sindicatos

Gerlof van Rheenen, responsável pela América Latina

CIG – Convergência Intersindical Galega

Manuel Mera, secretário confederal e responsável pelas relações internacionais

FNSCH – Federação Nacional dos Sindicatos da China

Liu Naili, chefe do departamento de relações internacionais

Chen Sunwen, presidente da União Sindical da Província de Hairan

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



LO/SUÉCIA

– Confederação Nacional de Trabalhadores

Ragne Beiming, secretário de relações internacionais

CC.OO. – Confederação Sindical de Comissões Trabalhadoras

Andrés Mellado, responsável pelas relações com a América Latina

CSN/CANADÁ – Confederação dos Sindicatos Nacionais

Gérald Larose, presidente

Normand Beaudet, conselheiro para a América Latina

UGT/ESPANHA – União Geral de Trabalhadores

Fernando Serrano, representante

CFDT – Confederação Francesa Democrática do Trabalho

Jean François Trogrlic, secretário de relações internacionais

Jean Limonet, responsável pela secretaria de relações internacionais

Evelyne Pichenot, responsável pela América Latina

CGT/FRANÇA – Confederação Geral dos Trabalhadores

Jeannine Marest, secretária confederal da CGT

Jean Pierre Page, membro da comissão executiva

AFL-CIO

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



– Federação Americana do Trabalho–Congresso das Organizações Industriais
Jesse Friedmann, diretor executivo do Ladesil
Bruce Jay, diretor do Ladesil para o Brasil

DGB – Confederação Alemã de Sindicatos
Jürgen Eckl, secretário de relações internacionais
Achim Wachendorfer, diretor do ILDES/FES para o Brasil

CGIL
– Confederação Geral Italiana do Trabalho
Adriana Buffardi, diretora confederal e responsável pelo departamento de política do trabalho
Guglielmo Epitani, secretário geral adjunto
Nana Corossacz, responsável pela América Latina

CISL – Confederação Italiana Sindical de Trabalhadores
Luigi Cal, diretor do departamento internacional
Giovanni Alioti, responsável para o Brasil

CTC – Central de Trabalhadores Cubanos
Salvador Valdés Mesa, segundo secretário da CTC e secretário geral do Sindicato Agropecuário

HISTADRUT – Confederação Geral dos Trabalhadores de Israel
Bernardo Lichtensztajn, representante para a América Latina

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CTA – Congresso dos Trabalhadores da Argentina
Vitório Paulon, executiva nacional
Eduardo Menajovisk, assessor

FGTB – Federação Geral de Trabalhadores da Bélgica
Xavier Verboven, secretário nacional

CGT/ARGENTINA

– Confederação Geral dos Trabalhadores
Oscar Lescano, executiva nacional

CMT/CLAT – Central Mundial do Trabalho/Central Latino-americana de Trabalhadores
Rui Brito de Oliveira, membro do comitê executivo

FSM

– Federação Sindical Mundial
Lázaro Quintana Garcia, responsável para a América Latina

PIT/CNT

– Plenário intersindical de Trabalhadores/Convenção Nacional do Trabalho
Hugo Bianchi, membro da executiva

CUT/Paraguai – Central Unitária de Trabalhadores
Alan Flores, secretário geral

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



O 5º Concut contou ainda com a presença de representantes de federações profissionais, a convite das confederações e departamentos nacionais da CUT

UFCW – EUA

Stanley Gacek, diretor assistente dos assuntos internacionais

UNTMRA/PIT CNT – Uruguai

Carlos Aulet, diretor

ASIMRA/CGT – Argentina

Francisco Lancha, secretário de relações internacionais

Eduardo Mergá, diretor

UOM/CGT – Argentina

Antonio Jara, diretor

Alejandro Biondi, diretor

SMATA/CGT – Argentina

Jorge Julio Grecco, assessor

ISP – Internacional de Servidores Públicos

Temoteo Beaty, secretário regional para as Américas

Serviços Públicos da CC.OO.

Theo Sanchez, diretor

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



FITCM

– Federação Intersindical dos Trabalhadores na Construção e Madeira

Marco Aurélio Hartung, diretor

SUNCA/Montevideo

Julio Eduardo Perdigon, diretor

FETCOMAR/CC.OO. – Federação Estatal de Transportes, Comunicação e Mar

Florentino Rodrigues Fernandez, responsável da área federal de comunicação e imagem e membro da comissão executiva

CENTRAL

ÚNICA DOS

TRABALHADORES

1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

